

APRESENTAÇÃO	TÍTULO	INTRODUÇÃO	EXPOSITOR PRINCIPAL	DEMAIS EXPOSITORES
Pôster	Adoção à brasileira e suas repercussões no ordenamento jurídico brasileiro	<p>O presente trabalho abordará o instituto da adoção por meio da análise da denominada “adoção à brasileira”, observando sua exteriorização no ordenamento jurídico brasileiro. A adoção está presente em todas as sociedades e estabelece o parentesco civil entre as partes, ou seja, estabelece um vínculo de filiação entre o infante e seus adotantes, sendo esse vínculo irrevogável (art. 39, §1º do ECA). A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, §6º, consagrou o princípio da proteção integral das crianças e dos adolescentes, vedando qualquer distinção entre a filiação e a paternidade consanguínea. Segundo Maria Berenice Dias, o ECA rege pelos princípios do melhor interesse, paternidade responsável e proteção integral para que o infante usufrua de seus direitos fundamentais. Dessa maneira, o referido estatuto, amparado ao direito constitucional da prioridade absoluta das crianças e dos adolescentes, regulamenta a adoção visando a segurança e o bem-estar dos infantes. Assim, por se tratar de um ato que possui o intuito de proporcionar a proteção e a efetivação dos direitos</p>	ALINE SANTOS ROSA	

fundamentais direcionado aos menores, o procedimento para realizar a adoção é conduzido de forma rigorosa, onde os adotantes devem satisfazer a todas as exigências legais para o exercício do poder familiar. A adoção à brasileira, apesar de não ser um fenômeno exclusivamente brasileiro, ocorre quando um indivíduo registra filho alheio como próprio sem realizar o devido processo legal, assim, para Galdino Augusto Coelho Bordallo, essa prática não pode ser considerada uma modalidade de adoção. Esse meio de adoção irregular pode se dar por inúmeros motivos, como por exemplo, motivos sociais, ou como meio para se esquivarem do procedimento exigido para a adoção. Por consequência, iniciaram-se debates relacionados a viabilidade deste ato, pois, por um lado, nota-se que o instituto está inserido no contexto da filiação socioafetiva, sendo necessário preservar o vínculo estabelecido entre o infante com a pessoa que praticou a adoção irregular, realizando-se uma análise do ponto de vista do bem-estar do adotando, pois, o interesse que prevalece não é o dos adotantes, mas sim o do menor, que goza do direito constitucional à

prioridade absoluta e à proteção integral. Em sentido contrário, tal prática constitui crime contra o estado de filiação (art. 242 do Código Penal), observando-se que a adoção à brasileira não garante proteção à criança, sendo consideradas obscuras as intenções por quem a prática, bem como não existirá o acompanhamento pelo Ministério Público do desenvolvimento dessa relação e nem registro judicial da genealogia da criança, para caso essa deseje, um dia, conhecê-la. O trabalho está em andamento, mas pretende demonstrar, através de pesquisa bibliográfica e documental as consequências no ordenamento jurídico pela prática da “adoção a brasileira”, bem como os pontos favoráveis e controvertidos para a manutenção dessa adoção considerada irregular.

Pôster

ESTUDO E ADOÇÃO DE TÉCNICAS SUSTENTÁVEIS E CONSTRUÇÃO INTELIGENTE PARA A MINIMIZAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELA CONSTRUÇÃO CIVIL

A população mundial está em constante crescimento, o que significa, igualmente, uma expansão das cidades. De acordo com a Organização das Nações Unidas a população mundial, em 2019, era de 7,7 bilhões de pessoas, devendo aumentar 2 bilhões nas próximas quatro décadas. Com as estimativas de crescimento surge a necessidade de investimentos na construção civil e, sendo este o setor responsável por consumir grande parte dos recursos naturais através da extração dos materiais e também por gerar resíduos em quantidade alta, é necessário a adoção de ações para minimizar os efeitos e conscientizar a população e empresas do ramo. Os efeitos causados ao meio ambiente podem infringir os direitos ambientais assim como refletir nos direitos humanos de um ambiente saudável para uma boa qualidade de vida da população. Para o desenvolvimento do estudo, a coleta de informações foi realizada através de inspeções em artigos, revistas eletrônicas, normas nas áreas de engenharia civil e direito. As pesquisas conduziram ao entendimento a respeito dos impactos da construção e também sobre os direitos ambientais, humanos e urbanísticos. Por meio da investigação

AMANDA ALVES DE BRITO

GABRIEL HENRIQUE CAMARGO OLIVEIRA

de técnicas e materiais sustentáveis existentes no mercado como o tijolo ecológico, telhado verde, construção modular, reutilização de água, modelos construtivos para a minimização do consumo de água e energia e entre outros, foi possível a sintetização das técnicas sustentáveis para a elaboração de uma cartilha de informações e incentivo para população e de um modelo de construção inteligente. A proposta da cartilha é abordar no início os conteúdos de direito ambiental, em seguida relatar sobre os impactos da construção demonstrando dados estatísticos e, por fim, apresentar os modelos construtivos sustentáveis encontrados. A organização das informações deve ser de maneira descomplicada para que desperte o interesse do leitor ao conhecimento sobre as técnicas que podem ser adotadas em suas residências ou empresas assim como os direitos ambientais que devem ser respeitados. Para o projeto de construção inteligente serão escolhidos exemplos dentre as técnicas estudadas a fim de demonstrar de uma forma mais realista a aplicabilidade e viabilidade da utilização dos processos construtivos sustentáveis.

Ao final do desenvolvimento do estudo, com uma possível divulgação, busca-se explicar sobre como os métodos sustentáveis podem contribuir para a solução do problema ambiental causado pela construção e como pode haver a melhoria de qualidade de vida no planeta com práticas inovadoras.

Oral

A EXTRAFISCALIDADE DO TRIBUTO  
COMO FERRAMENTA DA PRESERVAÇÃO  
AMBIENTAL

Este trabalho objetiva discutir a extrafiscalidade como instrumento de proteção ao meio ambiente equilibrado, garantindo-se o avanço econômico e a proteção ambiental, utilizando-se o Direito Ambiental e o Tributário como instrumentos. Com o avanço tecnológico, aumentou-se o consumo e a degradação ambiental. Embora, até o presente, entenda-se que essa degradação é proporcional ao desenvolvimento econômico, esta é uma visão retrógrada. O desenvolvimento pode se voltar para os instrumentos de proteção do meio ambiente e para a função social das empresas. Os tributos são meios para a obtenção de recursos pelos entes para o financiamento de seus objetivos. Entretanto, não se atém a isso, pois, podem ser utilizados para compelir comportamentos dos atores econômicos. Essa extrafiscalidade, explica Paulsen (p. 39, 2019), ocorre quando os efeitos são não apenas uma decorrência secundária da tributação, mas deliberadamente pretendidos pelo legislador. A extrafiscalidade se dá quando a motivação de inibição ou de indução de comportamentos predomina sobre a arrecadatória, (p. 245, 2019). Os tributos, ou sua isenção, podem ser

ANA BEATRIZ SANTOS RANGEL ANTICO

MARIA LUIZA ELEUTÉRIO

mecanismos de incentivo à proteção ambiental, consolidando-se o princípio do Protetor-Recebedor. Segundo esse, os atores sociais que contribuam para a preservação e conservação recebam incentivos por conta dessa atuação. Seria uma complementação ao Princípio do Poluidor-Pagador, expresso no art. 225, §3º, da Constituição Federal, que estabelece que o poluidor deve pagar pelos danos perpetrados. Garante-se a todos, a teor do art. 225, CF/88, o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial para o desenvolvimento sadio, impondo, ao Poder Público o dever de proteção, que, assim, imbuído, pode fazer uso de suas prerrogativas e utilizar a tributação como mecanismo para fomentar o cumprimento das normas ambientais. Esse cumprimento se associa à função social da empresa, que não deve se ater a geração de riquezas e empregos, mas à preservação do ambiente onde está inserida. Portanto, aquela que cumpre sua função social e ambiental, por meio da função extrafiscal, beneficiada, pode ser beneficiada, fomentando igualmente a preservação e indústria. Ocorre, portanto, uma interseção entre a preservação do meio ambiente, o

princípio da preservação da empresa e da função social, na medida que se incentiva o desenvolvimento por meio de instrumentos voltados para a proteção ambiental e social. Ou seja, cumpre-se, simultaneamente os deveres encapsulados nos artigos 225 e 170 da Constituição Federal. Para Derani, o meio ambiente não é apenas um espaço onde se encontram os recursos naturais, inclusive os já utilizados. Não se reduz a ar, água, terra, mas deve ser definido como o conjunto das condições de existência humana, que integra e influencia o relacionamento entre homens, sua saúde e seu desenvolvimento. Portanto, a defesa do Meio Ambiente não é antagônica ao desenvolvimento econômico.

Oral

DE BAZAR PARA ATELIÊ: O REPOSICIONAMENTO VISANDO A AMPLIAÇÃO DA RECEITA DA ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA DE AMERICANA/SP

DE BAZAR PARA ATELIÊ: O REPOSICIONAMENTO VISANDO A AMPLIAÇÃO DA RECEITA DA ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA DE AMERICANA/SP Anna Helene Palácios Ana Carolina da Silva Verdoodt Joyce Natalia Pires Faria Larissa Souza Adorno Historicamente, as entidades sociais apresentam resultados financeiros muito próximos das suas necessidades, tais como custo de folha de pagamento, insumos necessários para a sua operacionalização, dentre outros. O presente trabalho desenvolve as suas ações de melhoria visando o incremento de renda na APAM (Associação de Promoção e Assistência de Americana). A referida entidade, com mais de três décadas de atuação no município, canaliza suas ações na melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes, atuando em três frentes principais: a creche, que atende cento e quarenta crianças de seis meses a quatro anos de idade (desde o berçário até o maternal); cento e cinquenta crianças e adolescentes (além dos seus responsáveis) em estado de vulnerabilidade social, atendidas na Praia Azul, com foco no fortalecimento do vínculo familiar; e o SAFA (Serviço de

ANA CAROLINA DA SILVA VERDOODT

LARISSA SOUZA ADORNO,  
CHUMA PALACIOS, JOYCE  
FARIA, Flávio César Rossi

Acolhimento em Família Acolhedora), que atende crianças e adolescentes (desde recém-nascidos) que estão com os direitos violados em situações em que o juiz retira da família (Conselho Tutelar), para que sejam direcionados para famílias acolhedoras capacitadas para prestarem os cuidados necessários (por um período de até dezoito meses), até que a família biológica reúna condições para receber a criança de volta (quando isso não é possível, pode chegar ao encaminhamento para adoção). Com o agravamento da pandemia do COVID-19, a entidade sofreu uma drástica redução das suas receitas, oriundas de doações e eventos visando arrecadação financeira, realizados no município. Buscando alavancar as suas receitas, a associação desenvolveu um bazar para comercializar produtos, sobretudo no segmento do vestuário. No entanto, o retorno esperado através do volume de vendas não vem atendendo as expectativas da entidade. Diante de tal constatação, o grupo identificou sérios e importantes problemas técnicos no bazar, que estão contribuindo para a sua baixa performance. Com tal diagnóstico, foi sugerido, para a direção da entidade, mudanças no layout da loja, facilitando a

circulação dos clientes, além de melhorias na exposição das mercadorias e a preocupação com a higiene do local e o aprimoramento dos provedores. Em parceria com o Curso de Publicidade e Propaganda do Unisal, espera-se que pela construção de um site, além do incremento da utilização das mídias sociais, contribuam para a visibilidade e alavancagem das vendas. Com a flexibilização, a instituição está voltando, gradativamente, ao seu funcionamento normal, o que viabiliza um desfile de modas envolvendo os atendidos e seus familiares, utilizando as próprias peças do bazar. O projeto, ainda, pretende promover um curso de customização, visando agregar valor nas peças comercializadas.

Oral

ANÁLISE DA LITERATURA ACERCA DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR DIRIGIDA AO PÚBLICO INFANTOJUVENIL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 1990, dispõe em seu Art. 5º que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão; não obstante, passa a reconhecer o público infanto-juvenil como “sujeito de direitos”, isto é, como alguém que merece ser tratado com respeito e dignidade. Todavia, fenômenos como a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes que ocorre cotidianamente no cenário social brasileiro tem sido uma das condições que viola os direitos desta população. Pensando nisso e considerando o isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19, foi decidido analisar a literatura científica existente sobre o tema, de forma a contribuir para a realização de análise sobre os efeitos positivos e negativos desse cerceamento de direitos de modo a gerar contribuições à comunidade científica trazendo a luz do conhecimento informações que possam ser efetivas ao Estado para promover a garantia desses direitos. Neste estudo tivemos como objetivo, conhecer as principais produções na literatura, por

Ana Carolina Lopes Murad

FRANCISCO JOSE LEITAO O  
GIULIANA SIQUEIRA DE O  
LETÍCIA DINIZ DA SILVA, In  
Psychology of the Univers  
Paulo

meio da análise bibliográfica sistêmica, acerca do fenômeno da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por meio de periódicos científicos publicados entre os anos 2020 e 2021, período em que ocorreu o confinamento ocasionado pela pandemia de COVID-19, proporcionando um estudo a partir de visões semelhantes e dissidentes de vários autores e objetivando identificar os métodos de pesquisa utilizados em uma determinada área e tendo como base as estratégias de intervenção, controle e prevenção encontrados nos estudos sobre este tema. Não obstante, buscamos entender como a criança e o adolescente vítima de negligência doméstica é reconhecido pela literatura científica. Até o presente momento desta pesquisa, foram encontrados artigos que apontam os impactos do distanciamento social na diminuição das notificações de violência contra crianças e adolescentes sendo ao mesmo tempo o aumento desta violência em medidas proporcionais; pode-se observar os aspectos conceituais que visam reflexões, do ponto de vista psicológico, de que a violência intrafamiliar aparece como uma barreira ao desenvolvimento e às

potencialidades do público infanto-juvenil; os casos de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes verificando suas causas e agressores e apresentando o contexto da acentuação da violência sexual, sendo umas das principais violências intrafamiliares sofridas durante o confinamento e um panorama acerca do aumento da violência infanto-juvenil, em função da pandemia de COVID-19, estudos evidenciando quadros de baixo controle emocional por parte dos agressores e as possíveis formas de enfrentamento durante a pandemia por parte dos adultos da família. Palavras-chave: pandemia; violência doméstica; crianças; adolescentes.

Oral

O DÉBITO CONJUGAL NA CONCEPÇÃO DE LEGITIMADOR DO ESTUPRO MARITAL E A ACENTUAÇÃO DE SUAS CONSEQUÊNCIAS EM RAZÃO DA PANDEMIA DO COVID-19

Não é incoerente afirmar que o papel da mulher historicamente é marcado pela insuficiência de direitos e abundância de deveres, justificados pela submissão à figura masculina. No que tange a mulher dentro do casamento, destaca-se como estopim a Revolução Neolítica: o abandono da vida nômade ascendeu ao sedentarismo despontando um maior contato social, originando relações mais afetivas, em que é possível enxergar pela primeira vez a concepção moderna de família. Muito embora seja a mulher geradora de vidas, sua própria existência sempre foi tratada pela sociedade machista de forma inferior. Tal olhar começou a esboçar mudanças apenas na Revolução Industrial no século XVIII. Isto pois num contexto de extremas mudanças com a industrialização, o descontentamento feminino pela forma de tratamento recebida encontrou forças para ascender. Porém, somente em 1945 a igualdade de gênero foi considerada um direito fundamental. Diante disso, é importante avaliar a forma com que a mulher é tratada perante a legislação civil brasileira atual, destacando que, mesmo existindo hoje um grande esforço para alterar o papel dela na sociedade, ainda persistem

ANA CLARA FRANÇA AMARAL

RUAN AUGUSTO MOTTA

fatores legais que dificultam esta situação e solidificam a mulher como submissa, principalmente quando esta é parte de um casamento. Neste sentido, a aplicação do instituto do débito conjugal, qual seja o dever da esposa em ceder seu corpo à satisfação sexual de seu cônjuge, que possui demarcação de sua existência desde o Código Civil de 1916, passando pela Constituição Federal de 1988 até o Código Civil de 2002, é um legitimador do estupro marital por conta de um atraso legal. A questão se justifica principalmente diante de uma informação emitida pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, constatando que no ano de 2020 105.821 mulheres foram vítimas de violência. Destaca-se que 72% das ocorrências referem-se à violência doméstica, o que claramente demonstra um estado crítico à segurança da mulher. Além disso, faz-se necessário salientar que com a pandemia do COVID-19, junto à obrigatoriedade da reclusão domiciliar, foram agravados ainda mais a violência contra mulher, classificada pela OMS como uma endemia. Isto pois o tempo de convívio da mulher obrigada a se isolar com seu parceiro aumentou e o stress pandêmico foi fator para o

crescimento da violência doméstica. Também logo, a limitação do diálogo aos estudiosos do direito sobre a disparidade da lei para com a sociedade que ela deveria organizar restringe-se a um descontentamento de uma parcela que não é afetada diretamente pelo atraso legal. É fundamental a discussão da implementação da lei não apenas como um fator cogente, mas como efetivamente um regulador social de acordo com as necessidades demandadas pela sociedade, Posto isto, um instituto como o débito conjugal não deveria mais permanecer enraizado no cenário cível brasileiro, pois, além de legitimar um crime, utiliza dos poderes da lei para manter a visão estruturalmente machista.

Oral

AUMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

RESUMO: AUMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19 A violência doméstica contra mulheres é considerada um problema de saúde pública, uma vez que os índices são alarmantes, e denunciam uma violação aos direitos humanos fundamentais e inerentes a elas, lhes causando danos biopsicossociais. No atual contexto pandêmico, o isolamento social contribuiu para um quadro peculiar da violência, pois, confinadas em casa com seus agressores as mulheres vivenciaram maior frequência de agressões e um distanciamento dos órgãos especializados em acolher essas vítimas. A questão da violência está na cultura de ocultação da violência intrafamiliar, oriunda de uma cultura patriarcal de que, como diz o ditado popular, “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, reverberando tanto para a vítima, agressor e a sociedade em geral uma concepção de normalidade quanto a violência que as mulheres sofrem. A problemática norteadora desta pesquisa foi a análise do aumento de casos de violência doméstica contra a mulher no interior do estado de São Paulo com enfoque no contexto da pandemia de

ANA KAROLINE DE CARVALHO RIBEIRO

GABRIEL GONÇALVES DE DUARTE NOGUEIRA, Ana e Silva

Covid-19, e quais os fatores que estão diretamente relacionados a esse aumento. Os objetivos gerais e específicos da pesquisa foram realizar uma pesquisa documental sobre casos de violência doméstica contra a mulher no interior do estado de São Paulo com enfoque no contexto da pandemia de Covid-19; levantar através do site da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e o site do Tribunal de Justiça de São Paulo, dados sobre o número de denúncias de violência doméstica contra as mulheres no interior do estado de São Paulo, e cidades específicas do Vale do Paraíba; relacionar os números obtidos através do levantamento dos dados de anos anteriores; analisar os fatores envolvidos no aumento dos casos de violência doméstica contra mulheres no contexto atual da pandemia de Covid-19. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental e bibliográfica dos índices e apontamentos da violência onde optou-se pelo uso de estatísticas apresentadas nas bases de dados online, divulgados no site da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e do Tribunal de Justiça de São Paulo. Para fundamentar a pesquisa utilizou-se a pesquisa bibliográfica. Os

índices mostram que o agressor em maior número é o cônjuge ou namorado, e apresentou quedas nas denúncias de violência doméstica durante os períodos de maior isolamento social, mas, em contrapartida houve maiores casos de feminicídio neste mesmo período, levando a concepção de que a violência não só aumentou como se intensificou e ficou mais grave, e o isolamento tornou-se um agravante da violência. Conclui-se, portanto, que os programas de atenção e cuidado da violência precisam ser intensificados para estimular as vítimas a denunciarem as agressões sofridas, bem como as medidas protetivas serem mais abrangentes ao contexto da vítima.

Oral

Obrigatoriedade x coercibilidade: um estudo sobre vacinação, liberdade e responsabilidade social

Obrigatoriedade x coercibilidade: um estudo sobre vacinação, liberdade e responsabilidade social  
Palavras-chaves: Vacinação. Medidas. Direito individual e coletivo. O presente trabalho tem por objetivo analisar os impactos causados pelo movimento contrário à vacinação para a saúde pública diante do cenário pandêmico, verificando se seria possível, segundo a legislação nacional, impor a obrigatoriedade da imunização. Para tanto, foi utilizada a metodologia de pesquisa qualitativa e bibliográfica, que compreende o levantamento de bibliografia publicada em forma de livros, periódicos, artigos, com foco em jurisprudências. Em um primeiro momento, é importante ressaltar que o Estado é promotor da saúde e se organizou no sentido de promover a imunização. Para organizar o sistema de imunização, foi criado o Programa Nacional de Imunização, sendo um programa do Governo Federal que compreende a organização da vacinação, disseminação de informação e conscientização da população através de campanhas nacionais realizadas anualmente. No Brasil, a obrigatoriedade de vacinação para crianças e adolescentes já está prevista no ECA

ANA LUÍSA SANTOS DIAMANTINO

POLIANA REGINA DIAS SO  
NOGUEIRA MOTTA, Carin  
Sawtschenko Victorino, T  
TEIXEIRA FERREIRA

(arts. 7º ao 14), bem como na Constituição Federal (art. 227). Quanto a situação atual de pandemia, foi criada a Lei da Quarentena (Lei nº 13.979/2020), que estabelece medidas de enfrentamento da pandemia. O principal ponto a ser discutido neste trabalho foi o art. 3º, inciso III, alínea d, da referida lei, que estabelece a vacinação como forma de combate ao COVID-19. No entanto, a referida lei é silente quanto a aplicação de medidas para forçar a vacinação. Apesar de todas as medidas empregadas pelo Estado, parte da população nacional tem se recusado a tomar as vacinas, causando um impasse a ser enfrentado pelo governo. Quanto a vacinação dos adultos, principalmente na situação de pandemia, foi impetrada duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade que trataram sobre a possibilidade da vacinação compulsória no caso do COVID-19. O STF entendeu que seria possível a recusa do usuário, contudo, poderá ser implementada medidas indiretas para compelir a vacinação. O principal fundamento trazido pela Corte se refere ao embate entre direitos individuais e coletivos. No entanto, esclarece a Ministra Carmem Lúcia (2020): “a Constituição não garante

liberdades às pessoas para que elas sejam soberanamente egoístas”. Portanto, sobre a discussão, converge em um ponto: a responsabilidade coletiva deve prevalecer sobre o direito individual, sendo a vacinação obrigatória. Tornar-se coercitiva com a imposição de limitações para quem opta por não se vacinar. Quanto a relevância social, tem-se a ideia de que pessoas vacinadas são menos propensas a ficarem doentes, formando uma sociedade sadia, próspera e digna, com todos os direitos fundamentais resguardados.

Pôster

PERDA DO PODER FAMILIAR POR  
ABANDONO AFETIVO: Institucionalização  
de crianças e adolescentes

O objetivo norteador deste presente artigo é estruturar o poder familiar, com seus direitos e deveres, além de mapear as causas que geram a destituição do mesmo, ocasionando a extinção ou suspensão do poder familiar. Contudo, a narrativa da pesquisa aprofunda-se com a intenção de sinalizar se a alienação parental e o abandono afetivo estão sendo compreendidos pelo sistema jurídico e doutrinário como motivos ensejadores da destituição do poder familiar, podendo até mesmo, direcionar crianças e adolescentes à institucionalização. Ressalta-se também o objetivo de acompanhar a evolução do poder familiar, seus conceitos, características, direitos e deveres de filhos e genitores, bem como conceitos de abandono afetivo e alienação parental, motivos ensejadores de uma possível destituição/suspensão do poder familiar. Considera-se a pesquisa produtora do artigo, necessária por evidenciar elementos que se relacionem com as situações atuais e que permitirão identificar fundamentos e razões das quais, as decisões judiciais julgam e determinam a perda do poder familiar em razão do abandono afetivo e não só: o assunto, objeto desta pesquisa, é

ANA MARIA BATISTA MOREIRA

SIMONE REGINA DO BONFIM  
RIBEIRO PEDRASI, FERNANDA  
LEOPOLDINO

fecundo e amplo, integrado cada vez mais ao cotidiano dos tribunais e varas, não sendo mais conveniente, discussões somente à letra fria da lei. A própria escolha deste tema não se isola: se consoa e se articula com a educação em Direitos Humanos, ao contemplar disposições sobre a dignidade e direitos sociais dos sujeitos, concatenando conhecimentos entre as áreas do direito, psicologia e pedagogia. O grifo principal sobre a infância e a adolescência, que é um período essencial para a construção sadia de um adulto e direciona o presente artigo para sua essência principal, o firme propósito de demonstrar a importância de um poder familiar bem exercido pelos genitores, uma vez que a família é o primeiro controle social baseada em princípios e valores que auxiliam a constituir a personalidade da criança e do adolescente; demonstrar esse poder familiar como múnus público e também as sanções aplicáveis aos que, infelizmente, não cumprem seu papel social de forma a preservar a dignidade humana da criança e do adolescente. A pesquisa é exploratória, bibliográfica e documental, trazendo documentos doutrinários e julgados favoráveis ou

desfavoráveis ao tema, sendo possível assim, discutir, analisar, concluir e elencar o (os) posicionamento (s) jurídico (s) sobre o abandono afetivo como um ato ilícito, passível de responsabilização.

Oral

HOME OFFICE: Tempos de pandemia e uma nova perspectiva sobre a vida social e profissional

O projeto de iniciação científica “HOME OFFICE: Tempos de pandemia e uma nova perspectiva sobre a vida social e profissional” propõe uma análise crítica sobre como a pandemia causada pelo SARS-COV-2 (covid-19) impactou na vida dos trabalhadores brasileiros por meio da popularização do modelo de trabalho “home office”. No Brasil a epidemia começou a afetar a dinâmica da sociedade em meados de março de 2020, além de um problema de saúde pública essa doença provocou uma estagnação na economia do país, uma vez que o isolamento social era o único método recomendado pela Organização Mundial da Saúde para contenção desse surto. Com o intuito de amenizar os impactos socioeconômicos, promulgou-se a Lei nº 13.982/2020, que assegurava um auxílio de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por mês para aqueles trabalhadores brasileiros que se encontravam em situação de desemprego, outra medida governamental foi a permissão para que as empresas privadas adiantassem as férias e a adoção do modelo de trabalho “home office”, que se caracteriza por um estilo de laboro no qual o funcionário não precisa ir à empresa para

ANDREIA PEREIRA ARAUJO

JEAN ALVES BURANELO, C  
BRUNO DAS DORES, ADRI  
PAVANELLI MOREIRA

desempenhar as suas funções, ele consegue realizá-las estando em sua própria casa. As vantagens desse modelo de trabalho para os funcionários vão desde o aspecto técnico até o aspecto pessoal. Como aspecto técnico pode-se dizer que o funcionário estando em sua residência poderá ter mais tempo para o estudo, criatividade e produtividade; no campo pessoal o profissional terá uma melhor qualidade de vida, pois estará em um ambiente familiar, não haverá o estresse do transporte até a empresa, economia dos gastos com vestuários e alimentação. No entanto, o home office pode acarretar alguns desafios que esbarram na saúde psíquica do colaborador, exemplo desses desafios está o sentimento de solidão que pode ser desencadeado pela falta de interação física com outras pessoas. Além do fator da saúde mental, o presente trabalho visa elaborar um olhar crítico para a realidade socioeconômica dos brasileiros entendendo a viabilidade ou não do home office, dado que nem todos os trabalhadores possuem as condições adequadas para laborarem em seu domicílio. Para realização deste projeto utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a realização de entrevistas

despadronizadas com os profissionais para coleta de informações. Para seleção dos participantes adotou-se a forma de amostragem bola de neve e para análise dos resultados das entrevistas a técnica utilizada foi a análise de conteúdo. Por fim, realizando um diálogo entre Psicologia e Direito, sinteticamente o projeto visou: Identificar por meio de uma visão crítica a perspectiva de cada profissional as demandas e suas possíveis consequências sobre a saúde do trabalhador e as possíveis violações de direitos trabalhistas na modalidade home office.

Oral

18 ANOS E AGORA? Uma análise sobre desligamento e maioridade nas instituições de abrigo no Brasil

18 ANOS E AGORA? Uma análise sobre desligamento e maioridade nas instituições de abrigo no Brasil O acolhimento institucional é uma medida protetiva que possui previsão legal, amparada pela Lei Federal nº 8069/1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pode ser aplicada a crianças e adolescentes que tiveram seus direitos ameaçados ou violados. O presente trabalho busca discutir, sob a perspectiva jurídica e psicológica, o desligamento dos adolescentes das instituições, conforme as situações atuais de funcionamento destas no Brasil, o que implica em uma série de consequências para estes adolescentes. Foi realizada uma revisão não sistemática de literatura, nas seguintes bases de dados: Scielo, Portal do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Agência Senado e do Cadastro Nacional de Adoção (CNA). As produções científicas encontradas até o momento pelas autoras, mostram os impasses vividos pelos jovens no que se refere ao desligamento institucional, onde o acolhimento é focado para indivíduos com até 18 anos, logo, quando se chega a essa idade, é obrigatório a saída da instituição.

ANDRESSA HERMIDE BARBOSA  
BORASCHI

ALESSANDRA NERIS ZANE  
ALLANA KAROLYNE FARIA  
SILVA, MÔNICA DANIELA  
MOURA PEREIRA, Patrícia  
Incerpe

Somente 5% das crianças e adolescentes institucionalizados no Brasil encontram uma família para adoção, o que significa que a maioria dos jovens completam a maioridade sem ter passado por uma família adotiva. O adolescente passa pelo processo de desligamento institucional e muitos não estão preparados para viver fora desse contexto, apresentando dificuldades de comunicação social, evidenciando os déficits cognitivos nesses jovens, que também possuem mais dificuldades de desenvolvimento socioemocional, quando comparados às crianças não institucionalizadas. Esses problemas podem ser originados pela falta de estimulação física e social dentro dos ambientes institucionais com aspectos que não são aperfeiçoados nesses abrigos, pela falta de atenção ao adolescente, como as habilidades sociais. Nesse ínterim, esses adolescentes acolhidos ao atingirem a maioridade, necessitam se responsabilizar por suas próprias vidas, estando ou não preparados para esse compromisso. Diante disso, também vivem dilemas como: medo de sair da instituição e desejo de liberdade; preconceito da sociedade e necessidades individuais e de emprego, dentre outros. Em suma,

existe um impasse governamental em reinserir esses jovens ao seu contexto familiar e social, tornando-os dependentes das instituições até seu desligamento e, após isso, ficando desamparados. Dessa forma, a pesquisa busca contribuir para a discussão acerca dos aspectos legais, sociais e psicológicos envolvidos no processo de desligamento dos adolescentes acolhidos, além de levantar possíveis soluções para a problemática.

Pôster

OS DESAFIOS DO ACESSO À EDUCAÇÃO PARA ALUNOS DE ESCOLA PÚBLICA E PRIVADA NA REGIÃO VALE PARAIBANA ANTE OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOB A ÓTICA DO DIREITO CONSTITUCIONAL

O presente estudo visa analisar o atual cenário em relação à diferença de classes sociais no ensino público e particular no Vale do Paraíba, bem como suas particularidades deficitárias na consecução do ensino de qualidade. Ocorre que os desafios enfrentados na acessibilidade à tecnologia, durante a pandemia da Covid-19, afetam os estudantes e as instituições escolares. Assim, trata-se de examinar o nível de aproveitamento escolar dos alunos, sobretudo, quanto à dificuldade de acesso e manuseio de equipamentos tecnológicos de veiculação dos conteúdos. Educação é um direito elementar para o pleno exercício da cidadania. A Constituição Federal de 1988, com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos, trata a educação como direito social. Neste sentido, deve haver manutenção e desenvolvimento do ensino básico com qualidade para todos. Em razão deste imperativo constitucional, cria-se a obrigação, por parte dos entes políticos, de promoverem uma educação de qualidade, disponibilizando o máximo possível de recursos materiais e humanos para sua efetivação. A substituição das aulas presenciais por

ANNA MELISSA MARCONDES  
NASCIMENTO

CAMILA DE ALMEIDA CAT  
GABRIELA TURIBIO PASSO  
CLARA LEITE

remotas foi regulamentada pela Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. No mês seguinte, foi publicado o Parecer N° 5/2020, com orientações para o novo modelo de aprendizagem. No Estado de São Paulo, a continuidade das atividades escolares se deu por meio do desenvolvimento do Centro de Mídias de São Paulo (CMSP). O material de estudo foi impresso nas escolas e as aulas transmitidas pelo canal da TV Cultura. De acordo com o Centro Regional de Estudos, para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, evidenciou-se, em 2020, que 39% dos alunos da rede pública não possuíam acesso a computador em casa. Por sua vez, apenas 9% de alunos da rede privada não possuíam tal acesso, o que mostra serem providos de mais meios de acesso à internet e aparelhos tecnológicos para a utilização de materiais didáticos e acompanhamento das aulas. No cenário pandêmico atual, que requer zelos extraordinários com o planejamento escolar, há recorrência do ensino à distância, como alternativa para garantia da continuidade do processo de aprendizagem no sistema educativo público e particular. A efetividade dessa aprendizagem, porém, tem dado sinais

de certas fragilidades, sobretudo, quando são considerados fatores reais de disponibilidade de acesso e condições socioeconômicas de estudantes, diante das diferenças de estruturas entre as redes pública e particular. O distanciamento no processo de ensino e aprendizagem não é uma questão apenas geográfica, mas pedagógica, gerando impactos no sistema como um todo. Não obstante a pesquisa ainda esteja em curso, envolvendo um levantamento nesta região valeparaibana, pode-se dizer que, para um ensino-aprendizagem de qualidade, via remota, é fundamental se ter uma estrutura institucional muito bem organizada, como também a disponibilização de bons equipamentos tecnológicos a docentes e discentes de todas as classes sociais.

Oral

Introdução da Educação Sexual na Formação do Ser

INTRODUÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DO SER Resumo: O presente projeto tem como desígnio principal a demonstração da importância da educação sexual inserida no ambiente escolar, tendo em vista ser um tema complexo e amplo, fazendo-se necessário uma abordagem clara e acessível. Compreende-se que, a sexualidade em sua amplitude ainda é carregada por tabus e preconceitos, comportamentos que impactam diretamente no desenvolvimento da criança e do adolescente, considerando que o espaço familiar, muitas das vezes, criminaliza ideais e conversas que envolvam a sexualidade, colaborando para a propagação de uma sociedade desinstruída e alienada, munida da herança de princípios tradicionalistas, religiosos e culturais que reprimem a liberdade sexual dos indivíduos. Ademais, Furlani (2007), aponta que o ambiente escolar, além de relevante, é estratégico para a aplicação da educação sexual, visto que, é um espaço central em relação à construção das diferenças e das identidades. A pesquisa será aplicada através do método quanti-qualitativo, baseando-se em questionários e dados estatísticos para maior alcance dos

ANTONIO AUGUSTO DINIZ DOS SANTOS

JOÃO VÍTOR GONÇALVES  
MARIA LAURA LANDIM CO

objetivos, além de uma análise semiótica, a fim de compreender representações sociais e linguagem simbólica que se fazem presente no contexto aplicado. Em termos práticos, em parceria com uma instituição educacional de rede pública, está sendo colocado em ação um projeto de caráter preventivo dividido em três etapas, buscando atingir diferentes públicos em cada uma delas, variando assim as estratégias e instrumentos. A primeira etapa foi executada conforme o planejado no dia dois de junho de dois mil e vinte e um, consistindo em um processo de sondagem direcionado ao corpo docente, onde foram questionados sobre a realidade socioeconômica dos alunos e a compreensão institucional acerca da sexualidade. Em seguida, será concretizado o processo preventivo através de uma roda de conversa com os alunos do primeiro ano do ensino médio, com o propósito de discutir e refletir sobre diferentes temas que envolvem a sexualidade, proporcionando um espaço seguro e afetivo para o esclarecimento de dúvidas e desenvolvimento do senso crítico. Por fim, será disponibilizado para os profissionais de educação que

possuem interesse, uma palestra ministrada por um profissional especializado em sexualidade, com a finalidade de capacitar, orientar e esclarecer possíveis questionamentos. Contudo, pode-se concluir que a pesquisa tem a finalidade de desconstruir ideias retrógradas que envolvam a dimensão sexual, possibilitando o entendimento das complexidades que estão por trás dos preconceitos e tabus, assegurando os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, conforme está previsto na Carta Magna e demais diplomas infraconstitucionais, compreendendo a educação sexual como elemento relevante para a formação do indivíduo como cidadão, promovendo sua liberdade e seu autoconhecimento.

Oral

O USO DE CONCRETO PERMEÁVEL COM INCORPORAÇÃO DE RESÍDUOS DE BORRACHA EM PROJETOS DE DRENAGEM URBANA E VIAS DE TRAFEGO LEVE

A urbanização desenfreada e sem planejamento dos grandes centros trouxe consigo a impermeabilização dos solos. Logo em períodos de precipitação intensa, o solo impermeabilizado pela migração urbana impede o processo de infiltração das águas pluviais, aumentando o escoamento superficial colaborando assim para o surgimento das enchentes e combinados com sistemas ineficientes para drenar alto volume de água acarreta em grandes enchentes nos centros urbanos. A presente pesquisa tem o objetivo de estudar as propriedades mecânicas quanto a drenagem e a permeabilidade dos concretos asfálticos feitos com a utilização de resíduos, tendo como amostra principal, o resíduo de borracha moída da reciclagem de pneus veiculares trazendo assim uma destinação sustentável para esses materiais que não apresentariam finalidades após seu descarte apenas colaborariam para a poluição dos ambientes urbanos, com isso é pensando em utilizar concreto junto a resíduos de borracha para desenvolver uma pavimentação drenante para tráfego de veículos leves. Para realização da pesquisa foram utilizados os equipamentos dos

Aparecida Silva Santos Carbone

SARAH ZABANI, RAUL HE  
PEREIRA, GABRIEL DE LIM  
ESTEVÃO RIBEIRO DA SILV  
Peixoto

Laboratórios de Construção Civil. A realização deste projeto foram moldados corpos de prova com a adição de borracha ao concreto, sendo assim realizado ensaio de granulometria e resistência a compressão para caracterizar e verificar o atendimento as normas. Verificando quais são as influências que o agregado comete ao concreto permeável relacionando-o com o aumento de resistência à compressão e a diminuição da permeabilidade. Em relação aos resultados de permeabilidade foi constatado que os traços mostram-se satisfatórios aos valores requeridos pela NBR 16416, qualificando o concreto nos quesitos de funcionalidade, como altamente permeável. Com base nos resultados apresentados, foi evidente que foi alcançado o objetivo do presente trabalho, onde foi analisada a influência da presença de agregado miúdo na composição do concreto permeável em pequenas porcentagens, e tal incorporação proporcionou concreto com maiores resistências mecânicas e permeabilidade adequada para pavimentos com fluxo leve, visando um auxílio para a drenagem urbana. Recomenda-se que para estudos futuros

sejam utilizados outros meios de adensamento ou compactação das amostras, podendo ainda ser alterado a ordem de mistura dos materiais adicionados à betoneira, o que pode causar influência direta na resistência à compressão.

Pôster

A IMPORTÂNCIA DA MOBILIDADE  
URBANA EM CALÇADAS E A SUA  
RELAÇÃO COM ACESSIBILIDADE PARA  
ESPAÇOS URBANOS

O incentivo à caminhada é uma das diretrizes da Política de Mobilidade Urbana Sustentável. Nesse contexto, surge a motivação pelo estudo das calçadas e de metodologias que auxiliem no mapeamento da qualidade dos espaços urbanos para pedestres, identificando áreas de maior urgência de intervenção visando maximizar a utilização dos recursos. Para a realização deste trabalho de graduação espera-se através de atividades de campo mapear as áreas pertinentes em relação a acessibilidade em calçadas, propondo melhorias para assim permitir maior mobilidade de pedestres em espaços públicos e urbanos. Neste contexto, o objetivo do trabalho é analisar as condições de acessibilidade nas calçadas, na cidade de Barueri/SP, bem como observar o cumprimento de leis e normas que regem o assunto. Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica junto à Prefeitura do município, afim de analisar as leis municipais, documentos e medidas de acessibilidade existentes. Em seguida, será realizada uma pesquisa de campo na cidade, observando os principais obstáculos existentes nos passeios e vias públicas, bem como uma análise nos

Aparecida Silva Santos Carbone

Dayane da Silva Costa, Ismael  
Wellington da Silva Costa,  
APARECIDA CAMARGO DO

prédios públicos, baseando-se nas recomendações da NBR 9050. Por fim, o projeto buscará apresentar algumas sugestões de melhorias ao município quanto à acessibilidade, com base nos resultados obtidos através da pesquisa de campo. O desenvolvimento deste estudo possibilitará uma observação em muitos aspectos relacionados ao deslocamento dos pedestres, e em quais pontos deve estruturar uma cidade. O maior desafio da mobilidade urbana é a conscientização das pessoas e também do governo, pois, para diminuir os congestionamentos, acidentes, poluição e proporcionar uma vida menos sedentária a população de cada cidade, torna – se necessário observar a importância de cada item abordado deste levantamento de dados, pois dessa forma começaremos a pensar e agir, rumo a um deslocamento de qualidade e uma cidade que atenda a todos os tipos de pedestres. A cidade deve possibilitar a todos os seus habitantes, de forma segura e autônoma, o lazer, a moradia, o acesso aos serviços públicos e a circulação nas vias, garantindo, inclusive, a acessibilidade às pessoas com deficiência. Ainda que haja uma legislação que preconize o assunto, a

realidade destas pessoas é uma dificuldade de uma inclusão social, devido as barreiras e interferências encontradas principalmente nos ambientes de uso público.

Oral

SAÚDE DOCENTE, PANDEMIA E HOME OFFICE: como professores do ensino médio avaliam suas práticas e qualidade de vida diante do ensino remoto?

A presente pesquisa foi apresentada e aprovada pelo Programa de Concessão de Bolsas de Iniciação Científica (BIC-Sal) do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL) e tem por objetivo investigar, através de um instrumento on-line, como foi percebida a vivência da modalidade Home Office/ensino remoto pelos docentes do Ensino Médio e seus possíveis impactos na saúde física e mental no período de pandemia da covid-19. Parte-se da hipótese de que com o isolamento social implicado pelo cenário pandêmico e consequente adesão ao Home Office pelas instituições de ensino, professoras e professores têm desempenhado um maior número de tarefas se comparado à realidade presencial, uma vez que os limites entre vida pessoal e profissional foram estreitados e, com isso, atenta-se para possíveis aumentos nos índices de esgotamento físico e mental. Isto posto, está sendo realizado um estudo descritivo de caráter quantitativo e qualitativo, e, para a coleta de dados, foi desenvolvido um questionário estruturado no aplicativo Google Forms com questões fechadas e abertas sobre a pandemia, Home Office, Saúde Física e Saúde Mental. As questões fechadas,

BEATRIZ REHM CAMPOS

CAIQUE FELIPE DE SOUZA  
MARIA CLARA SOUZA NO  
RAFAEL AUGUSTO DE CAR  
SANTOS, Walcylene Castil

estruturadas em forma de escala Likert 5 pontos serão analisadas de forma estatística através do software Excel, e a aberta, através do método de análise de discurso proposto pelo filósofo Michel Foucault, tendo em vista que a natureza social dos fenômenos se dá a partir de percepções e compreensões dos sujeitos acerca da realidade vivida. Foram convidados a participar desta pesquisa professoras e professores do Ensino Médio de 1 (uma) escola pública e 1 (uma) privada, ambas instituições de ensino localizadas na região do Vale do Paraíba, interior de São Paulo. Conforme apontam pesquisas recentes, o atual quadro pandêmico e a adesão ao Home Office/ensino remoto tem se mostrado como fatores de risco à saúde física e mental de professores, indicando a existência de sofrimento proveniente da nova realidade de trabalho nessa população. Sendo assim, a proposta de investigar a percepção de professores do Ensino Médio sobre suas práticas na modalidade Home Office e os possíveis impactos dessa em sua saúde física e mental faz-se relevante uma vez que a literatura e os dados de pesquisa apontam para a existência de um sofrimento provindo da nova realidade

de trabalho na população docente. Logo, este estudo busca confirmar ou infirmar o que se apresenta na comunidade científica acerca do tema, e a partir disso, pretende-se publicar os resultados da pesquisa em periódicos científicos assim como apresentá-los em Mostras, Congressos e Seminários, tendo em vista dar visibilidade ao assunto e assim inspirar novos estudos capazes de realizar intervenções de cunho social na realidade apresentada.

Pôster

Educação patrimonial para o público infantil em espaço de educação não formal: o caso de Santa Bárbara do Oeste – SP.

A presente pesquisa tem como objetivo geral descrever e analisar o conjunto de práticas de Educação Patrimonial realizadas no Centro de Documentação da Fundação Romi (CEDOC) para crianças, no município de Santa Bárbara do Oeste - São Paulo. Os objetivos específicos são conhecer em detalhe a realidade do espaço selecionado e ainda, compreender como se dá o fenômeno educacional em espaços não formais, como os centros de documentação histórica, contribuindo para a valorização do patrimônio cultural de Santa Bárbara do Oeste - SP, entendido de modo mais aprofundado, incorporando inclusive os bens materiais móveis e os bens imateriais. Metodologicamente, a pesquisa é de abordagem qualitativa, do tipo participante e descritiva e analítica quanto aos seus objetivos. Tem-se realizado o levantamento e análise de documentos e entrevistas com a coordenadora e monitores do CEDOC, com uso de roteiro semiestruturado, acompanhado pelo diário de campo. O referencial teórico assumido baseia-se em Horta, Marins, Trilla, Fernandes, Garcia, Triviños e outros. A pesquisa consiste em uma oportunidade de aprofundamento que permita explorar

BIANCA DE PAULO BARBOSA

as múltiplas dimensões da educação patrimonial em espaço de educação não formal, como recurso metodológico para a construção do conhecimento voltado ao público infantil, estimulando o olhar da criança, provocando a curiosidade e levando-a a descobrir muito mais sobre o lugar, seus habitantes e sua história local.

Oral

Educação patrimonial no município de Santa Bárbara de Oeste – SP para crianças do Ensino Fundamental I

A presente pesquisa teve como objetivo geral descrever e analisar o conjunto de práticas de Educação Patrimonial realizadas no Centro de Documentação da Fundação Romi (CEDOC) para crianças do Ensino Fundamental I, no município de Santa Bárbara do Oeste - São Paulo. Os objetivos específicos foram conhecer em detalhe a realidade do espaço selecionado e as possibilidades de trabalho educativo com a história local para o Ensino Fundamental I. E ainda, compreender como se dá o fenômeno educacional em espaços não formais, como os centros de documentação histórica, contribuindo para a valorização do patrimônio cultural de Santa Bárbara do Oeste - SP, entendido de modo mais aprofundado, incorporando inclusive os bens materiais móveis e os bens imateriais. Metodologicamente, a pesquisa foi de abordagem qualitativa, do tipo participante e descritiva e analítica quanto aos seus objetivos. Foi realizado o levantamento e análise de documentos e realização de entrevistas com uso de roteiro semiestruturado, com a coordenadora do local. O referencial teórico assumido baseou-se em Horta, Marins, Trilla, Fernandes, Garcia, Triviños e outros. A pesquisa

BIANCA DE PAULO BARBOSA

Livia Morais Garcia Lima

consistiu em uma oportunidade de aprofundamento que permitiu explorar as múltiplas dimensões da educação patrimonial em espaço de educação não formal, como recurso metodológico para a construção do conhecimento voltado ao público infantil, estimulando o olhar da criança, provocando a curiosidade e levando-a a descobrir muito mais sobre o lugar, seus habitantes e sua história local.

Pôster

Desconhecimento acerca dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente

O presente trabalho tem como objetivo principal a transmissão de informações acerca dos Direitos Humanos às crianças e adolescentes do ensino público, a partir de linguagem simples e clara, que por muitas vezes, fruto da falta de conhecimento da lei, não há a acessibilidade até mesmo a legislação especial que os protege -crianças e adolescentes-. Para alcançar tal propósito, será realizado uma pesquisa de campo tendo como base a aplicação de um formulário modelo Google Forms, com perguntas pautadas no tema inicial, tal como a importância do conhecimento jurídico para o exercício da cidadania de acordo com as normas brasileiras e dos códigos de serviço de emergência, e, a partir do mesmo, iremos traçar e obter uma base dos conhecimentos prévios dos alunos e como enxergam tais questões levantadas, a mensuração dos conhecimentos acumulados do público-alvo juntamente com as falhas presentes na acessibilidade dessas informações. O tema foi escolhido pois, apesar da existência de uma legislação específica, grande parte da população não sabe como acessá-la. Nesse sentido, vale ressaltar o estudo histórico de Philippe Ariès (1981), onde destaca que a

BIANCA KETLYN RODRIGUES SOARES  
FONSECA

MARIA CLARA ALVES DA S  
CLARA ANTICO CARVALHA  
JOÃO PEDRO RAFAEL JUV

concepção de que crianças são cidadãos com direitos é uma noção extremamente recente, por consequência, é possível notar os efeitos desse retardamento até os dias de hoje. No Brasil, apenas em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA (Lei nº 8069,1990), foi criado para garantir os direitos infanto-juvenis, e ainda assim diversas barreiras são entrepostas, dificultando que atinjam a população e cumpram seu papel. Logo, o público-alvo ao qual o projeto é direcionado, são alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental público, da escola estadual Mário da Silva Pinto, Cruzeiro-SP. A escolha foi baseada no nível de desinformação que ainda permeia o setor público de educação e que reúne grande parte dos jovens em vulnerabilidade, fato que reforça a desigualdade social. Para tais fins, o método baseado na aplicação de um questionário com perguntas abertas através da plataforma Google Forms, fornecerá a coleta de dados qualitativos sobre o tema de acordo com o público-alvo e uma possível análise de tais dados, havendo um segundo encontro nos moldes de uma roda de conversa, para tirar quaisquer dúvidas restantes. Portanto, objetiva-se possibilitar uma

prevenção primária, onde haja uma maior compreensão e acesso aos direitos, de modo a diminuir possíveis fatores de risco e atingir resultados singulares em cada aluno afim de que que os mesmos possam reter conhecimentos e informações a respeito do tema tratado. Linha de pesquisa: O projeto apresentando tem como base o referencial Educação em Direitos Humanos.

Oral

ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM JOVENS  
LGBTs: IMPACTOS DO PRECONCEITO  
CONTRA A DIVERSIDADE SEXUAL

A Constituição Federal Brasileira prevê o princípio de igualdade a todos os cidadãos no Art. 5º do Capítulo I, portanto entende-se que discutir a temática do preconceito contra a diversidade sexual é tarefa primordial para contribuir com a garantia de melhor qualidade de vida e proteção a um público que é minoria na sociedade. A Organização dos Direitos Humanos garante os direitos das minorias sociais, neste caso a minoria de gênero, propondo reflexões sobre como seria possível garantir a igualdade para o público LGBT. Contrariamente a essas definições, pode-se verificar no Brasil que o preconceito contra as orientações não heterossexuais está relacionado com expressões de gênero que discordam da cultura hegemônica. Dessa forma, é de extrema necessidade problematizar o tema da sexualidade para explicitar a importância do respeito à individualidade, com vistas a lutar contra o preconceito e apoiar a melhoria da condição de vida da população LGBT. Observa-se que os jovens LGBTs podem desenvolver sintomas de ansiedade e depressão, em função de sofrerem constantemente, por parte de seus pares, e até mesmo de docentes,

BIANCA PONZIO

RAQUEL RODRIGUES PEÇ  
DE LIMA SANTOS, MARCI  
SANTOS, JHENIFER BRUN  
PEREIRA

atitudes de preconceito contra a diversidade sexual no âmbito escolar. Assim, o objetivo dessa pesquisa foi analisar as publicações científicas nacionais, considerando os últimos cinco anos, com relação a adolescentes LGBTs que apresentam sintomas de ansiedade e depressão, decorrentes do impacto do preconceito sexual vivenciado no cenário escolar. As bases de dados pesquisadas foram Pepsic, BVSpSi e Scielo, utilizando-se os descritores LGBT, LGBTFOBIA, escolar, ansiedade, depressão, jovem e sexualidade, de forma combinada. Como critérios de inclusão no estudo, foram considerados os artigos publicados no Brasil, em língua portuguesa, envolvendo adolescentes do ensino médio, com idades de 15 a 18 anos. Posteriormente, os resumos dos artigos científicos localizados foram lidos em sua íntegra, a fim de verificar quais enfatizavam a temática referente à influência do preconceito sexual na saúde mental de adolescentes LGBTs. Os artigos que corresponderam aos critérios estabelecidos previamente, foram selecionados para a análise qualitativa. Ressalta-se que esse estudo encontra-se na fase de leitura completa das publicações selecionadas, para então, ser

realizada a organização e a categorização dos dados, e por fim, a análise final baseada na literatura sobre o tema. Espera-se com esse projeto contribuir com os estudos sobre o preconceito à diversidade sexual, incentivando o desenvolvimento de outras pesquisas sobre o tema e ampliar os conhecimentos de profissionais que atuam com jovens LGBTs.

Oral

HOME OFFICE E SAÚDE MENTAL: estudo da percepção dos profissionais durante a pandemia Covid-19

Em dezembro de 2019, o mundo foi surpreendido pela COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), que em 2020, avançou para o estado de pandemia. Para conter o avanço da doença Covid-19, foram instauradas medidas preventivas, como o uso obrigatório de máscara, o uso de álcool em gel, e como estratégia principal, o distanciamento social. A forma das empresas e organizações colaborarem com o distanciamento social e evitarem a disseminação e o contágio do vírus, foi a adesão ao teletrabalho. A vivência de uma pandemia pode acarretar graves problemas psicológicos, e para os profissionais acrescentam-se os fatores de estresse como finanças, confinamento com a família ou sozinho e o medo de desemprego. O presente estudo é nomeado "HOME OFFICE E SAÚDE MENTAL: estudo da percepção dos profissionais durante a pandemia covid-19" e sua relevância se baseia em compreender quanto o regime home office pode se tornar um fator de risco para o adoecimento e interferir na saúde mental dos profissionais e qual a correlação entre as características sociodemográficas, as mudanças na

BRENDA MARIA ESPÍNDOLA

Walcyline Castilho de Ara  
MOTA BATISTA, MARIANA  
SILVA, MILENA VITORIA P  
VALENTIM

rotina e o desenvolvimento de sentimentos negativos que podem afetar a saúde mental dos trabalhadores em home office, visto que há uma tendência de aumentar o número de empresas que irão incorporar esse modelo de trabalho mesmo após o fim da pandemia. Com isso, a hipótese é de que seja possível, através da presente pesquisa, correlacionar as variáveis e ampliar o entendimento do adoecimento psíquico em profissionais que aderiram ao home office em meio a pandemia e as possíveis formas de atuação preventiva. O objetivo do projeto é mapear a percepção da vivência de sentimentos negativos que podem ser fatores de risco para saúde mental dos profissionais; analisar a diferença das características sociodemográficas dos participantes da pesquisa e verificar a possível relação entre as mudanças na rotina dos profissionais em regime de home office com o desencadeamento de sentimentos negativos que podem causar algum tipo de sofrimento psíquico, afim de mensurar os principais impactos na saúde mental de profissionais que tiveram a experiência do regime de home office durante a pandemia da Covid-19. Para alcançar os objetivos da

pesquisa as autoras elaboraram o “Questionário de percepção da saúde do profissional em home office” que será aplicado através da plataforma “Google Forms” em profissionais que estão em regime home office ou que tiveram a vivência do home office após o início da pandemia da Covid-19. A presente pesquisa é caracterizada como survey e para a análise dos dados será utilizado o método quantitativo.

Pôster

Compostagem: processos e benefícios da prática

O processo de compostagem está previsto como uma técnica de destinação final ambientalmente adequada no art. 3, VII, da Lei nº 12.305/2010, conhecida como Lei dos Resíduos Sólidos. De início, o processo de compostagem foi iniciado em 1920, na Índia, pelo Albert Howard. A compostagem é um processo que ocorre de forma natural, seguro e prático de decomposição dos resíduos orgânicos. Desta forma, eles podem ser produzidos em qualquer espaço, desde que o ambiente tenha uma boa demanda de composto orgânico. Além do mais, o processo de compostagem se beneficia de várias vantagens como por exemplo: reduz custos, recicla materiais, reduz o volume do lixo, enriquece a terra, produz adubo, previne a proliferação de animais vetores de doenças, entre outros. Pela observação dos aspectos analisados, atualmente, a compostagem aparece como uma ótima solução para ajudar a reduzir o volume de resíduos que são encaminhados para os aterros que acabam liberando mau cheiro, gás metano, sendo 23 vezes mais destrutivo que o gás carbônico - e chorume. A compostagem é um processo realizado por meio de uma composteira, pelos

Bruno Bustamante Ferreira Leonor

INGRID DA SILVA SANTOS  
LUCAS DOS SANTOS, JORGE  
CAMPOS DA SILVA, MARIANA  
MARTINS

micro-organismos (como fungos e bactérias; minhocas também), que são responsáveis pela degradação de matéria orgânica, a qual enriquece o solo para agricultura ou jardinagem. É nesse processo que o lixo orgânico vai ser transformado em composto orgânico por húmus e fertilizante, produtos estes resultantes da matéria orgânica decomposta. Para realizar todo esse processo algumas medidas devem ser adotadas, como: controle ambiental para ajudar a minimizar emissão de odores e também evitar a geração de chorume, proteção do solo e instalação de sistemas de coleta, implantação de sistema de recepção e armazenamento de resíduos orgânicos, adoção de medidas de isolamento e sinalização da área de compostagem, controle dos tipos e das características dos resíduos a serem tratados e, por fim, o controle da destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e líquidos gerados pela unidade de compostagem. A compostagem pode levar em torno de quinze dias a três meses para formar os seus resíduos. O resíduo sólido que foi produzido pode ser misturado no solo antes do plantio. Já o resíduo que é líquido pode ser pulverizado sobre as

folhas, logo, a umidade acaba por ser um item importante, não podendo ter em excesso e nem faltar, porque pode interferir no tempo de decomposição. Sendo assim, foi elaborada a proposta de apresentar aos alunos do UNISAL - Lorena a importância da prática da compostagem caseira através de uma cartilha didática, sendo ela uma excelente atividade educativa, pois ajuda a contribuir na formação da consciência e do entendimento sobre as leis ambientais, sendo uma prática evidente das transformações naturais pelas quais passam todos os organismos vivos, para que posteriormente haja a possibilidade da criação de um ciclo sustentável na instituição e também em casa.

Oral

O FUTEBOL COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO E DE INFLUÊNCIA POSITIVA DE RESPEITO E DE CUMPRIMENTO DOS DIREITOS HUMANOS

O artigo pretende demonstrar que o cenário social é marcado pelo abandono da infância e da adolescência, e pelo descaso das políticas públicas de educação e saúde principalmente em relação as classes populares. Sociedade esta que é excludente e discriminatória, comprovadamente uma das piores distribuições de renda do mundo. A inclusão social tem como conceito ser um conjunto de ações que impedem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade. Neste contexto, o futebol é tido como um excelente instrumento de formação humana, onde questões como regras, normas, disciplina, compromissos com horários pré-estabelecidos, responsabilidade com o coletivo, respeito ao companheiro, proporciona a inclusão e o exercício da cidadania. Considerado o esporte mais popular do mundo, no Brasil, o futebol teve início em 1894, quando Charles Miller trouxe da Inglaterra a primeira bola e um conjunto de regras a serem seguidas. Questiona-se qual seria o papel do futebol como instrumento inclusivo e social fora das quatro linhas? O futebol, por ser inclusivo, multicultural e influente, eleva a qualidade de vida dentro da comunidade, une as pessoas,

BRUNO MARUCO DIAS PINTO

FÁBIA DE OLIVEIRA RODRIGUES  
MARUCO

afasta diferenças e leva todos ao caminho do respeito. Isso começa por todos: clubes com mais noção da sua responsabilidade social; atletas e equipes técnicas que utilizam a sua influência mediática e a sua força para um mundo melhor e mais justo, onde todas as pessoas possam usufruir de direitos humanos. Para melhorar a formação de atletas, a Lei Federal nº 12.395/2011 criou a figura do clube formador de atletas, alterando a Lei Pelé (Lei Federal nº 9.615/98) para estabelecer, dentre outras coisas, os requisitos mínimos obrigatórios para que um clube obtenha o Certificado de Clube Formador –CCF (MELO FILHO, 2011). A ascensão social por meio do futebol é um objetivo de muitas famílias brasileiras. Um fato relevante nesta perspectiva de futuro profissional é que não só meninos de classes populares buscam a fama e a riqueza por intermédio do futebol profissional como também meninos de classe média e alta também fazem do futebol uma opção para o seu futuro profissional. O objetivo geral desse trabalho é contextualizar sobre a importância da inclusão social e os benefícios através do Futebol. Faz-se necessário que as atividades

desenvolvidas sejam intencionalmente organizadas, sistematizadas e com metodologias aplicadas com o objetivo de fomentar o desenvolvimento pleno das crianças e jovens participantes, formando cidadãos preparados para os desafios da vida. O estudo se valeu do método documental de pesquisa.

Oral

Saúde mental dos educadores sociais: relato de experiências através do grupo operativo

O presente trabalho foi realizado no estágio de Clínica Preventiva, na ênfase de saúde mental e prevenção, durante o período do segundo semestre do ano de 2020, com o objetivo de oferecer intervenções grupais para a prevenção de doenças e promoção de saúde de educadores sociais de uma instituição de atendimento a crianças e adolescentes em vulnerabilidade socioeconômica. A intervenção psicológica numa instituição exige que o profissional faça uma leitura diagnóstica das relações de poder, dos conteúdos latentes e manifestos, dos pactos denegatórios, etc., que determinam e/ou prejudicam o bom exercício das funções de educador social-funcionário em seu papel de cuidador da infância. Nessa perspectiva, destaca-se que o grupo operativo, enquanto técnica grupal, constitui-se como instrumento riquíssimo nas intervenções psicológicas em instituições. Tal método, criado por Pichon Rivière, tem como proposta técnica a reunião de pessoas com um objetivo comum, podendo ser nomeado como “grupo centrado na tarefa”, onde o foco se dá na interação entre seus membros de modo que pensem soluções para conflitos e dificuldades coletivas. O grupo operativo que consegue se

CAIO LUIS PIMENTEL DE AQUINO

MURILO PEDROSO LEMES  
Ana Carlota Pinto Teixeira

horizontalizar e responder enquanto equipe rompe com suas estereotipias e passa a reagir de maneira funcional frente às suas dificuldades. Com o decorrer do estágio, os estudantes, junto à supervisora, utilizaram da leitura psicanalítica e compreenderam que os conflitos vividos pelo grupo se relacionavam com o sincretismo dos educadores em suas relações pessoais e profissionais dentro da instituição. Salienta-se que tais conflitos acabavam comprometendo a qualidade do serviço prestado aos educandos. A partir disso, os estagiários fizeram intervenções que promoviam reflexões sobre os esquemas referenciais do grupo, o que levou a percepção de que os conflitos negados manifestavam-se indiretamente, comprometendo o desempenho dos educadores e dos educandos. Com isso, foram propostas tarefas com dinâmicas que ofereciam ao grupo a reflexão sobre a importância de cada colaborador em sua função, junto da necessidade de certo distanciamento entre os membros da equipe e seus conteúdos próprios projetados nos educandos. Com o estágio, explicitou-se que a pandemia da COVID-19 intensificou conflitos já presentes naquele setor. A

impossibilidade de que os educandos estivessem na instituição fez com que os profissionais fossem lidando com seus conteúdos inconscientes retirando as crianças e adolescentes do lugar de depositárias de seus conteúdos identificatórios. Ao fim do trabalho, foi possível observar progressos frente às queixas que se faziam presentes no início da atuação. Os objetivos de prevenção e promoção da saúde mental foram minimamente alcançados, resultando em benefícios à instituição e sua equipe.

Oral

REFLEXÕES DOS PROFESSORES SOBRE AS AULAS REMOTAS NO CURSO DE FISIOTERAPIA NO CENÁRIO DA PANDEMIA DA COVID-19 NA REGIÃO METROPOLITANA DE LIMEIRA/SP

Com o evento da pandemia pela Covid-19 todos os setores do mundo foram impactados, havendo a necessidade de isolamento social, visando diminuir a propagação do vírus, a manutenção da saúde e segurança. Em relação ao setor da educação superior, em caráter emergencial, para se dar continuidade às aulas foram ofertadas pelas instituições, principalmente, pelas particulares, as aulas no formato remoto utilizando-se de plataformas virtuais, conforme normatização do Ministério da Educação. Por estarmos vivemos um momento social em que as práticas pedagógicas foram reconfiguradas neste período, este trabalho investigou sobre as percepções de quinze docentes que atuam no curso de Fisioterapia de faculdades particulares da região metropolitana de Limeira sobre as aulas remotas em período da pandemia da Covid-19. O objetivo desta pesquisa foi compreender como foi caracterizada a ação dos professores e práticas pedagógicas nas aulas remotas nos cursos de Fisioterapia bem como vantagens e desvantagens deste modelo de aula. Os problemas de pesquisa abordados no trabalho foram quais as dificuldades encontradas pelos docentes

CAMILA GRANUSSO

neste modelo de aula e o que modificou na prática docente remota em relação à prática docente presencial? A metodologia utilizada foi a pesquisa descritiva com abordagem qualitativa e os dados foram coletados por meio de entrevistas, sendo realizada de forma on-line através da plataforma Google Meet e as informações foram analisadas pelo modelo de análise de conteúdo de Bardin. Foi observado que houve destaque nas falas sobre a falta de interação entre professores e alunos, falta do olho no olho a fim de entender se o aluno compreendeu o conteúdo. Em relação à condução das aulas foram realizadas principalmente gravações de vídeos, discussão de casos clínicos, leituras de artigos, seminários, aulas expositivas, palestras, bem como uso de aplicativos disponíveis na web. Entretanto foi relatado a necessidade do ensino presencial para realização das atividades práticas. Na questão de infraestrutura, a maior parte dos professores relataram a falta de condição tecnológica para o ensino remoto, principalmente por parte dos alunos, sendo que a maioria dos discentes possuía apenas celular e internet de baixa qualidade, além de não

existir um espaço próprio para estudo dentro de suas casas. Os principais pontos positivos foram melhoria da qualidade da aula teórica, novas possibilidades de ensino, melhor aproveitamento do tempo e redução de alguns custos, entretanto, como pontos negativos houve o aumento do trabalho acadêmico dos professores e falta de vínculo e afetividade com os alunos. Conclui-se que no curso de Fisioterapia, por ser uma área que envolve muito o toque, o ensino remoto deixa de promover essa experiência, não favorecendo aos alunos o desenvolvimento de habilidades práticas. Todavia, reconhece-se que o ensino remoto foi uma estratégia viável que garantiu a continuidade do ensino em segurança durante o período da pandemia da Covid-19.

Oral

Evasão Escolar em Tempos de Pandemia

RESUMO No início do ano de 2020, o acometimento global pelo vírus Sars-CoV-2 (COVID-19) causou a suspensão de diversos serviços em todo o mundo e, conseqüentemente, a interrupção das atividades escolares presenciais, substituindo-as por aulas remotas (AQUINO et al., 2020). Diante dessa nova realidade, observam-se novos desafios em relação aos índices de abandono escolar, fenômeno que ocupa, historicamente, o centro de discussões de políticas públicas educacionais. O fenômeno da Evasão Escolar é desafiador para o sistema educacional brasileiro e no ano de 2020, os índices tornaram-se ainda mais alarmantes. Desta forma, objetiva-se investigar os fatores que estão associados aos impactos do distanciamento social e abandono escolar entre os alunos do 2º ano do Ensino Médio das escolas estaduais E.E Geraldo de Oliveira, E. E. Dr. Joaquim Rodrigues Azenha e EE Dr. João Thienne localizadas na cidade de Nova Odessa/ SP. Será realizada uma pesquisa quantiquantitativa com aplicação de questionários direcionados aos professores e coordenadores das instituições supracitadas. Com a finalidade de investigar quais os efeitos

CAROLINA RIBEIRO DA SILVA

CAMILA MOURA, GIOVAN  
Caroline dos Santos Tede

do distanciamento social no comportamento dos estudantes associado à evasão escolar e, por fim, avaliar os impactos das aulas remotas na motivação dos alunos. Segundo Alaminos (2005), a problemática da evasão escolar é passivamente incluída nos sistemas de ensino, naturalizando o problema ao invés de questioná-lo. Assim, objetiva-se identificar como o distanciamento social entre aluno e instituição impacta no índice de evasão escolar. Para isso, estabeleceram-se objetivos específicos, que são: identificar quais são os impactos das aulas em modelo online na motivação dos alunos, investigar quais são as emoções negativas e positivas preponderantes e analisar os efeitos do distanciamento social no comportamento dos alunos em relação a continuidade dos estudos. Como resultado esperado se almeja dar visibilidade a questão da evasão escolar como fenômeno pandêmico, bem como contribuir com os diversos agentes da educação, pensando nas estratégias de resgate dos vínculos educacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS  
ALAMINOS, Cláudia. Evasão escolar na adolescência: necessidade ou ideologia? In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO

ADOLESCENTE, 2, 2005, São Paulo. Proceedings online. Disponível em: . Acesso em: 30 ago. 2020. AQUINO, Estela M. L. et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, supl. 1, p. 2423-2446, 2020.

Oral

Evasão Escolar em Tempos de Pandemia

RESUMO No início do ano de 2020, o acometimento global pelo vírus Sars-CoV-2 (COVID-19) causou a suspensão de diversos serviços em todo o mundo e, conseqüentemente, a interrupção das atividades escolares presenciais, substituindo-as por aulas remotas (AQUINO et al., 2020). Diante dessa nova realidade, observam-se novos desafios em relação aos índices de abandono escolar, fenômeno que ocupa, historicamente, o centro de discussões de políticas públicas educacionais. O fenômeno da Evasão Escolar é desafiador para o sistema educacional brasileiro e no ano de 2020, os índices tornaram-se ainda mais alarmantes. Desta forma, objetiva-se investigar os fatores que estão associados aos impactos do distanciamento social e abandono escolar entre os alunos do 2º ano do Ensino Médio das escolas estaduais E.E Geraldo de Oliveira, E. E. Dr. Joaquim Rodrigues Azenha e EE Dr. João Thienne localizadas na cidade de Nova Odessa/ SP. Será realizada uma pesquisa quantiquantitativa com aplicação de questionários direcionados aos professores e coordenadores das instituições supracitadas. Com a finalidade de investigar quais os efeitos

CAROLINA RIBEIRO DA SILVA

Caroline dos Santos Tede  
MOURA, GIOVANA ALANI  
maria pacchioni

do distanciamento social no comportamento dos estudantes associado à evasão escolar e, por fim, avaliar os impactos das aulas remotas na motivação dos alunos. Segundo Alaminos (2005), a problemática da evasão escolar é passivamente incluída nos sistemas de ensino, naturalizando o problema ao invés de questioná-lo. Assim, objetiva-se identificar como o distanciamento social entre aluno e instituição impacta no índice de evasão escolar. Para isso, estabeleceram-se objetivos específicos, que são: identificar quais são os impactos das aulas em modelo online na motivação dos alunos, investigar quais são as emoções negativas e positivas preponderantes e analisar os efeitos do distanciamento social no comportamento dos alunos em relação a continuidade dos estudos. Como resultado esperado se almeja dar visibilidade a questão da evasão escolar como fenômeno pandêmico, bem como contribuir com os diversos agentes da educação, pensando nas estratégias de resgate dos vínculos educacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS  
ALAMINOS, Cláudia. Evasão escolar na adolescência: necessidade ou ideologia?  
In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO

ADOLESCENTE, 2, 2005, São Paulo. Proceedings online. Disponível em: . Acesso em: 30 ago. 2020. AQUINO, Estela M. L. et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, supl. 1, p. 2423-2446, 2020.

Pôster

PERDA DO PODER FAMILIAR POR ABANDONO AFETIVO: Institucionalização de crianças e adolescentes.

O objetivo norteador deste presente artigo é estruturar o poder familiar, com seus direitos e deveres, além de mapear as causas que geram a destituição do mesmo, ocasionando a extinção ou suspensão do poder familiar. Contudo, a narrativa da pesquisa aprofunda-se com a intenção de sinalizar se a alienação parental e o abandono afetivo estão sendo compreendidos pelo sistema jurídico e doutrinário como motivos ensejadores da destituição do poder familiar, podendo até mesmo, direcionar crianças e adolescentes à institucionalização. Ressalta-se também o objetivo de acompanhar a evolução do poder familiar, seus conceitos, características, direitos e deveres de filhos e genitores, bem como conceitos de abandono afetivo e alienação parental, motivos ensejadores de uma possível destituição/suspensão do poder familiar. Considera-se a pesquisa produtora do artigo, necessária por evidenciar elementos que se relacionem com as situações atuais e que permitirão identificar fundamentos e razões das quais, as decisões judiciais julgam e determinam a perda do poder familiar em razão do abandono afetivo e não só: o assunto, objeto desta pesquisa, é

CAROLINA RIBEIRO PEDRASI

FERNANDO MARTINS LEO  
MARIA BATISTA MOREIRA  
REGINA DO BONFIM

fecundo e amplo, integrado cada vez mais ao cotidiano dos tribunais e varas, não sendo mais conveniente, discussões somente à letra fria da lei. A própria escolha deste tema não se isola: se consoa e se articula com a educação em Direitos Humanos, ao contemplar disposições sobre a dignidade e direitos sociais dos sujeitos, concatenando conhecimentos entre as áreas do direito, psicologia e pedagogia. O grifo principal sobre a infância e a adolescência, que é um período essencial para a construção sadia de um adulto e direciona o presente artigo para sua essência principal, o firme propósito de demonstrar a importância de um poder familiar bem exercido pelos genitores, uma vez que a família é o primeiro controle social baseada em princípios e valores que auxiliam a constituir a personalidade da criança e do adolescente; demonstrar esse poder familiar como múnus público e também as sanções aplicáveis aos que, infelizmente, não cumprem seu papel social de forma a preservar a dignidade humana da criança e do adolescente. A pesquisa é exploratória, bibliográfica e documental, trazendo documentos doutrinários e julgados favoráveis ou

desfavoráveis ao tema, sendo possível assim, discutir, analisar, concluir e elencar o (os) posicionamento (s) jurídico (s) sobre o abandono afetivo como um ato ilícito, passível de responsabilização.

Oral

CRIANÇA, MÍDIA E CONSUMO: ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICO E PRIVADO.

Resumo: Esse trabalho será realizado no contexto de iniciação científica (BIC-SAL) do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL), com o intuito de responder através da práxis, como a educação para o consumo desenvolvida no ensino fundamental I corrobora para a promoção de habilidades voltadas ao consumo consciente e às questões ambientais, visando um desenvolvimento sustentável. Bem como busca identificar a influência das mídias, da publicidade, no comportamento das crianças. O principal objetivo é desenvolver um estudo sobre a importância da implantação da Educação para o Consumo em escolas de Americana e/ou Santa Bárbara D'Oeste, que desenvolvam projetos voltados para essa temática, ressaltando a relevância dessas ações na formação das crianças. Segundo Fermiano (2016) a Educação para o Consumo se propõe a promover oportunidades/práticas de conhecimento das causas dos problemas sociais e econômicos, tornando o indivíduo sujeito de sua própria história, proporcionando a compreensão do lugar que as pessoas ocupam dentro da sociedade, ao ampliar a participação pública no debate e estabelecimento

CAROLINA SILVA DE BRITO

BEATRIZ BONACORE SANI  
JOSEANNE LETÍCIA OLIVEIRA  
BIANCA DA COSTA PEREIRA

dessas políticas. Essas práticas quando integrada às outras disciplinas de forma contínua, auxilia grandemente no desenvolvimento de cada criança, que se tornará um indivíduo consciente e responsável (SILVIA; GOMÉZ, 2010). A metodologia vinculada a este projeto configura-se como sendo quantiquantitativa. Inicialmente o desenvolvimento se dará com base em uma revisão bibliográfica para construção do referencial teórico e em seguida, busca-se realizar uma pesquisa de campo tendo como lócus da pesquisa, o Colégio Americana onde é realizado o projeto Ekonos, além das escolas da rede municipal de ensino de Santa Bárbara D' Oeste/SP. A execução dessa ação também contribuirá com novos conceitos e práticas a serem inseridas na área da educação e da Psicologia, auxiliando profissionais na viabilização de novos conceitos, ideias e possibilidades no momento de formação de sujeitos íntegros, críticos, reflexivos, conscientes economicamente e que visem a promoção de um constante desenvolvimento sustentável. Palavras-chave: Educação para o consumo; Desenvolvimento sustentável; Mídia. Referência: FERMIANO, Maria Belintane.

Educação para o consumo: uma proposta transversal para o ensino de história. *História & Ensino*, Londrina, v. 22, n. 2, p. 111-135, dez./2016. Disponível em: Acesso em: 22 abr. 2021. SILVA, Minelle Enéas; GÓMEZ, Carla Regina Passa. Consumo Consciente: o Papel Contributivo da Educação. *REUNA*, Belo Horizonte, 2010, v. 15, n. 3, p. 43-54, 20 out. 2010. Disponível em: . Acesso em: 28 dez. 2020.

Oral

CRIANÇA, MÍDIA E CONSUMO: ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICO E PRIVADO.

Resumo: Esse trabalho será realizado no contexto de iniciação científica (BIC-SAL) do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL), com o intuito de responder através da práxis, como a educação para o consumo desenvolvida no ensino fundamental I corrobora para a promoção de habilidades voltadas ao consumo consciente e às questões ambientais, visando um desenvolvimento sustentável. Bem como busca identificar a influência das mídias, da publicidade, no comportamento das crianças. O principal objetivo é desenvolver um estudo sobre a importância da implantação da Educação para o Consumo em escolas de Americana e/ou Santa Bárbara D'Oeste, que desenvolvam projetos voltados para essa temática, ressaltando a relevância dessas ações na formação das crianças. Segundo Fermiano (2016) a Educação para o Consumo se propõe a promover oportunidades/práticas de conhecimento das causas dos problemas sociais e econômicos, tornando o indivíduo sujeito de sua própria história, proporcionando a compreensão do lugar que as pessoas ocupam dentro da sociedade, ao ampliar a participação pública no debate e estabelecimento

CAROLINA SILVA DE BRITO

BEATRIZ BONACORE SANI  
DA COSTA PEREIRA DE SO  
JOSEANNE LETÍCIA OLIVA  
margareth maria pacchior

dessas políticas. Essas práticas quando integrada às outras disciplinas de forma contínua, auxilia grandemente no desenvolvimento de cada criança, que se tornará um indivíduo consciente e responsável (SILVIA; GOMÉZ, 2010). A metodologia vinculada a este projeto configura-se como sendo quantiquantitativa. Inicialmente o desenvolvimento se dará com base em uma revisão bibliográfica para construção do referencial teórico e em seguida, busca-se realizar uma pesquisa de campo tendo como lócus da pesquisa, o Colégio Americana onde é realizado o projeto Ekonos, além das escolas da rede municipal de ensino de Santa Bárbara D' Oeste/SP. A execução dessa ação também contribuirá com novos conceitos e práticas a serem inseridas na área da educação e da Psicologia, auxiliando profissionais na viabilização de novos conceitos, ideias e possibilidades no momento de formação de sujeitos íntegros, críticos, reflexivos, conscientes economicamente e que visem a promoção de um constante desenvolvimento sustentável. Palavras-chave: Educação para o consumo; Desenvolvimento sustentável; Mídia. Referência: FERMIANO, Maria Belintane.

Educação para o consumo: uma proposta transversal para o ensino de história. *História & Ensino*, Londrina, v. 22, n. 2, p. 111-135, dez./2016. Disponível em: Acesso em: 22 abr. 2021. SILVA, Minelle Enéas; GÓMEZ, Carla Regina Passa. Consumo Consciente: o Papel Contributivo da Educação. *REUNA*, Belo Horizonte, 2010, v. 15, n. 3, p. 43-54, 20 out. 2010. Disponível em: . Acesso em: 28 dez. 2020.

Oral

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES:  
SABERES DOCENTES EM SERVIÇO

Estudar a educação é também compreender que a escola, como instituição, muitas vezes não tem poder de modificar o que foi cultural e socialmente estabelecido, ou seja, a estruturação em torno da qual a própria educação se configurou para vir a ser o que é. Tal contexto sugere que a escola, por si só, não consegue promover a transformação da sociedade, embora vislumbrada para equacionar essa demanda. Todavia, pode, por meio de seus atores e instrumentos, promover e projetar caminhos que ofereçam uma educação crítica, intencional e libertadora como mecanismo importante ao aglutinar forças transformadoras do trabalho de formação de indivíduos com consciências críticas. Sobre esse assunto Freire (2000) assinala que o compromisso da escola deve ter como pauta a humanização e libertação do homem concreto, e, para isso, é fundamental se orientar pela ciência e tecnologia que são, nessa instância, instrumentalizadoras do desenvolvimento da consciência crítica do indivíduo, por meio da emancipação. Na última década as produções acadêmicas que centralizam a temática de formação de professores cresceram

CINTIA ANDRADE BRANCO

consideravelmente, de modo que demonstram preocupação em contribuir para a melhoria do desenvolvimento de novas práticas de formações. A formação de professores tem sido foco de muito estudo e de grandes debates tanto no Brasil quanto no mundo, todavia, segundo Gatti, Barreto (2009), ainda não se tem dados efetivos que ofertem à profissão docente os padrões mínimos necessários no intuito de deixá-la a altura de sua responsabilidade pública. A partir da evolução histórica das sociedades, a educação acompanha as transformações, progredindo as formas de aprendizagem e a compreensão sobre o que é ser professor, enfocando, então, o ato de ensinar como uma profissão que amplia seus significados e suas significações.

Oral

Espaços de convivência educativa como ferramentas voltadas a contribuição na formação integral do educando: mãos à obra na Casa de Dom Bosco em Americana/SP

Os espaços de convivência educativa, principalmente em tempos de pandemia, encontram-se cada vez mais restritos, sendo que áreas externas, ao ar livre, podem ser a grande solução para que principalmente as crianças encontrem, dentro do ambiente escolar, formas de integração social de maneira segura, respeitando regras de distanciamento e, ao mesmo tempo, participando ativamente das atividades pedagógicas e educacionais ali desenvolvidas. Nesse sentido, está sendo desenvolvido na Obra Social Salesiana Casa de Dom Bosco em Americana, projeto que visa a revitalização de área subutilizada, para que as crianças frequentadoras do espaço, oriundas de uma região reconhecidamente pobre, de extrema vulnerabilidade social, possam desfrutar de um espaço capaz de priorizar a saúde física e mental dos educandos, afastando-os das ofertas de produtos e atividades provenientes da marginalidade que impera nos entornos, como o tráfico de entorpecentes e prostituição. Para o desenvolvimento intelectual do projeto, vários profissionais de áreas multidisciplinares foram convidados a dele participar, tendo sido desenvolvido projeto

CLAUDIA MARIA PASTOR

GUSTAVO FAUSTINO DA S  
VEIGA FILHO, ALINE SILVE  
César Rossi

arquitetônico que contempla espaços extremamente enriquecedores para o desenvolvimento de atividades como por exemplo, práticas esportivas, área de convivência, formação de uma horta e arborização do local. Para isso foi sugerido a realização de serviço de terraplenagem no local, mas a análise realizada por uma profissional parceira, da área de engenharia civil, indicou que para a realização da regularização do terreno demandaria estudos técnicos aprofundados, o que por ora, inviabiliza a execução das obras nos moldes originalmente previstos. Foi preciso reformular a proposta inicial que, embora extremamente rica em detalhes e funcionalidades, tornou-se impraticável sua realização neste momento. O novo plano de ação consiste em fazer a limpeza de toda a área utilizando os níveis naturais do terreno no desenvolvimento das ações. Para isso estamos retomando o ciclo PDCA, partindo da nova perspectiva de intervenção. Uma limpeza categórica do local nos dará uma visão de melhor aproveitamento dos espaços. A interligação das áreas deverão ser realizadas por meio de trilhas que serão cercadas de ecologia. A formação da

horta, plantio de árvores frutíferas, instalação de tanque de peixes, são propostas que poderão, sem a necessidade de altos investimentos, integrar o novo ambiente. Essas ações mantêm o propósito de colocar em ação o projeto de revitalização idealizado possibilitando, inclusive, a efetiva participação da sociedade no desenvolvimento das ações. Assim, abrimos a possibilidade de formação de um ambiente propício ao fortalecimento de vínculos familiares, educação ambiental e principalmente a social educação da comunidade local. Além disso, será elaborado um dossiê, contemplando as colaborações técnicas de profissionais parceiros, que poderão ser utilizadas futuramente em novas intervenções.

Oral

Austeridade e Juventudes: impactos das políticas econômicas no trabalho, educação e saúde dos jovens

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, por meio do PIBIC, seu desenvolvimento também está vinculado ao grupo de pesquisa "Direitos Sociais, Direitos Fundamentais e Políticas Públicas", da linha de pesquisa "Direitos sociais, econômicos e culturais", do Programa de Mestrado em Direito do UNISAL. Os objetivos da pesquisa entendem-se por verificar e analisar como a aporofobia (aversão e rechaço aos pobres, em razão de sua condição socioeconômica) ocorre por meio das políticas de austeridade, falando-se assim em aporofobia estatal, e quais os impactos dessas políticas na população brasileira, com atenção a uma clivagem etária, ou seja, analisando em especial como a vida das juventudes é afetada. Os problemas que a pesquisa pretende responder são: Como as políticas de austeridade concretizam a aporofobia, violando os Direitos Humanos? E, quais os efeitos dessas políticas para população jovem brasileira? O termo austeridade surge inicialmente fora do âmbito econômico, mas sim na discussão moral, o que já oferece muitos indicativos sobre os argumentos dessas políticas, que na economia se constituem no corte de gastos públicos, visando a

DAVI DIAS RIBEIRO ARANTES

Daisy Rafaela da Silva

redução da participação do Estado no que diz respeito ao mercado, contudo sem reivindicar uma menor intervenção no que diz respeito, por exemplo, as políticas de créditos à bancos e grandes empresas ou mesmo ao policiamento na sociedade. No Brasil tais políticas vêm sendo inseridas desde a década de 1990, com um tímido recuo durante os governos petistas e retorno com maior intensidade em 2016, ainda no governo de Dilma Rousseff, com a nomeação de Joaquim Levy para ministro da fazenda. Feito o estudo para contextualização história e social do tema, a pesquisa buscou observar quais os impactos dessas políticas para os jovens, e assim optou-se por dividir a análise em três eixos, que também caracterizam direitos sociais, previstos na Constituição Federal de 1988, quais sejam: trabalho, educação e saúde, tema interrelacionados e que interferem mutuamente entre si. No âmbito do trabalho percebeu-se a reforma trabalhista, com redução de direitos, o abandono das políticas de valorização do salário-mínimo, e o crescente número de trabalhadores informais, constituindo-se os trabalhadores uberizados de maioria jovem. Para a educação, porém não

somente, o teto de gastos apresentou impacto notável, com perspectivas de grandes reduções pelos próximos 20 anos, situando o Brasil com investimentos ainda menores quando comparado com países membros da OCDE, por exemplo. Por fim, pode se analisar os investimentos em saúde, as condições do SUS e suas perspectivas para os próximos anos, também aí se observam efeitos decorrentes do desemprego como, por exemplo, no aumento dos casos de depressão nos últimos anos, sendo os principais atingidos os jovens, não unicamente consequência das políticas da austeridade, mas indissociáveis das condições sociais e econômicas vivenciadas pela população e suas perspectivas de futuro.

Oral

O DIREITO À ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA NO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: um panorama da situação no município de Santa Bárbara d'Oeste.

O presente trabalho busca trazer ao conhecimento a atual situação do atendimento psicológico oferecido às crianças e adolescentes inseridos em programas de acolhimento institucional no município de Santa Bárbara d'Oeste, localizado no interior do Estado de São Paulo. A fundamentação teórica baseia-se na redação legislativa integrante do ordenamento jurídico brasileiro, como, por exemplo, os direitos essenciais respaldados na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outras normas que visam a tutela dos direitos dos indivíduos que vivem em situação de acolhimento institucional. Devidamente demonstrada a natureza de garantia fundamental do direito à assistência psicológica, bem como sua intrínseca ligação com o direito à saúde mental, o trabalho objetiva traçar um panorama da atual situação da efetivação das políticas públicas voltadas ao tema, quando relacionado com crianças e adolescentes inseridos no sistema de acolhimento institucional, nas instituições localizadas no município em estudo. Trazendo à lume as especificidades do cuidado com o serviço de acolhimento institucional, bem como os parâmetros legalmente instituídos e

DENNER DE FREITAS LONGO

ALESSANDRA RIBEIRO AR  
Dias, LARISSA CAROLINE L  
FERREIRA, JONATHAN LEA  
SILVA

regulamentados por normas infralegais, objetiva-se no presente trabalho demonstrar se o Poder Público municipal de Santa Bárbara d'Oeste, em conjunto com outras organizações da sociedade civil, cumpre com tais requisitos e exigências, e, conseqüentemente, logra êxito em prover às crianças e adolescentes acolhidos o direito que tutelam, no que se refere à saúde mental, mais especificamente à assistência psicológica. Ademais, por meio de comparativos com outros estudos afetos ao tema, realizados em outras localidades, o trabalho se propõe a expandir o panorama traçado no nível municipal, a fim de levantar questões acerca das diferenças e semelhanças nos resultados obtidos nas pesquisas abordadas. Especificamente em relação aos dados até então coletados, identificou-se que 21 crianças e adolescentes encontravam-se acolhidos no município, naquele momento; que a média de idade dos acolhidos é de 6 a 14 anos; e que 70% dos acolhidos demonstra acometimento por algum tipo de transtorno relacionado à saúde mental. Ainda de acordo com os dados fornecidos pela Prefeitura Municipal, os planos de ação são devidamente

desenvolvidos individualmente e revistos no prazo indicado na legislação, bem como são mantidos dois psicólogos responsáveis pelo acompanhamento dos acolhidos, sendo oferecido também tratamento pelo CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) da cidade, quando necessário. Tais dados demonstram uma perspectiva que se adequa à legislação afeta, porém, mais dados serão coletados para verificar se efetivamente essas informações refletem a realidade. A falta de dados oficiais impôs-se como um fator dificultador da pesquisa, sendo imbuídas de vaguidade as poucas informações que logrou-se êxito na obtenção. Palavras-chave: Assistência psicológica. Família. Infância. Juventude. Desenvolvimento socioemocional.

Pôster

A MOBILIDADE URBANA COMO FORMA DE INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A mobilidade urbana pode ser considerada como a capacidade de deslocamento de um grupo de pessoas em uma cidade, independente da forma de transporte utilizada. É um conceito bastante discutido quando se trata de políticas públicas que envolvem planejamento urbano, visto que o crescimento das cidades interfere diretamente nas questões de transporte, processo de circulação e acessibilidade. A Constituição Federal em seu artigo 144, §10, I e II, dispõe que a educação, engenharia e fiscalização de trânsito devem assegurar ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente, tratando-se assim de uma competência dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios. Originando-se desta previsão Constitucional, o trabalho abordará a temática da mobilidade urbana para pessoas com deficiência no Brasil e sua relação com a inclusão social, partindo do conjunto de medidas direcionados a indivíduos excluídos do meio social, seja por deficiência física ou mental. O projeto incluirá, também, a Lei de Mobilidade Urbana (Lei N° 12.587/12), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei N° 13.146/15) e a Norma Técnica da ABNT (NBR9050) que trata das questões

EMANUEL RIBEIRO PINTO DINIZ

Giovana Maruco

de acessibilidade às construções civis, espaços e objetos, a fim de assegurar os direitos desse grupo minoritário no Brasil. Discorrerá sobre a importância da psicologia na vida da pessoa com deficiência, com intuito de contribuir para redução dos impactos da segregação social, levando informações a sociedade e preparando a pessoa com deficiência para lidar com essa problemática. O projeto será fundamentado na coleta de dados, análise de informações e fundamentação teórica, baseada na linha de Pesquisa sobre Educação Sociocomunitária na cidade de Lorena/SP.

Pôster

A MOBILIDADE URBANA COMO FORMA DE INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A mobilidade urbana pode ser considerada como a capacidade de deslocamento de um grupo de pessoas em uma cidade, independente da forma de transporte utilizada. É um conceito bastante discutido quando se trata de políticas públicas que envolvem planejamento urbano, visto que o crescimento das cidades interfere diretamente nas questões de transporte, processo de circulação e acessibilidade. A Constituição Federal em seu artigo 144, §10, I e II, dispõe que a educação, engenharia e fiscalização de trânsito devem assegurar ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente, tratando-se assim de uma competência dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios. Originando-se desta previsão Constitucional, o trabalho abordará a temática da mobilidade urbana para pessoas com deficiência no Brasil e sua relação com a inclusão social, partindo do conjunto de medidas direcionados a indivíduos excluídos do meio social, seja por deficiência física ou mental. O projeto incluirá, também, a Lei de Mobilidade Urbana (Lei N° 12.587/12), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei N° 13.146/15) e a Norma Técnica da ABNT (NBR9050) que trata das questões

EMANUEL RIBEIRO PINTO DINIZ

Giovana Maruco

de acessibilidade às construções civis, espaços e objetos, a fim de assegurar os direitos desse grupo minoritário no Brasil. Discorrerá sobre a importância da psicologia na vida da pessoa com deficiência, com intuito de contribuir para redução dos impactos da segregação social, levando informações a sociedade e preparando a pessoa com deficiência para lidar com essa problemática. O projeto será fundamentado na coleta de dados, análise de informações e fundamentação teórica, baseada na linha de Pesquisa sobre Educação Sociocomunitária na cidade de Lorena/SP.

Oral

TRANSVIVÊNCIA: resistir e educar

O presente artigo tem a intenção de desvelar alguns aspectos que permeiam a vida de pessoas transexuais e travestis, através de suas vivências, da pluralidade da sua população, do tipo de militância que faz e que se deixa de fazer. Propõe a desconstrução do discurso que marginaliza, e expõe as articulações para continuar resistindo e ensinando a existência da luta pela igualdade, pela justiça, pela identidade e cidadania, apesar da grande onda neoconservadora, extremista, que se opõe a quaisquer ideias que possam trazer clareza, onde há sombras, num complexo desserviço que empurra toda a sociedade ao encontro do retrocesso, onde somente a heteronormatividade é respeitada. Por meio de entrevistas, com pessoas transexuais, pelo gestor de uma casa de acolhimento e por uma pessoa transexual não binária, expressando a educação como parte da liberdade, em contrapartida ao termo congruente. Uma linha tênue separa o que é permitido ou aceito socialmente; essa mesma linha, muito mais visível e pouco tênue, deixa bem claro o que pode ser visível, respeitado e aceito socialmente. Paralelas, essas duas linhas podem significar a continuidade da existência de

FABIOLA CAUDURO DA ROCHA

uma vida, ou sua total invisibilidade, até que desista e se descontinue, ou mesmo opte por enquadrar-se dentro do que é aceito socialmente, mesmo que isso lhe custe viver à sombra dentro de uma coexistência, inviabilizada por não ter espaço e que incomoda por existir. Com base nessa premissa, é que fomos buscar através de conversas, o entendimento sobre a importância das ações voltadas à população transexual, não binárias e travestis através de suas vivências, de suas experiências e resistências. Tratar da relevância sobre a necessidade da discussão sobre gênero e orientação sexual, expressando limites pessoais, respeito à diversidade humana, que é também racial, social, sexual e político. Não se trata de uma pretensão, discutir aqui quais percursos sobre cultura, mas ressaltar, cada momento histórico relevante, cada vivência declarada, e quais as abordagens, o percurso dentro do contexto sociopolítico vivido, o momento se pretende discutir, é o caleidoscópio de experiências que se transmite e que reverberam em cada momento histórico, no campo sociopolítico e, conseqüentemente, educacional. Essa produção de conhecimento acadêmico, freireana por

ações transformadoras, oral pelas relevantes informações transmitidas pela vivência que constitui a obra da resistência para não se conformar com a invisibilidade ou com a anulação da pessoa humana, particularmente na forma como se reflete nas propostas dos educadores, em relação às questões de identidade.

Oral

TRANSVIVÊNCIA: resistir e educar

O presente artigo tem a intenção de desvelar alguns aspectos que permeiam a vida de pessoas transexuais e travestis, através de suas vivências, da pluralidade da sua população, do tipo de militância que faz e que se deixa de fazer. Propõe a desconstrução do discurso que marginaliza, e expõe as articulações para continuar resistindo e ensinando a existência da luta pela igualdade, pela justiça, pela identidade e cidadania, apesar da grande onda neoconservadora, extremista, que se opõe a quaisquer ideias que possam trazer clareza, onde há sombras, num complexo desserviço que empurra toda a sociedade ao encontro do retrocesso, onde somente a heteronormatividade é respeitada. Por meio de entrevistas, com pessoas transexuais, pelo gestor de uma casa de acolhimento e por uma pessoa transexual não binária, expressando a educação como parte da liberdade, em contrapartida ao termo congruente. Uma linha tênue separa o que é permitido ou aceito socialmente; essa mesma linha, muito mais visível e pouco tênue, deixa bem claro o que pode ser visível, respeitado e aceito socialmente. Paralelas, essas duas linhas podem significar a continuidade da existência de

FABIOLA CAUDURO DA ROCHA

uma vida, ou sua total invisibilidade, até que desista e se descontinue, ou mesmo opte por enquadrar-se dentro do que é aceito socialmente, mesmo que isso lhe custe viver à sombra dentro de uma coexistência, inviabilizada por não ter espaço e que incomoda por existir. Com base nessa premissa, é que fomos buscar através de conversas, o entendimento sobre a importância das ações voltadas à população transexual, não binárias e travestis através de suas vivências, de suas experiências e resistências. Tratar da relevância sobre a necessidade da discussão sobre gênero e orientação sexual, expressando limites pessoais, respeito à diversidade humana, que é também racial, social, sexual e político. Não se trata de uma pretensão, discutir aqui quais percursos sobre cultura, mas ressaltar, cada momento histórico relevante, cada vivência declarada, e quais as abordagens, o percurso dentro do contexto sociopolítico vivido, o momento se pretende discutir, é o caleidoscópio de experiências que se transmite e que reverberam em cada momento histórico, no campo sociopolítico e, conseqüentemente, educacional. Essa produção de conhecimento acadêmico, freireana por

ações transformadoras, oral pelas relevantes informações transmitidas pela vivência que constitui a obra da resistência para não se conformar com a invisibilidade ou com a anulação da pessoa humana, particularmente na forma como se reflete nas propostas dos educadores, em relação às questões de identidade.

Oral

ADAPTAÇÃO E SAÚDE MENTAL DIANTE DA PANDEMIA DE COVID-19: PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Atualmente, a pandemia relacionada ao vírus causador da COVID-19 tem apresentado desafios amplamente estudados nos últimos meses. A ciência tem se dedicado a identificar aspectos e consequências relacionadas ao processo de isolamento social entre as diferentes culturas. Porém, ainda não se tem informações precisas relacionadas às estratégias de enfrentamento que serão empregadas pelas pessoas nos processos de flexibilização. Tal conhecimento se mostra relevante, pois há indicadores que apontam para processos de segunda onda pandêmica associados a condutas das pessoas nos momentos de flexibilização das medidas de isolamento social. Sendo assim, o presente estudo se propôs a analisar os aspectos psicológicos associados a uma perspectiva pós pandemia no contexto brasileiro, visto que a sociedade tenderá a iniciar um relaxamento do distanciamento social nos próximos meses. Participaram deste estudo 255 pessoas, de ambos os sexos e de diferentes regiões do Brasil. Os participantes foram convidados a responderem instrumentos psicológicos via formulário digital, a saber: a Escala DASS-21, a Escala de Resiliência para

FELIPE BIGOTO DA COSTA

Karina da Silva Oliveira, M  
DOS SANTOS

Adultos (RSA), o Revised Life Orientation Test (LOT-R), a Escala de Esperança Disposicional e o Inventário de Estratégias de Coping de Folkman e Lazarus. Foram analisados os descritivos dos resultados das escalas, a análise de variância (ANOVA), o teste-t para amostras independentes e calculada a correlação de Spearman. Como resultados, observou-se que não houve diferença significativa nas pontuações das escalas aplicadas em relação a quantidade de lugares frequentados pelos participantes, exceto para a escala de otimismo. Também foi visto que, embora as mulheres tenham apresentado maior sofrimento psicológico, esse mesmo grupo indicou maior busca por suporte e ajuda. Por fim, foram identificadas correlações positivas e moderadas, destacando a relação entre as estratégias de resolução de problemas e reavaliação positiva com a esperança. Também se destaca que as estratégias de confronto e fuga-esquiva tendem a estar relacionadas com maior distresse. Diante dos dados, foi possível ter maior clareza sobre os processos de enfrentamento em situações adversas, em especial no tocante aos processos de flexibilização do isolamento social.

Ressalta-se que esse estudo demonstra pioneirismo acerca desses temas estudados em conjunto no Brasil. Sugere-se que outros estudos dessa natureza sejam realizados, nos novos momentos de enfrentamento à pandemia da COVID-19.

Oral

UM ESTUDO DE REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE A PANDEMIA DO COVID-19 E OS IMPACTOS DO ISOLAMENTO SOCIAL NA SAÚDE FÍSICA DOS/DAS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS/AS

Este estudo tem como objetivo apresentar uma revisão sistemática da literatura sobre os impactos do isolamento social causados na saúde física de universitários/as, em decorrência da crise sanitária mundial, provocada pela pandemia da Covid-19. No contexto pandêmico que a sociedade passa, atualmente, é de extrema importância refletir sobre, os possíveis efeitos negativos na saúde física, especificadamente, dos/das jovens e adultos/as que estão tendo aulas remotas nas universidades, em função de mudanças que ocorreram, a partir da necessidade de confinamento. A revisão sistemática é uma metodologia científica que tem como foco uma questão definida e busca investigar produções de qualidade sobre um determinado tema. É possível, com esse tipo de estudo, distanciar-se de controvérsias sobre o assunto e, contribui para a elaboração de uma teoria mais consistente, que possa auxiliar na análise dos dados coletados com uma pesquisa de campo. Assim, este trabalho se estabelece como a primeira etapa do projeto de iniciação científica intitulada "Educação, Saúde e Tecnologia em Tempos de Pandemia". A busca pela literatura nesta revisão se

FELIPE DETONI DA FONSECA FELIX

Roberta Cortez GAio

deu a partir da seguinte questão norteadora: Quais os efeitos da pandemia para saúde e qualidade de vida de jovens e adultos universitários/as, considerando o isolamento social e o ensino remoto? A investigação foi realizada por meio do google acadêmico, scielo e revistas especializadas na área da Educação Física, referentes a publicação de 2020 e 2021. Na etapa de seleção de artigos, verificou-se a existência de nove artigos publicados que atenderam a critérios pré-estabelecidos. Após a extração e síntese dos dados, foi possível identificar alguns fatores que indicam o agravamento da saúde física de estudantes universitários/as, tais fatores como: a perda da qualidade de vida, em função da inatividade, provocada pelo ensino remoto; distanciamento generalizado das atividades esportivas; diminuição da prática do exercício físico orientado e, conseqüentemente, aumento do sedentarismo, entre outros. Há, também, relatos em artigos que apresentam discursos de universitários, sobre a dificuldade encontrada em conseguir se exercitar durante o isolamento social, em função dos prejuízos que a pandemia trouxe na

saúde mental deles, tais como: medo, insegurança, preocupações com o futuro, entre outros. Assim, este estudo pretende ser fermento para reflexões e possíveis sugestões, no que se refere a contribuir com ações que possam amenizar os efeitos da pandemia para a vida de universitários/as, tendo o UNISAL-Liceu de Campinas como universo da investigação e, conseqüentemente, intervenções posteriores. Palavras Chaves: Qualidade de Vida, Exercício Físico, Atividade esportiva, Sedentarismo, Pandemia

Oral

PNAD e Maconha: a educação e o direito no banco dos réus

O objetivo deste trabalho é problematizar e discutir a proibição da utilização da Cannabis Sativa – popularmente conhecida como maconha. A proibição influencia e atravessa políticas sociais e o jargão é utilizado e explorado politicamente, socialmente, culturalmente. A pesquisa bibliográfica exploratória forneceu pistas e evidências que procuram responder os questionamentos comuns que se dão ao tema. Sendo a primeira dessas o porquê da proibição, não é possível falar dela, sem resvalar em recortes de controle social, racismo, preconceito e desinformação. Grifo merecido, o Brasil foi o primeiro país a proibir e criminalizar o uso da Cannabis Sativa. Permanece essa criminalização na sociedade, fazendo vítimas e constrangendo o judiciário com um número absurdo de processos que se referem. Na atualidade, a planta reduzida a condição de droga, é alvo de crime na justiça, esquecendo-se que com o progresso da medicina, dela se extraem compostos químicos e remédios com eficácia reiterada nos meios científicos principalmente no tratamento da Epilepsia. Famílias precisam se valer de inúmeros expedientes legais para

FERNANDO MARTINS LEOPOLDINO

conseguir importar um remédio: são produzidas liminares, habeas corpus e tamanhas extremadas exceções, desgastes desnecessários para que seus doentes possam obter alívio. Além, o tabu da proibição impede o debate em outros níveis, o que se reflete no que se enxerga hoje: a maconha é uma das drogas mais consumidas pela juventude e uma das maiores causas de encarceramento desta. Tratando-se desse percurso, há contribuições grandiosas no conceito de Justiça Social, avaliando o protagonismo dos sujeitos na construção de uma sociedade melhor, na direção do bem comum. Acredito que esta pesquisa se faz necessária, uma vez que, em um período de explosão dos questionamentos e rompimentos de valores tidos como tradicionais, um estudo que demonstre relações, evidências e proponha revisão de olhares sob paradigmas que mantém a práxis em políticas ineficazes, não será mera obra do acaso. É uma proposição ancorada nos preceitos da Justiça Social, levantando-se problemas e possíveis saídas para uma aplicação futura. Conclui-se que o estudo causará, através da problematização e dos dados relacionados, uma profunda reflexão e

interesse ao tema, podendo em futuros projetos servir de base para cartilhas, debates, palestras. No imediato, apontará a urgência nas intenções de revisão de projetos de lei e a inclusão do tema de forma mais contundente nas escolas, não na forma como se dá hoje.

Oral

A dependência química e um olhar crítico do suporte necessário para os que se fazem reféns das drogas.

A dependência química é uma doença crônica que deve ser tratada, seja por conta do acesso e uso de substâncias e da situação de rua em que alguns sujeitos vivem, quanto da falta de medidas prévias tomadas ocasionando a irreversibilidade dessa condição. Mas, qual o papel da família, e das autoridades, do estado? Os dependentes químicos, especialmente as mais vulneráveis, gozam de proteção legal e, sobretudo, do direito a condições que favoreçam maior qualidade da vida. Assim, essa pesquisa tem por intuito compreender a percepção dos dependentes químicos e profissionais de instituições específicas de tratamento, sobre a dependência química e as ações e políticas públicas específicas sobre drogas. A forma como as autoridades lidam com este problema social, o amparo e suporte necessário para tratamento do vício, além dos motivos que levam um indivíduo a consumir compulsivamente substâncias tóxicas prejudiciais a própria saúde, o impacto na família e na sociedade. Busca-se pesquisar sobre o tratamento gratuito, ou não, disponibilizado para os dependentes químicos, especificamente quanto à eficácia e qual constância desse tratamento, e sobre o que pensam

GABRIEL DA SILVA MENGUI

KAROLAYNE JESUS MENEZES  
DE SOUZA VIANNA

dependentes químicos em respeito das medidas que são executadas pelo poder público, para inibir o consumo de drogas e atender ao público dependente químico. A pesquisa apresenta um caráter qualitativo explicativo, com uma amostra subdividida em dois grupos, 20 dependentes químicos e 10 profissionais de saúde atuando com esse público. Os dados estão sendo coletados por meio de um questionário sociodemográfico, com variáveis de sexo, idade, escolaridade, estrutura familiar e socioeconômica. Ademais, utiliza-se de uma entrevista semiaberta com o intuito de compreender a percepção dos participantes sobre a dependência química, a partir do histórico de vida dos participantes, o suporte familiar e social recebido e as políticas junto a essa clientela. Os participantes são oriundos de duas instituições de assistência à dependência química da região do Vale do Paraíba, com o contato e autorização prévia para a coleta. Os dados serão categorizados e apresentados de maneira descritiva por meio de tabelas com a utilização do software estatístico SPSS. Em um segundo momento as entrevistas serão analisadas de maneira qualitativa através do método de análise

de conteúdo de Bardin (2011) avaliando as narrativas em três etapas: pré-análise, exploração dos dados e tratamento dos resultados. Salienta-se que a pesquisa encontra-se em fase de coleta de dados junto às instituições participantes, para tanto até o presente momento não é possível a apresentação de resultados, discussão e conclusão desse estudo. O estudo encontra-se alinhado a linha de pesquisa em saúde. Acredita-se que os posteriores resultados irão elucidar o cenário da dependência química trazendo substrato científico para compreendermos esse público sob a ótica de uma problemática de saúde pública e não apenas dos estigmas da criminalização desses sujeitos.

Pôster

ESTUDO E ADOÇÃO DE TÉCNICAS SUSTENTÁVEIS E CONSTRUÇÃO INTELIGENTE PARA A MINIMIZAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELA CONSTRUÇÃO CIVIL

A população mundial está em constante crescimento, o que significa, igualmente, uma expansão das cidades. De acordo com a Organização das Nações Unidas a população mundial, em 2019, era de 7,7 bilhões de pessoas, devendo aumentar 2 bilhões nas próximas quatro décadas. Com as estimativas de crescimento surge a necessidade de investimentos na construção civil e, sendo este o setor responsável por consumir grande parte dos recursos naturais através da extração dos materiais e também por gerar resíduos em quantidade alta, é necessário a adoção de ações para minimizar os efeitos e conscientizar a população e empresas do ramo. Os efeitos causados ao meio ambiente podem infringir os direitos ambientais assim como refletir nos direitos humanos de um ambiente saudável para uma boa qualidade de vida da população. Para o desenvolvimento do estudo, a coleta de informações foi realizada através de inspeções em artigos, revistas eletrônicas, normas nas áreas de engenharia civil e direito. As pesquisas conduziram ao entendimento a respeito dos impactos da construção e também sobre os direitos ambientais, humanos e urbanísticos. Por meio da investigação

GABRIEL HENRIQUE CAMPOS FREITAS DE OLIVEIRA AMANDA ALVES DE BRITO

de técnicas e materiais sustentáveis existentes no mercado como o tijolo ecológico, telhado verde, construção modular, reutilização de água, modelos construtivos para a minimização do consumo de água e energia e entre outros, foi possível a sintetização das técnicas sustentáveis para a elaboração de uma cartilha de informações e incentivo para população e de um modelo de construção inteligente. A proposta da cartilha é abordar no início os conteúdos de direito ambiental, em seguida relatar sobre os impactos da construção demonstrando dados estatísticos e, por fim, apresentar os modelos construtivos sustentáveis encontrados. A organização das informações deve ser de maneira descomplicada para que desperte o interesse do leitor ao conhecimento sobre as técnicas que podem ser adotadas em suas residências ou empresas assim como os direitos ambientais que devem ser respeitados. Para o projeto de construção inteligente serão escolhidos exemplos dentre as técnicas estudadas a fim de demonstrar de uma forma mais realista a aplicabilidade e viabilidade da utilização dos processos construtivos sustentáveis.

Ao final do desenvolvimento do estudo, com uma possível divulgação, busca-se explicar sobre como os métodos sustentáveis podem contribuir para a solução do problema ambiental causado pela construção e como pode haver a melhoria de qualidade de vida no planeta com práticas inovadoras.

Pôster

Ventilador Pulmonar de Baixo Custo

Existem diversos tipos de aparelhos respiratórios. Muitos desses são os inaladores que pessoas asmáticas ou com dificuldade de respirar utilizam e são conhecidos por várias pessoas. Um tipo que poucos conhecem é o ventilador pulmonar mecânico. Pode ser usado de forma não invasiva, ou em casos extremos, com intubação endotraqueal ou ainda traqueostomia. Devido ao surgimento de uma pandemia, o COVID-19, houve um crescimento exorbitante e inesperado por necessidade de ventiladores pulmonares. Isso fez com que eles tivessem não só seus custos elevados, como gerando também uma escassez de oferta. Por essas razões, hospitais estão tendo dificuldade de obter mais aparelhos. Um dos sintomas da nova doença consiste em falta de ar que pode variar de branda a grave. Logo, os aparelhos se fazem essenciais na decisão de vida ou morte dos pacientes com sintomas crônicos. Para amenizar a dificuldade que se encontra a atual situação devido a pandemia, a busca por um aparelho que possa suprir a demanda graças ao seu baixo custo, mas que possua alta eficiência. Haja vista a necessidade de uma quantidade maior

GABRIEL SILVA DOS SANTOS

MATHEUS BIZARI BIAZON  
NAGASHIMA LEANDRO, R  
DOS SANTOS

de respiradores mecânicos na rede pública e privada de saúde por conta da pandemia do COVID-19, tornou-se essencial adotar medidas que supram tal necessidade de forma a garantir uma melhor possibilidade de salvação de pacientes em estado crítico de comprometimento pulmonar. O desenvolvimento de um respirador pulmonar de baixo custo, terá como objetivo o auxílio emergencial de pacientes em condições leves de comprometimento pulmonar, sendo assim uma forma rápida de auxílio para aqueles que não dependem 100% da ventilação. Com a ventilação mecânica emergencial o paciente pode receber o auxílio rápido, de modo a posteriormente não ter seu quadro clínico avançando por falta de um equipamento hospitalar. Levando em consideração todas as informações citadas acima, a proposta é desenvolver um dispositivo que seja capaz de pressionar um AMBU (bolsa de ressuscitação manual) de forma gradual e controlada, tanto durante a inspiração quanto na expiração. Para que isso seja possível, será desenvolvido um sistema com duas pás opostas que serão movimentadas por um motor DC

(corrente contínua) acoplado à uma engrenagem. Acredita-se que esta seja a melhor configuração possível para a automação deste processo, pois desta maneira será possível controlar os seguintes parâmetros mecânicos: Velocidade de aperto e liberação de gases, curso total necessário para liberação do volume de gases especificado em controle e facilidade de troca do AMBU para atender aos padrões de cada paciente.

Pôster

Método de Aprimoramento de Comunicação Funcional (PECS) para Autistas no âmbito escolar

O TEA (transtorno do espectro autista) é um transtorno neuropsicológico caracterizado pelo comprometimento da comunicação social e comportamentos estereotipados com interesses físicos e restritos (de acordo com DSM-V). Os Indivíduos autistas possuem grandes limitações sociais, apresentam quadros de limitações na aprendizagem devido a comorbidade com deficiência intelectual, mostrando assim grande limitação na fala, necessitando de um material de apoio até estabelecer um perfil maior de independência e conseguir se comunicar sozinho. E foi pensando nisso que surgiu o Sistema De Comunicação Por Troca De Figura (PECS), Picture Exchange Communication System, em inglês, em 1985, criado por Andy Bond e Lori Frost. Nosso projeto visa a divulgação da informação de funcionalidade sobre o uso PECS no âmbito escolar, atingindo professores, alunos, pais de alunos e funcionários em geral. Será avaliado o uso do PECS na próxima etapa do projeto, a partir de uma criança que utiliza esse sistema alternativo de comunicação.

Gabriely de Castro Silva

LUCAS PONTES XAVIER G  
LAURA RIBEIRO DA SILVA,  
LEOPOLDINO DE CASTRO

Oral

AVALIAÇÃO DE INDICADORES PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PELA ANALÍTICA DE APRENDIZAGEM (LEARNING ANALYTICS) E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: SISTEMAS ADAPTATIVOS EDUCACIONAIS

Esta pesquisa teve como objetivo investigar e propor a melhoria de indicadores pedagógicos da educação superior brasileira, pelas ferramentas e técnicas da analítica de aprendizagem (learning analytics) e dos sistemas adaptativos educacionais, no quadro conceitual da inteligência artificial, segundo o princípio de big data e das técnicas associadas de data mining. Os indicadores de resultado trabalhados foram de natureza quantitativa e qualitativa, obtidos junto ao setor de tecnologia de informação do UNISAL, como filial, campus, curso, habilitação, turno, modalidade, período letivo, turma, disciplina, sexo e nota, havendo, portanto, uma readequação em relação à proposta inicial. A metodologia de condução do trabalho empregou processos empíricos da analítica de dados (coleta, tratamento, processamento e análise de dados de IES, no caso o UNISAL) e as já citadas variáveis. A hipótese de trabalho de que a analítica de aprendizagem e os sistemas adaptativos educacionais podem ser ferramentas de transformação da educação superior, ao melhorar indicadores pedagógicos de importância para a IES que os utiliza, foi

GEOVANNA ROBERTA MOTA

Renato Soffner

verificada. Como resultados, tivemos a confirmação de que a analítica de aprendizagem pode ser de utilidade para alunos e professores do UNISAL, e para o sistema de educação superior como um todo. Palavras-chave: analítica de aprendizagem; sistemas adaptativos educacionais; data mining; indicadores pedagógicos; educação superior brasileira.

Oral

A PROTEÇÃO DOS REFUGIADOS À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS NO PLANO INTERNACIONAL

O presente artigo demonstra que a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 demarcou a concepção contemporânea de direitos humanos, seja por fixar a ideia de que os direitos humanos são universais, inerentes à condição da pessoa e não relativos às peculiaridades sociais e culturais de determinada sociedade, seja por incluir em seu elenco não só os direitos civis e políticos, mas também direitos sociais, econômicos e culturais. Dentre os direitos fundamentais, assegurou-se o direito de toda pessoa estar livre de perseguição, de procurar abrigo em lugar seguro, direito contra a devolução forçosa ao seu país de origem, assegurando-se o mínimo de dignidade ao solicitante do asilo ou refúgio. Três anos após a declaração dos direitos do homem, foi aprovada a Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, que define a condição de refugiado. Segundo a definição dada pela Agência de Refugiados na Organização das Nações Unidas, ACNUR, refugiados são pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo

Giovana Maruco

EMANUEL RIBEIRO PINTO  
DE OLIVEIRA RODRIGUES

social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados. A Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, traz em seu bojo a proteção às relações internacionais com amparo nos princípios previsto no artigo 4º, dentre eles, a prevalência dos direitos humanos, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a concessão do asilo político, assegurando direitos fundamentais e segurança a quem está sujeito a perseguições políticas, religiosas, decorrentes de raça, nacionalidade, cultura e opinião política. Em seu artigo 1º, inciso III, a CF/88 prevê como direito fundamental a dignidade da pessoa humana, sendo um princípio basilar e essencial à humanidade que ao longo do tempo vem em altas reincidências sendo violado pelo Estado, que deveria ser o garantidor do gozo dos direitos. A questão dos refugiados, hoje, vive seu maior desafio, depois da Segunda Guerra Mundial. Diante das catástrofes humanitárias, geradas por conflitos armados que se agudizam em diferentes territórios, em especial no Oriente Médio e na África, o que se esperaria dos demais governos e das

sociedades em relação aos refugiados? Não apenas pelos compromissos e obrigações internacionais assumidos, mas pelo valor moral e ético da solidariedade, a expectativa é de que as fronteiras estivessem abertas, e o acolhimento fosse uma diretriz política prioritária. O estudo se deu por levantamento bibliográfico e concluiu que a questão dos refugiados sempre foi um fenômeno mundial, mas agora, atinge de maneira mais significativa, por exemplo, países nunca tão afetados com o seu fluxo, como o Brasil. Que a temática “era tratada como um problema pontual e não como um assunto permanente” (BRAGA, 2011, p. 08).

Oral

DO LUTO AO PERDÃO: da finitude, falibilidade e culpabilidade ao ser humano capaz

O presente trabalho tem como escopo de pesquisa o esforço interpretativo de relacionar luto e perdão e refletir sobre as implicações destes com o campo prático da existência. O processo metodológico adotado baseia-se na pesquisa bibliográfica com objetivo de compreender e investigar através de uma arqueologia do humano, a posição deste diante da morte ao longo da evolução da história, bem como, as consequências dessa relação no seu cotidiano. Para isto, busca-se responder se a posição do ser humano diante morte seria universal ou mutável na proporção que este conhece a si mesmo e ao outro, a partir da teoria do historiador medievalista Philippe Ariès. Esta teoria, por sua vez, permite compreender que a morte possui muitos significados e, estes, suscitam no humano angústias, inquietações, incertezas e sofrimento. A Filosofia juntamente com a Psicanálise oferece um entendimento capaz de ultrapassar o sentido aparente para tocar o sentido latente da morte, ou seja, o sentido que carece de elucidação. Baseando-se no pensamento de Michelle Sciacca e Martin Heidegger, é possível pensar nos conceitos essenciais que contribuem

Gustavo Henrique de Paula das Chagas

Camila Nogueira de Sá

para compreensão filosófica acerca do sentido da morte a fim de demonstrar que em diversos campos do conhecimento, a morte faz-se pensar. Partindo da compreensão histórica e filosófica, que se encontra os subsídios necessários para se pensar a perspectiva psicanalítica e o significado da morte no universo psíquico, a partir dos escritos de Freud e Ernest Becker. Para uma melhor compreensão da reação do ser humano frente a realidade da morte, ou seja, o luto e/ou a melancolia, ultrapassando o sentido aparente para adentrar no sentido latente, é preciso avançar no texto Luto e Melancolia publicado no ano de 1915, e, partindo deste texto, buscar nos autores J.D. Nasio, Pierre Férida, Ingrid Esslinger, Winnicott e Louis Lavelle, o entendimento do processo que antecede o luto, ou seja: a eleição do objeto de amor e as consequências da sua perda, ou seja, a dor e o vazio. Após a compreensão do trabalho de luto, por meio da via hermenêutica, pode-se aproximar o trabalho de luto com o perdão, através do conceito de perdão presente nos escritos de Paul Ricoeur e Hannah e Arendt, bem como nos escritos Lucy Migliori e Melanie Klein, o que

permite compreender as raízes acerca da capacidade de pedir e conceder o perdão, além do seu efeito prático na esfera privada e pública, demonstrando que o ser humano, apesar de sua finitude, falibilidade e culpabilidade, também é o ser capaz, potente e apto, em seu agir, a produzir o novo.

Oral	Pandemia e Direitos Sociais à Saúde e à Educação: Um Estudo de Revisão Sistemática	PANDEMIA E DIREITOS SOCIAIS À SAÚDE E À EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE REVISÃO SISTEMÁTICA Gustavo Reis Uchôa Roberta Cortez Gaio Resumo Em janeiro de 2020 foi decretado o estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e no Brasil foi regulamentada pela Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento à pandemia, como isolamento e quarentena. Com isso, houve mudanças consideráveis na rotina de toda a população, porém para as camadas mais pobres e periféricas o impacto causado foi maior, devido a questões sociais e estruturais. O objetivo deste estudo foi evidenciar como a pandemia afetou os direitos sociais apresentados e garantidos no Artigo 6º da Constituição Federal nos âmbitos da educação e da saúde e para tal foi realizada revisão sistemática de literatura. Esse tipo de estudo é de caráter qualitativo, com questão definida e possui as seguintes etapas: busca da literatura, seleção de artigos, extração de dados, síntese de dados, redação e publicação dos resultados. Assim, após as duas primeiras etapas foram selecionados doze artigos científicos, via Google Acadêmico e Scielo, sendo nove	GUSTAVO REIS UCHÔA	Roberta Cortez GAIO
------	--	--	--------------------	---------------------

revisões de literatura, um mapeamento jurisprudencial e dois documentos legislativos. Após leitura dos artigos definidos como universo da pesquisa, constatou-se que, os direitos à educação e à saúde, garantidos no Artigo 6º da Constituição Federal são involuntariamente violados, principalmente para as camadas mais periféricas e vulneráveis da população. No âmbito da educação a dificuldade inicia-se a partir da falta de acesso à internet, ou mesmo a dispositivos eletrônicos, para a esmagadora maioria da população pobre, o que impede que crianças e adolescentes possam acessar aulas remotas. Na impossibilidade de participar da educação à distância, alguns/as alunos/as recorreram ao auxílio da família para o aprendizado, entretanto, sabe-se que grande parte dos/as responsáveis não têm grau de instrução necessário, tampouco disponibilidade de tempo. Na área da saúde, em que a violação passa a ser ainda mais grave, estas mesmas camadas da população encontram obstáculos como falta de saneamento básico, impossibilidade de manter o distanciamento social, pois famílias grandes comumente dividem um

pequeno cômodo, e, ainda, impossibilidade de desfrutar do isolamento social por meio de home office. Há, ainda, a falta de acesso à informação e orientações de higiene básica. Por fim, os serviços de saúde pública estão, frequentemente, sem leitos e materiais básicos para o atendimento. Um estudo mais aprofundado sobre esta temática faz-se necessário para melhor compreender as intervenções aplicadas pelo poder público, a fim de suavizar os danos causados à população, evitando a violação destes direitos fundamentais e se estas intervenções, de fato, foram resolutivas, ainda que considerando-se as limitações impostas pela situação causada pela covid-19.

Pôster

Compostagem: processos e benefícios da prática.

Compostagem: processos e benefícios da prática O processo de compostagem está previsto como uma técnica de destinação final ambientalmente adequada no art. 3, VII, da Lei nº 12.305/2010, conhecida como Lei dos Resíduos Sólidos. De início, o processo de compostagem foi iniciado em 1920, na Índia, pelo Albert Howard. A compostagem é um processo que ocorre de forma natural, seguro e prático de decomposição dos resíduos orgânicos. Desta forma, eles podem ser produzidos em qualquer espaço, desde que o ambiente tenha uma boa demanda de composto orgânico. Além do mais, o processo de compostagem se beneficia de várias vantagens como por exemplo: reduz custos, recicla materiais, reduz o volume do lixo, enriquece a terra, produz adubo, previne a proliferação de animais vetores de doenças, entre outros. Pela observação dos aspectos analisados, atualmente, a compostagem aparece como uma ótima solução para ajudar a reduzir o volume de resíduos que são encaminhados para os aterros que acabam liberando mau cheiro, gás metano, sendo 23 vezes mais destrutivo que o gás carbônico - e chorume. A compostagem é um processo realizado

INGRID DA SILVA SANTOS

ANANDA LUCAS DOS SANTOS  
NICHOLAS CAMPOS DA SILVA  
COELHO MARTINS

por meio de uma composteira, pelos micro-organismos (como fungos e bactérias; minhocas também), que são responsáveis pela degradação de matéria orgânica, a qual enriquece o solo para agricultura ou jardinagem. É nesse processo que o lixo orgânico vai ser transformado em composto orgânico por húmus e fertilizante, produtos estes resultantes da matéria orgânica decomposta. Para realizar todo esse processo algumas medidas devem ser adotadas, como: controle ambiental para ajudar a minimizar emissão de odores e também evitar a geração de chorume, proteção do solo e instalação de sistemas de coleta, implantação de sistema de recepção e armazenamento de resíduos orgânicos, adoção de medidas de isolamento e sinalização da área de compostagem, controle dos tipos e das características dos resíduos a serem tratados e, por fim, o controle da destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e líquidos gerados pela unidade de compostagem. A compostagem pode levar em torno de quinze dias a três meses para formar os seus resíduos. O resíduo sólido que foi produzido pode ser misturado no solo antes do plantio. Já o resíduo que é

líquido pode ser pulverizado sobre as folhas, logo, a umidade acaba por ser um item importante, não podendo ter em excesso e nem faltar, porque pode interferir no tempo de decomposição. Sendo assim, foi elaborada a proposta de apresentar aos alunos do UNISAL - Lorena a importância da prática da compostagem caseira através de uma cartilha didática, sendo ela uma excelente atividade educativa, pois ajuda a contribuir na formação da consciência e do entendimento sobre as leis ambientais, sendo uma prática evidente das transformações naturais pelas quais passam todos os organismos vivos, para que posteriormente haja a possibilidade da criação de um ciclo sustentável na instituição e também em casa.

Pôster

O impacto do abandono afetivo no desenvolvimento das crianças e adolescentes

O primeiro contato com a sociedade para um ser humano inicia-se na família, instituição protegida pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pelo Código Civil de 2002. Família é o alicerce do indivíduo, é o que se espera que o encaminhará a uma formação digna, para com a sociedade e com a si próprio. Toda criança tem direito ao afeto, que garante seu desenvolvimento como indivíduo, com apoio psicológico e moral. Baseado na tamanha importância que a família tem para a formação do ser humano, suas deficiências têm igual relevância, já que podem acarretar problemas para o resto da vida do indivíduo, por isso, o presente artigo busca realizar um estudo sobre o abandono afetivo, que cada vez mais tem sido objeto de deliberação no poder judiciário e muito frequentemente ocorre na sociedade atual, principalmente em famílias em que os pais são separados e um dos genitores não oferece afeto algum ao filho. O abandono afetivo acontece quando pais negligenciam a relação com seus filhos, faltando com o afeto e com os deveres garantidos pelo artigo 227 da Constituição Federal, não há interesse de convivência dos pais com relação aos

ISABELA CORRÊA RIBEIRO

MARIO SILVA DINIZ

filhos, o que pode ocasionar danos às vítimas, pois como a família é o ente basilar na formação do indivíduo, sua instabilidade pode gerar transtornos psicológicos, com sequelas que dificilmente serão superadas, sua ocorrência chega a violar o princípio da dignidade da pessoa humana. Percebe-se o quão prejudicial pode ser para um filho nutrir sentimentos ruins frente ao seu genitor, ou a si próprio em decorrência do abandono, podendo futuramente tornar-se uma pessoa com problemas, medos e angústias, a criança pode ter deficiências no seu comportamento mental e social para o resto da vida, se isolar do convívio de outras pessoas, apresentar problemas escolares, depressão, tristeza, baixa autoestima, sentimento de impotência, medo excessivo e caso o abandono seja prolongado, podem apresentar quadros de síndrome do pânico, além de problemas de saúde. É muito falado atualmente sobre o abandono material de pais com os filhos, e para isso existem medidas repressivas garantidas por lei, entretanto é extremamente comum encontrar situações em que há a falta de um dos pais (ou ambos) com o afeto, o que não pode ser substituído pelo de

outra pessoa, e é um causador de dano a personalidade do indivíduo, que poderá gerar danos à saúde mental da vítima. Importante salientar que o abandono afetivo não pode ser dado como resultado de uma ação de terceiros que tenha a criança ou adolescente sob a sua vigilância, autoridade ou guarda. Em decorrência dos problemas psicológicos trazidos a vida dos filhos e as famílias, além de o tema em questão transpassar para a sociedade é de interesse de todos ser analisado e estudado.

Pôster

Violência Doméstica contra Mulheres

Nosso Projeto de iniciação científica tem como assunto a Violência contra a Mulher durante a pandemia, já que o número de casos de violência, seja ela física, sexual, moral, psicológica e patrimonial, subiu em quase 16%, de acordo com o meio de denúncia, 180. O objetivo principal é levar conhecimento para as mulheres, que elas comecem a identificar mais cedo a violência, que muitas das vezes começa de maneira silenciosa, tenha ciência de todos seus direitos, meios de denúncia e para a sociedade, coma finalidade que a mesma ajude as vítimas, conheça todas as vertentes e se tenha mais informações sobre a desigualdade presente entre homens e mulheres, não somente dentro de seu próprio lar mas no trabalho e nas ruas. Neste momento já buscamos toda a parte teórica relacionado ao nosso tema, como pesquisas anteriores, direitos das mulheres, direitos humanos, tratados internacionais, leis federais, estaduais e municipais; e projetos de acolhimento das vítimas. Agora na reta final a pesquisa regional está em construção, com o objetivo de saber como este tema é tratado a nossa volta. A linha de aderência fala sobre a educação em

Isabela de Amorim Galhardo

MILENA NUNES HENRIQU  
PASCALE CARDOSO MACH  
MARCELA FARIA SOARES

direitos humanos, que são conquistas vindas de lutas e movimentos do passado, porém seus efeitos se perpetuam até hoje, pois diversas leis e legislações tem em base seus princípios básicos, além disso as lutas também começaram a ser por violência doméstica. As mulheres em nosso país criaram movimentos onde a constituição já trata como um direito fundamental a igualdade entre homens e mulheres. No último século as mulheres cada vez mais lutam para que seus direitos sejam reconhecidos para que todas possam ser devidamente protegidas pela lei. Com isso nossa linha tem o intuito de educar a sociedade ao redor em relação aos tipos de violência que uma mulher pode sofrer e como ela deve resolver a situação. O principal objetivo do nosso projeto de iniciação científica é trazer conhecimento para as mulheres, para que desde cedo comecem identificar a violência o mais cedo possível, na qual em muitos casos se inicia de forma silenciosa e imperceptível, também essas mulheres possam compreender todos os seus direitos perante a lei e que conheça os meio de denuncia e que a sociedade acolha essa vitima. Além disso a diferença entre homem e mulher é

completamente nítida perante a sociedade, essa diferença se destaca ainda mais dentro dos lares brasileiros. A introdução sobre os direitos humanos, é a base para poder ter mais entendimento sobre os direitos das mulheres e suas conquistas ao longo dos anos. Ademais em nosso país existem centenas de movimentos a favor dos direitos das mulheres, na qual a constituição já trata como um direitos fundamental a igualdade entre homens e mulheres. Nos últimos anos essas lutas foram se intensificando e as mulheres passaram a ter mais direitos e serem mais protegidas pela lei.

Oral

Velhice e fake news: o papel das competências informacionais no desenvolvimento do idoso

O acesso ao ciberespaço e o uso de redes sociais vem crescendo no Brasil e no mundo. Esse espaço virtualmente potencial transpõe barreiras físicas e facilita a comunicação de forma instantânea. Entretanto, essa facilita não vem acompanhada de mecanismos que mensurem de forma correta a veracidade e autenticidade dos conteúdos e informações. Vale ressaltar, que a inclusão do idoso no meio digital é algo recente, dessa forma, é perceptível uma baixa interpretação crítica de informações, dificuldade de acompanhar o fluxo de notícias e pouca habilidade com ferramentas da internet. Quando se trata do desenvolvimento desse público, percebe-se que ainda há muitos estigmas, como se o idoso não fosse capaz de desenvolver-se. O envelhecimento dentro de uma sociedade utilitarista, como a brasileira, pode ser alvo de uma imagem associada ao sofrimento, mal-estar, fragilidade e declínios. Partindo deste pressuposto, esse trabalho insere-se na linha de pesquisa de “Educação Sociocomunitária” e tem por objetivo compreender a vulnerabilidade dos idosos às Fake News a partir de competências informacionais, que são

ISABELA MARIANO DO CARMO

ANA CLARA ALVES MOREIRA  
VITÓRIA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA  
MARCELA EDUARDA DA SILVA  
CARVALHO FRANCCO

responsáveis pelo conjunto de habilidades do indivíduo em localizar, reconhecer e usufruir de forma eficiente as informações, e traços de personalidade dos idosos, no modelo fatorial do Big Five. Este fenômeno ganha força com a acessibilidade à internet em ascensão, podendo ser observado com mais facilidade no contexto pandêmico, o que reflete danos às medidas de isolamento social, e biossegurança, como o uso de máscaras, além da adesão as vacinas e possíveis teorias conspiratórias sem fundamento. O método da pesquisa é composto por uma amostra mínima de 200 idosos dos sexos masculino e feminino, incluindo-se apenas pessoas com idade igual ou superior a 60 anos e com habilidades mínimas para acesso a internet. Os instrumentos utilizados são o Questionário Sociodemográfico (QSD), o Questionário sobre a Covid-19 (QC-19), a Escala de Competências Informacionais para Idosos (ECII) e o Big Five Inventory II (BFI-II). A coleta está sendo realizada via Google Formulários com o recrutamento de participantes via e-mail e redes sociais, mediante acesso ao link de pesquisa e a anuência do participante ao Termo de Compromisso Livre e

Esclarecido. Após a finalização da coleta serão feitas análises, via software estatístico SPSS, correlacionando as variáveis sociodemográficas, de covid, da ECII e do BFI-II. A pesquisa encontra-se em fase de coleta de dados, o que impede a apresentação de resultados até o presente momento.

Oral

Educação em Direitos Humanos no ensino básico brasileiro: a possibilidade da contribuição teórica e prática do Sistema Preventivo de Dom Bosco

ISABELA ZÁCCARO DE OLIVEIRA

VITÓRIA AZEVEDO MOREIRA  
DOS SANTOS CEZAR

Pôster

Direitos humanos e educação: um vínculo intrínseco

Há mais de setenta anos está em vigor a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Editada após o fim da segunda guerra mundial, por meio da Organização das Nações Unidas – ONU, a declaração mostra que para atingir seus propósitos é necessário que a educação seja o meio para alcançar os objetivos propostos no documento, portanto, a educação não é apenas um direito, mas também uma ferramenta para alcançar a igualdade entre as pessoas, fim da opressão e discriminação, justiça social, garantia da dignidade, proteção e liberdade. Não obstante exista a declaração e o Brasil possua uma constituição há anos em vigor, a sociedade ainda ignora os mecanismos legais que versam sobre os direitos humanos, por isso, há necessidade de se difundir os direitos humanos, de maneira maciça e constante. Dialogar sobre os direitos humanos diz respeito a todos, em todos os contextos da vida atual e cotidiana. Falar de direitos, nos diferentes componentes curriculares, é fundamental hodiernamente, inclusive nas escolas. A escola deve promover os direitos humanos em suas práticas e vivências cotidianas. Para tal, a unidade escolar deve repensar seus pensamentos

ISAURA MARIA DOS SANTOS FORTES

Mario Augusto de Souza

e modos de atuação, por meio das práticas educativas. Uma escola que se mantém inerte diante de situações que implicam desrespeito aos direitos humanos, contribui para a criação ou manutenção de um meio ambiente mais desrespeitoso e violento. A escola deve zelar para que as práticas pedagógicas contemplem saberes sobre direitos humanos, mas não só. Deve ensinar em direitos humanos, por meio de ações educativas que valorizem o respeito, a solidariedade, a empatia, a justiça, dentre outros fatores importantes para a construção de uma sociedade melhor e mais consoante com os direitos humanos. A escola que age assim o faz com condições de promover a cidadania plena desde cedo. Logo, cabe a escola não pode abrir mão do debate, prática, promoção e garantia dos direitos humanos. O objetivo principal da educação é desenvolver no aluno a cidadania competente, que está atrelada à sua liberdade nata, enquanto indivíduo, Ou seja, a construção da autonomia, isto é, a formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo. A instituição escolar pautada em planos e estatutos deve realizar uma

educação guiada nos direitos humanos, para que situações do cotidiano dos alunos, de suas famílias e da comunidade comecem a integrar as discussões no ambiente de ensino, aproximando a realidade dos alunos às práticas educativas exercidas em direitos humanos, de modo que sejam confrontadas com os princípios inerentes aos direitos humanos.

Pôster

A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NAS  
FASES DA INFÂNCIA E JUVENTUDE POR  
MEIO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS  
HUMANOS

A educação é um direito humano fundamental, previsto em vários instrumentos jurídicos internacionais, desde a Declaração dos Direitos do Humanos, o compromisso da comunidade internacional em garantir a realização desse direito foi renovado e ampliado pela Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (ODS). Atualmente, a normativa de proteção à criança e ao adolescente, tanto no plano internacional como interno, confere a esses personagens a condição de sujeitos de direitos e deveres, dispensando-lhes tratamento específico por parte dos atores encarregados do seu cuidado. Contudo, em decorrência de diversos fatores, mormente da cultura punitiva decorrente da teoria da situação irregular e da distorção na interpretação das atuais normas que versam sobre os direitos infanto-juvenis, tem-se enfrentado sérias dificuldades na concretização dessa condição jurídica, a qual assegura às crianças e aos adolescentes o respeito à sua subjetividade. Tal situação, infelizmente, contribui para que ações das mais diversas naturezas sejam perpetradas em descompasso com as premissas que

ISAURA MARIA DOS SANTOS FORTES

Mario Augusto de Souza

orientam o direito da criança e do adolescente, as quais estão pautadas no princípio do melhor interesse, chegando-se ao ponto de se lhes negar a cidadania a qual fazes jus enquanto seres humanos em processo de desenvolvimento. Com isso, visando assegurar tanto às crianças quanto aos adolescentes o desenvolvimento da cidadania desde a tenra idade, pois se tratam de personagens que gozam desse direito, que também exige postura ativa do Estado, no que tange à concreção dos direitos fundamentais, a educação em direitos humanos apresentasse como uma ferramenta essencial para a concretização desse propósito, pois compreende recurso pedagógico indispensável ao desenvolvimento humano pleno, que possibilita ao sujeito habilidades de agir com intervenção, racionalidade e responsabilidade no mundo, em prol dos interesses da coletividade. Desse modo, é possível depreender que, desde a primeira infância, o homem possui cidadania em compatibilidade com a condição de ser em fase de desenvolvimento e, na medida em que aprende sobre seus direitos e deveres na fase da infância e da adolescência, deve ser incentivado a

praticá-los, influenciando, destarte, no que for possível, o contexto onde está inserido, afinal, é exercitando a cidadania desde cedo que as crianças e os adolescentes se tornarão cidadãos adultos, capazes de atuar sempre de forma competente, racional e responsável, bem como de constituir um Estado que realmente efetive os direitos fundamentais.

Oral

DIREITOS HUMANOS NO ENSINO MÉDIO:  
CONTRIBUIÇÃO DE PAULO FREIRE PARA  
A FORMAÇÃO DA CIDADANIA CRÍTICA

Este trabalho tem como objetivo discutir como o ensino-aprendizagem de direitos humanos para discentes do ensino médio pode colaborar para a composição de uma população mais politizada. Os direitos fundamentais, garantidos a todos, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, também presentes no ordenamento jurídico pátrio, trazem princípios que norteiam a sociedade como um todo, em busca de liberdade e igualdade, sem quaisquer discriminações. Compreendendo que a educação é a mais importante alternativa para a construção de indivíduos críticos, é por ela que podem e devem ser compartilhados conceitos éticos, notadamente, quando reforçam o entendimento de direitos básicos estabelecidos em lei. O educador Paulo Freire estabeleceu a educação como ação libertadora e humana, detentora do forte potencial de transformar a realidade opressora, encontrando nela um meio fundamental para alcançar os direitos humanos. Ela envolve esforços para a transformação de realidades de vidas oprimidas, por meio de críticas conscientes que uma educação sobre direitos humanos ajuda a construir. É

IVAN DA CUNHA TOBIAS

Marcus Tadeu Maciel Na

explícito que o Brasil traz um repertório quantitativo alarmante de violências, traduzidas violações aos mais elementares direitos inalienáveis das pessoas. Nesse sentido, é preciso implementar pedagogias reflexivas educativos cativantes, levando-os à visão de universalidade que contribua para uma melhor compreensão da importância da educação pelo e para os direitos humanos. Um processo de ensino e aprendizagem significativo a ser conduzido nas escolas, em especial, na fase do ensino médio, em que os discentes já apresentam um desenvolvimento físico, psíquico, moral, espiritual e social são capazes de estabelecer juízos mais coerentes e consistentes sobre a importância do engajamento na resistência pacífica contra toda forma de hostilidade discriminatória à dignidade da pessoa humana. Trata-se de uma contribuição para a juventude assimilar valores que lhe permita, com maior consciência crítica, dizer não a toda forma de violência em função de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica,

ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. Para a confecção deste trabalho, aplicar-se-ão os métodos dedutivos e bibliográficos referentes à temática abordada, assim como a viabilidade prática do ensino de direitos humanos aos alunos do ensino médio.

Oral

Estudo e avaliação da qualidade de vida de moradores da baixada santista, quanto ao impacto referente a drenagem urbana e instabilidade de encostas nas comunidades carentes.

Ao longo dos anos as catástrofes relacionadas a deslizamentos de terra, tornaram-se características evidentes de falta de planejamento em áreas periféricas devido a monetização do espaço urbano e a distribuição territorial seletiva, cabendo aos menos afortunados ocuparem áreas que não apresentam segurança, construindo suas moradias em morros, sem planejamento ou avaliação territorial, acarretando a falta de qualidade de vida. A madrugada de 03 de março de 2020, foi marcada pelo deslizamento de terra causado pela forte chuva, que soterrou uma família moradora da região do Morro São Bento/Santos levando todos a óbito no local. Visto esta triste notícia que pode ser notada com uma certa frequência nas mídias sociais, o presente estudo visa abordar os direitos humanos, a tecnologia civil da drenagem e a geotécnia da área que ocorreu a catástrofe, com o objetivo geral de apresentar e indicar tecnologias em condições de serem aplicadas para diminuir ou sanar deslizamentos em comunidades carentes. Serão realizadas visitas in loco, para coleta de material, que posteriormente será analisado mediante ensaios (plasticidade, umidade

JENIFFER CAROLINE VISCONCIN TEIXEIRA

ANA HELOISA DE LIMA, A  
Santos Carbone

em estufa, proctor e casa grande) para caracterizar o solo, uma oficina para criação e instrução quanto a leitura de pluviômetros, apontando e debatendo sobre segurança e direitos, contando também com um ensaio fotográfico com intuito de analisar a geometria do morro, e suas principais características, tudo isso respeitando o limite geográfico da área de estudo, considerando áreas habitadas ou próximas a habitações, para maior eficácia da pesquisa. Com esta metodologia e abrangências, espera-se encontrar soluções cabíveis ao ambiente, que apresente baixo custo, e a conscientização da comunidade quanto a seguintes construções, buscando a melhora de forma permanente a qualidade de vida das gerações futuras. Os resultados esperados consistem em promover melhorias na qualidade de vida dos moradores das comunidades carentes. Aplicando soluções econômicas que melhorem a condições das moradias e posterior capacitação dos moradores para monitoramento das áreas de risco.

Oral

A PERCEPÇÃO DO ADOLESCENTE DO ESPAÇO ESCOLA NA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO EM CONTEXTO ESCOLAR

RESUMO O presente projeto intitulado “A PERCEPÇÃO DO ADOLESCENTE DO ESPAÇO ESCOLA NA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO EM CONTEXTO ESCOLAR”, possui como objetivo geral mapear a percepção que os adolescentes dispõem do espaço escolar, e a compreensão deste espaço como estrutura de garantia para a construção da identidade durante o isolamento social, através do desenvolvimento de Grupos Operativos em oficinas de educação. Os objetivos específicos da pesquisa pretendem investigar se as habilidades e competências teoricamente propostas para o ambiente educacional têm sido devidamente oferecidas pelo espaço escola, além de, observar, identificar e analisar as possíveis consequências do distanciamento do espaço escola no comportamento social e interpessoal dos alunos, e proporcionar, através de dinâmicas grupais, um ambiente propício para a expressão dos adolescentes em relação às temáticas emergentes, dando-os a possibilidade de elaborar tais vivências e ressignificar. Em relação ao problema de pesquisa apresentado, questiona-se a percepção dos

JÉSSICA BORGES MARCELINO DA SILVA

MARCOS PAULO DA SILVA  
LETÍCIA DA SILVA PASSOS  
Castilho de Araujo, MARIA  
AQUINO VIEIRA

adolescentes a respeito do afastamento do espaço escolar e seu impacto, durante a pandemia da COVID-19? Tais aspectos influenciam e podem ser determinantes para os modos de agir e ser no mundo. Para o desenvolvimento do tema, foram designadas temáticas circundantes ao fenômeno da adolescência sendo eles: o estágio da adolescência, oficinas e protagonismo infantil, identidade e ambiente escolar, as dificuldades de acesso à educação e o respaldo dos direitos nacionais, saúde mental em tempos de pandemia, a técnica de grupos operativos e o processo grupal, a relevância subjetiva e a dimensão da identidade no desenvolvimento educacional e a metodologia que constrói e mobiliza a pesquisa. O presente projeto será realizado em uma escola da rede estadual de um município do Vale do Paraíba/SP. Serão convidados a participar os estudantes de uma escola pública, localizada no interior de São Paulo, dos períodos matutino e vespertino da 2ª série do ensino médio no ano letivo de 2021, com idade entre 15 a 17 anos. O projeto de pesquisa apresenta-se como uma pesquisa-ação, que se configura como um tipo de

pesquisa social que atua com base empírica, associado a uma ação ou a uma busca pela resolução de uma problemática coletiva. Os dados coletados, através dos Grupos Operativos, serão analisados por meio da Análise de Conteúdo de Bardin. Parte-se da hipótese de que, ao proporcionar ao adolescente um espaço de fala, escuta e reflexão a respeito das questões vivenciadas durante o isolamento social e a importância do contexto escolar, estes poderão elaborar e ressignificar vivências comuns a esta fase de vida. Palavras-chave: adolescentes; espaço escolar; identidade.

Oral

MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ACOLHIMENTO, INFORMAÇÃO E RESGATE DA CONFIANÇA E AUTOESTIMA

MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ACOLHIMENTO, INFORMAÇÃO E RESGATE DA CONFIANÇA E AUTOESTIMA

Historicamente a consideração do tema de acolhimento às vítimas de violência vem se fazendo de forma fragmentada e progressiva no Brasil, tendo como marco inicial a construção e promulgação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), que incorpora de forma clara a pauta dos direitos sexuais e reprodutivos, que dá lugar de destaque à reflexão sobre a violência de gênero, em 1983. Em 2021, a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, completa quinze anos e é um marco na luta contra a violência contra a mulher. Esta lei tem a finalidade de criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Desde as últimas décadas o mundo vem vivendo um momento histórico, marcado pela acentuação da desigualdade econômica, social e também de gênero, intensificados, em 2020, pela pandemia do novo Coronavírus. Esta realidade trouxe, entre tantas preocupações, indicadores de aumento da violência contra a mulher em âmbito doméstico após a

Jéssica Daiana Venancio de Carvalho Iho

RITA DE CÁSSIA ALBINO, L  
RODRIGUES DIAS MACHA  
DE MELLO SILVA, MICHEL  
DE SALES VIEIRA

implementação do isolamento social como medida de contenção da propagação da COVID-19. Em isolamento social, o agressor tem maior possibilidade e facilidade em vigiar a vítima, promovendo a violência em seus diversos tipos: psicológica, patrimonial, moral, física e sexual, além de dificultar a reação da vítima em busca de ajuda em sua rede de apoio. Desta forma, é imprescindível e urgente que sejam realizadas iniciativas que visam amparar as vítimas deste tipo de violência. Este projeto tem como objetivo criar, à princípio de forma online, uma rede de apoio e proteção à mulher vítima de violência doméstica, fornecendo informações em âmbito jurídico e psicológico, que levem a seu conhecimento os órgãos capazes de promover o cuidado, bem como um ambiente seguro e acolhedor, resgatando a confiança e a autoestima das participantes, estimulando-as a denunciar agressores e desfazerem relacionamentos abusivos, além de proporcionar troca de saberes sobre temas importantes como autonomia, sexualidade e educação financeira, bem como a criação de um espaço físico de referência para a assistência às mulheres

vítimas de violência doméstica dentro do UNISAL Lorena. Até o momento o projeto foi convidado e participou de dois eventos online sobre esta temática e criou o perfil no Instagram, através do qual alcançou, por intermédio de seus colaboradores, o Conselho de Segurança Pública de Guaratinguetá e a Prefeitura Municipal de Lorena, ambos interessados em conhecer e contribuir com o projeto.

Pôster

Desconhecimento acerca dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente

O presente trabalho tem como objetivo principal a transmissão de informações acerca dos Direitos Humanos às crianças e adolescentes do ensino público, a partir de linguagem simples e clara, que por muitas vezes, fruto da falta de conhecimento da lei, não há a acessibilidade até mesmo a legislação especial que os protege -crianças e adolescentes-. Para alcançar tal propósito, será realizado uma pesquisa de campo tendo como base a aplicação de um formulário modelo Google Forms, com perguntas pautadas no tema inicial, tal como a importância do conhecimento jurídico para o exercício da cidadania de acordo com as normas brasileiras e dos códigos de serviço de emergência, e, a partir do mesmo, iremos traçar e obter uma base dos conhecimentos prévios dos alunos e como enxergam tais questões levantadas, a mensuração dos conhecimentos acumulados do público-alvo juntamente com as falhas presentes na acessibilidade dessas informações. O tema foi escolhido pois, apesar da existência de uma legislação específica, grande parte da população não sabe como acessá-la. Nesse sentido, vale ressaltar o estudo histórico de Philippe Ariès (1981), onde destaca que a

JOÃO PEDRO RAFAEL JUVENAL CONDE

MARIA CLARA ALVES DA S  
CLARA ANTICO CARVALHA  
BIANCA KETLYN RODRIGU  
FONSECA

concepção de que crianças são cidadãos com direitos é uma noção extremamente recente, por consequência, é possível notar os efeitos desse retardamento até os dias de hoje. No Brasil, apenas em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA (Lei nº 8069,1990), foi criado para garantir os direitos infanto-juvenis, e ainda assim diversas barreiras são entrepostas, dificultando que atinjam a população e cumpram seu papel. Logo, o público-alvo ao qual o projeto é direcionado, são alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental público, da escola estadual Mário da Silva Pinto, Cruzeiro-SP. A escolha foi baseada no nível de desinformação que ainda permeia o setor público de educação e que reúne grande parte dos jovens em vulnerabilidade, fato que reforça a desigualdade social. Para tais fins, o método baseado na aplicação de um questionário com perguntas abertas através da plataforma Google Forms, fornecerá a coleta de dados qualitativos sobre o tema de acordo com o público-alvo e uma possível análise de tais dados, havendo um segundo encontro nos moldes de uma roda de conversa, para tirar quaisquer dúvidas restantes. Portanto, objetiva-se possibilitar uma

prevenção primária, onde haja uma maior compreensão e acesso aos direitos, de modo a diminuir possíveis fatores de risco e atingir resultados singulares em cada aluno afim de que que os mesmos possam reter conhecimentos e informações a respeito do tema tratado. Linha de pesquisa: O projeto apresentando tem como base o referencial Educação em Direitos Humanos.

Oral

INTRODUÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA  
FORMAÇÃO DO SER

INTRODUÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA  
FORMAÇÃO DO SER Resumo: O presente  
projeto tem como desígnio principal a  
demonstração da importância da  
educação sexual inserida no ambiente  
escolar, tendo em vista ser um tema  
complexo e amplo, fazendo-se  
necessário uma abordagem clara e  
acessível. Compreende-se que, a  
sexualidade em sua amplitude ainda é  
carregada por tabus e preconceitos,  
comportamentos que impactam  
diretamente no desenvolvimento da  
criança e do adolescente, considerando  
que o espaço familiar, muitas das vezes,  
criminaliza ideais e conversas que  
envolvam a sexualidade, colaborando  
para a propagação de uma sociedade  
desinstruída e alienada, munida da  
herança de princípios tradicionalistas,  
religiosos e culturais que reprimem a  
liberdade sexual dos indivíduos.  
Ademais, Furlani (2007), aponta que o  
ambiente escolar, além de relevante, é  
estratégico para a aplicação da educação  
sexual, visto que, é um espaço central  
em relação à construção das diferenças e  
das identidades. A pesquisa será aplicada  
através do método quanti-qualitativo,  
baseando-se em questionários e dados  
estatísticos para maior alcance dos

JOÃO VÍTOR GONÇALVES FERNANDES

ANTONIO AUGUSTO DINI  
MARIA LAURA LANDIM CO

objetivos, além de uma análise semiótica, a fim de compreender representações sociais e linguagem simbólica que se fazem presente no contexto aplicado. Em termos práticos, em parceria com uma instituição educacional de rede pública, está sendo colocado em ação um projeto de caráter preventivo dividido em três etapas, buscando atingir diferentes públicos em cada uma delas, variando assim as estratégias e instrumentos. A primeira etapa foi executada conforme o planejado no dia dois de junho de dois mil e vinte e um, consistindo em um processo de sondagem direcionado ao corpo docente, onde foram questionados sobre a realidade socioeconômica dos alunos e a compreensão institucional acerca da sexualidade. Em seguida, será concretizado o processo preventivo através de uma roda de conversa com os alunos do primeiro ano do ensino médio, com o propósito de discutir e refletir sobre diferentes temas que envolvem a sexualidade, proporcionando um espaço seguro e afetivo para o esclarecimento de dúvidas e desenvolvimento do senso crítico. Por fim, será disponibilizado para os profissionais de educação que

possuem interesse, uma palestra ministrada por um profissional especializado em sexualidade, com a finalidade de capacitar, orientar e esclarecer possíveis questionamentos. Contudo, pode-se concluir que a pesquisa tem a finalidade de desconstruir ideias retrógradas que envolvam a dimensão sexual, possibilitando o entendimento das complexidades que estão por trás dos preconceitos e tabus, assegurando os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, conforme está previsto na Carta Magna e demais diplomas infraconstitucionais, compreendendo a educação sexual como elemento relevante para a formação do indivíduo como cidadão, promovendo sua liberdade e seu autoconhecimento.

Oral

Protótipo de Gerenciador de Consumo Hídrico Residencial

Cada dia mais, o fornecimento de água tem a sua importância mais notada pelos brasileiros. O Brasil é um país de altíssimo potencial hídrico, e por este motivo, por muito tempo, não foi levada em conta a possibilidade da falta de água. Porém, a cada ano são percebidas mais secas, o que tem como consequência direta a atuação das fornecedoras de águas para forçar a economia deste recurso fundamental, geralmente por meio de racionamentos. O problema é que, mesmo que exista controle, ainda ocorrem desperdícios, mesmo que devido a acidentes. A proposta do projeto é estimular a economia de água, através de um monitoramento contínuo e em tempo real do consumo em residências. Esta medição permite a gravação e comparação de histórico de consumo, assim como consumo recomendado, e cálculo de valor aproximado a ser pago, permitindo que o usuário possa pensar neste controle como um contrato “pré pago”. É necessária a instalação de um módulo na tubulação de entrada da residência, porém trata-se de uma instalação simples e é permitida por lei, desde que seja seguida a instrução de instalá-lo depois do relógio medidor da

JOÃO VITOR PADOVANI CARRETEIRO

LUCAS PILON FERRO, RAFAEL  
LUIZ DE OLIVEIRA, JULIO  
SIQUEIRA

companhia fornecedora. O módulo é alimentado através de uma turbina dentro do próprio cano, e, portanto, não há necessidade de conexão elétrica. Além disso, ele se conecta ao WiFi da residência, por onde envia os dados medidos, que são disponibilizados para o usuário em um aplicativo de fácil utilização. Em caso de consumos excessivos de água, o aplicativo notifica o usuário da possibilidade de haver um vazamento na tubulação, e o usuário pode fechar a válvula do módulo com um clique no celular, prevenindo o desperdício de água tratada em um acidente que só seria percebido ao final do mês, quando a conta chegasse. Os testes do equipamento são realizados em um aparato de simulação desenvolvido para representar uma instalação real de água, com o intuito de atingir o resultado mais preciso possível. A expectativa da utilização deste sistema é uma maior conscientização do público sobre a preservação deste recurso essencial para a vida, além de influenciar a economia de dinheiro, uma vez que todo gasto será automaticamente transformado em seu respectivo valor monetário para visualização, permitindo o um maior planejamento por parte do

usuário. Uma das diretrizes do projeto é a democratização do acesso ao produto, visando que o produto tenha custo reduzido e informações claras, para que o maior número possível de pessoas decida aderir à utilização. O impacto coletivo esperados da utilização é a própria economia de água, que auxilia na redução do custo do recurso, mas também a redução do custo da própria energia elétrica, que é, em grande parte, obtida através da água no Brasil.

Oral

A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE

Os direitos à liberdade, à privacidade, ao livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural e à dignidade humana são, cada vez mais, circundados por situações em que o tratamento de dados pessoais se transformou em constante ameaça à sua integridade. Neste contexto, é que surge a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD, Lei nº 13.709/2018), objetivando uniformizar o tratamento e promover a segurança dos dados pessoais dos cidadãos. A LGPD classifica os chamados dados sensíveis como informações relacionadas à personalidade e escolhas pessoais de um indivíduo. Os dados pessoais são informações que se referem, objetivamente, a alguém e são intrínsecos à pessoa. Diferencia-se de informação, pois, é um fragmento desta, não tendo sido elaborado ou interpretado. A informação abrange um refinamento de seu conteúdo de forma a reduzir incertezas. Um dos principais objetivos da LGPD é proteger os usuários de práticas abusivas, tornando seus dados vulneráveis às decisões automatizadas e sobre as quais eles não têm controle. A LGPD estabelece diretrizes importantes para a coleta, processamento e armazenamento de

JÔNATAS FERRAZ FORNITANI VITAL

MARIA RITA CERQUEIRA H  
CARLOS HENRIQUE MART  
FREIRE DA SILVA, KAROLIN  
NUNES DE LIMA

dados pessoais, utilizando práticas transparentes e seguras, respeitando direitos e liberdades fundamentais. Além disso, a legislação se torna importante para tornar o país apto a processar dados de outros países, o que pode fomentar os setores de tecnologia da informação. Um dos principais desafios é a implementação das disposições da lei no âmbito do Poder Público, considerando os princípios regentes da Administração Pública, inscritos no artigo 37 da Constituição Federal. Tendo em vista que o Poder Público tem o dever de garantir que a privacidade das pessoas seja respeitada, de acordo com o estabelecido na LGPD, ao passo que as pessoas têm o direito de saber quais dados ele dispõe acerca de suas vidas, tem-se que essa dinâmica “dever versus direito” se desloca em direção à promoção do Estado Democrático de Direito. Desse modo, o desenvolvimento de intuições eficazes, responsáveis e transparentes passa pela adequação na forma com que os órgãos estatais tratam os dados pessoais, resguardando-os de quaisquer desvios ou acessos indevidos, dando publicidade a toda e qualquer operação realizada com eles. Não obstante a pesquisa ainda esteja em

curso, trata-se de uma observação sobre Municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte que já implantaram a lei no âmbito de suas competências e como procederam para a implementação, garantindo a privacidade dos cidadãos que neles residem, bem como a transparência necessária para atender aos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública.

Oral

OS DESDOBRAMENTOS DA MINORIA PRETA EM UNIVERSIDADES E O RESPECTIVO IMPACTO NA SOCIEDADE

OS DESDOBRAMENTOS DA MINORIA PRETA EM UNIVERSIDADES E O RESPECTIVO IMPACTO NA SOCIEDADE  
Evelym da Silva de Freitas Guilherme Maciel Cesar Júlia Fonseca Rafaella Fiori Piveta ORIENTADORA: MARIA VICENTE  
Considerando os acontecimentos que infelizmente nunca deixam de ser atuais envolvendo vítimas pretas em inúmeros âmbitos sociais, o presente trabalho busca dar visibilidade ao tema de racismo, trata dos desdobramentos da minoria preta nas universidades e qual é o respectivo impacto na sociedade em diversas áreas diante de tal situação. Inicialmente foi realizado um levantamento teórico no que tange o período da escravidão que, instaurado em 1492, durou trezentos anos e foi abolido recentemente, há apenas cento e trinta e três anos, para que a partir desse infeliz marco histórico fosse possível analisar as cicatrizes deixadas pelos séculos passados e ainda os reflexos que permeiam a vida dos pretos até os dias de hoje. Através de tal levantamento pretende-se verificar se há impactos à época da escravatura presente na atualidade quando se analisa que o número inferior de pretos é inferior à brancos no ensino superior,

JÚLIA FONSECA

EVELYM DA SILVA DE FREITAS  
GUILHERME MACIEL CESAR  
FIORI PIVETA, Maria Vicente

bem como quando questiona-se todas as demais áreas em que o preto acaba desfavorecido. Com isso, no transcorrer do levantamento bibliográfico, resta identificar que o povo de pele preta sofre diariamente os reflexos negativos advindos da escravatura permanecendo até a atualidade, seja no âmbito acadêmico, por não possuírem as mesmas oportunidades que os brancos para dedicar-se aos estudos, o que conseqüentemente afeta a área profissional, haja vista que por não possuir formação acadêmica, o preto acaba por ocupar cargos inferiores aos brancos, raramente fazendo valer-se de cargos de chefia o que, por conseguinte faz com que aufera salário inferior, o que reflete no âmbito econômico, onde pesquisas revelam que pretos recebem salários inferiores à brancos e como reflexo final, atinge inclusive o seu emocional, tendo em vista toda a discriminação sofrida. Outrossim, para corroborar com o aduzido durante o desenvolvimento teórico do presente trabalho, realizar-se-á uma pesquisa de campo na modalidade quanti-qualitativa via on-line, tendo em vista a pandemia causada pelo Covid-19. Tal pesquisa será realizada com alunos do Centro

Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL) e pretende explorar a percepção do coletivo sobre a temática do racismo institucional, bem como se eles acreditam que os acontecimentos passados influenciam na sociedade atual e ainda se os pretos possuem desvantagens quando comparados aos brancos. A partir da coleta de dados, faremos a análise dos dados estatísticos levantados com as respostas dos alunos, quanto suas ideias e opiniões sobre o tema, que servirão de ratificação para todo o exposto. A análise dos dados terá um link entre o desenvolvimento teórico, os objetivos do trabalho e suas hipóteses, na perspectiva de verificar sobre a normalização do racismo e como este ato reflete na vida das pessoas.

Oral

Crimes Contra à Honra Praticados na Internet

CRIMES CONTRA À HONRA PRATICADOS NA INTERNET Desde primórdios é notória a constante evolução que a sociedade vive, sempre em busca de atingir com exatidão o caráter de desenvolvimento e ampliar suas relações humanas e interpessoais. Com a Revolução Industrial, um grande marco de avanço da cidadania, é fácil notar-se o quanto a realidade se modifica com o passar dos anos. Em suma, com a globalização o acesso à informação se tornou cada vez mais acessível, tornando-se a internet um dos principais meios de comunicação da contemporaneidade. Todavia, com o crescimento de tantas ferramentas que ultrapassam o saber humano, cresce a dúvida se de fato estamos protegidos ou rumo à autodestruição, visto que de fato a sociedade está cercada de redes sociais, muitas vezes com informações inverídicas, conteúdos abusivos, comparações irreais, cyberbullying e tantos outros crimes contra honra e vida de seus usuários. De fato, é inegável a importância e proporções favoráveis que essas ferramentas trazem para a atualidade, sendo meios que facilitam grandemente a vida dos indivíduos e exploram o intelecto de cada usuário,

JÚLIA RODRIGUES DE OLIVEIRA

DÉRIK BITENCOURT ROMAN  
MARIA MANCILHA FONSECA

sendo através de uma notícia nos canais midiáticos, de um livre acesso para os estudos, de uma modalidade remota de trabalho, entre outras vantagens inquestionáveis. Entretanto, deve-se haver uma regulamentação que traga não apenas segurança jurídica, mas que de fato tenha efetividade capaz de punir os usuários mal intencionados, pois o mesmo passa a ser responsável por aquilo que escreve, tendo consequências, tanto na esfera penal, quanto na civil e proteger os indivíduos de possíveis ataques e exposições maldosas e desproporcionais de pensamentos e opiniões. Nesse momento, diante de uma pandemia, há maior utilização da internet e redes sociais, e dessa maneira as quantidades de ofensas aumentam exponencialmente. Podemos citar como exemplo, a cultura do “cancelamento”, em que muitos usuários repudiam um ato feito por algum indivíduo, fazendo com que o mesmo sinta-se ameaçado e envergonhado diante do feito, podendo inclusive desenvolver doenças psicológicas, tais como depressão, síndrome do pânico, ansiedade e até mesmo indução ao suicídio. Nota-se que a linha que separa a liberdade de

expressão dos crimes contra à honra é tènue e por isso há necessidade da ciência jurídica para respaldar tais casos. Essa Mostra Científica procura expor os riscos que possuem os comentários inconsequentes, piadas questionáveis ou de “humor ácido”, xingamentos e outros, além disso, busca-se estudar os fundamentos do Direito Digital, a legislação que ampara as vítimas e como se dará o processo, por fim, utilizar-se-ão os métodos dedutivos e bibliográficos na realização deste trabalho.

Oral

Ótica contemporânea sob os impactos sociais e penais da recomposição familiar: Diretrizes para uma política de proteção ao menor

Ótica contemporânea sob os impactos sociais e penais da recomposição familiar: Diretrizes para uma política de proteção ao menor Na contemporaneidade é notório as diversas concepções de famílias existentes, com o passar do tempo o ordenamento jurídico passou a compreender e proteger todos os tipos de famílias, não poderia ser diferente com a recomposta, que possui em sua composição um casal com filhos de uma relação anterior, denominando popularmente o padrasto ou madrasta e seu convívio com os enteados. Em suma, nota-se que independentemente dos componentes de uma família, ela deve ser fonte de respeito, afeto e derivada de direitos e deveres, pois o que há em comum entre todas as relações é a permanência do bem-estar de seus integrantes. Quando um casal opta por iniciar uma vida conjugal, deve-se ter a consciência que com essa união muitas responsabilidades se tornarão ainda maiores, principalmente para com os filhos, pois mesmo que posteriormente ocorra o divórcio e esse casal venha a formar uma nova relação com terceiro, deve-se priorizar a qualidade de vida dos menores, dando a eles todo apoio e

JÚLIA RODRIGUES DE OLIVEIRA

DÉRIK BITENCOURT ROMAN  
MARIA MANCILHA FONSECA  
ELLEN ALVARENGA TEIXEIRA

proteção prevista na Constituição Federal e no Estatuto das Crianças e Adolescentes. Vale pontuar que nem sempre o convívio dos enteados com seus padrastos e madrastas são harmônicos, muitos deles são conturbados e inclusive os pais acabam por não oferecer o cuidado necessário e ouvir seus filhos, sendo infelizmente um cenário propício a acontecer situações que colocam em risco a integridade física e vida do menor, como já visto em alguns casos emblemáticos; como a morte de Isabella Nardoni e mais recentemente de Henry Borel. Mediante um grande número de crianças sendo vítimas em seus próprios lares é de suma importância abordar essa temática na sociedade para que todos possam refletir e ficarem cada vez mais atentos, visto que é comumente exposto em canais midiáticos casos de abusos infantis, agressões físicas e inclusive a ocorrência de homicídios. Diante do exposto, é de conhecimento geral que todo cuidado, assistência e desenvolvimento psicológico e intelectual da criança e adolescente devem ser priorizados, visto que essa classe ainda não possui discernimento suficiente para lidar com sentimentos e

algumas situações. Dessa forma, cabe ao responsável observar sinais que algo não está fluindo corretamente em seu lar e poupar que mais uma vida infantil entre nas tristes estatísticas que rodeiam o país. Em suma, a pesquisa em questão visa abordar aspectos da relação entre uma família recomposta sob a ótica da atualidade e a responsabilização dos padrastos e madrastas com a criação e bem estar dos seus enteados e o suposto posicionamento dos pais diante dessas situações e posteriormente os impactos sociais e penais acerca dos crimes nesse âmbito familiar, por fim, utilizar-se-ão os métodos dedutivos e bibliográficos na realização deste trabalho.

Oral

O impacto do ensino remoto emergencial na saúde mental do adolescente

IMPACTO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA SAÚDE MENTAL DO ADOLESCENTE A pandemia do novo coronavírus e o isolamento social impactaram diretamente no cotidiano dos adolescentes, a partir da introdução abrupta do ensino remoto emergencial. Esse contexto pode contribuir para o aumento da vulnerabilidade a psicopatologia, uma vez que proporciona fontes adicionais de estresse. Essa pesquisa teve como objetivo avaliar o impacto do ensino remoto emergencial na saúde mental do adolescente. Consiste em uma pesquisa quali quantitativa, do tipo exploratória, transversal e on-line. A amostra foi composta por 14 participantes adolescentes, 10 meninas (71,43%) e quatro meninos (28,57%), com idade entre 13 e 19 anos (M = 15,78 anos), sendo que a maioria cursava o 3o ano do EM (50%) em escola pública (64,29%). Também participaram do estudo os responsáveis pelos adolescentes, que em sua maioria eram mães (57,14%), com idade entre 35 e 55 anos (M = 44,14 anos). A partir da análise dos dados verificou-se que todos os adolescentes sentiam falta da aula presencial, sendo que metade deles relataram se sentir

Laura Soares da Silva

Ana Paula Justo

extremamente ou frequentemente preocupados com as aulas remotas. O evento de maior ocorrência identificado como um estressor nesse período de isolamento social foram as aulas remotas (24,49%), seguidas pelo risco de algum familiar contrair o vírus da COVID-19 (18,37%), distanciamento dos amigos (16,33%) e falta de atividade de lazer (16,33%). Os adolescentes também experimentaram com maior frequência os seguintes sintomas: cansaço excessivo, excesso de sono, dor nas costas, desânimo, irritabilidade, distração, dificuldade para se concentrar, procrastinação, discussões e esquiva de determinadas pessoas e situações. Os responsáveis perceberam o filho adolescente às vezes preocupado (28,57%), extremamente preocupado (21,43%), frequentemente preocupado (14,28%) em relação às aulas remotas e, em alguns casos, indiferente (14,28%). Para eles, os sintomas mais observados nos filhos foram: distração, irritabilidade, dificuldade para se concentrar, ansiedade, procrastinação, evitação de determinadas situações e pessoas, dificuldade para estudar, desânimo, discussão e isolamento. Os resultados sugerem que o ensino remoto

emergencial contribuiu para o aumento no número de estressores vivenciados pelos participantes em um curto espaço de tempo, pois exigiu dos alunos adaptação, além de gerar preocupações e sintomas físicos, emocionais, cognitivos e comportamentais. O aumento de estressores cria um contexto de vulnerabilidade para o desenvolvimento de psicopatologias, sendo assim, exerce um impacto na saúde mental. No entanto, mais estudos são necessários para compreender esse impacto e até que ponto ele pode ser atribuído ao ensino remoto emergencial. Palavras-chave: Adolescência; Estressores; Ensino remoto emergencial.

Oral

Violência contra a mulher no contexto familiar e as relações de gênero em meio à pandemia

A violência contra a mulher é descrita como um fenômeno complexo que afeta diferentes culturas e países. A mídia e os relatos de organizações de enfrentamento ao problema já apontam para o aumento dessa violência no contexto da pandemia da COVID-19, o que torna ainda mais relevante discutir a temática. Visando as contribuições de uma reflexão multidisciplinar, o presente estudo teve por objetivo investigar as percepções de universitários sobre as relações de gênero e violência doméstica, refletindo sobre a influência das construções históricas e sociais acerca da diferenciação de gênero nas práticas contemporâneas. Será utilizado um questionário, desenvolvido pelos pesquisadores, que contém dezesseis perguntas fechadas, que avaliam os conceitos de relações de gênero, corporeidade e violência doméstica. O instrumento será compartilhado com os estudantes por meio de um formulário pela Plataforma Google Forms. Posteriormente será feita a análise dos dados à luz da literatura científica sobre o assunto. Será avaliado ainda o conhecimento populacional sobre este tema como diretriz para a criação de uma cartilha informativa. Espera-se que

LEONARDO DOS REIS SILVA

DANIEL FERNANDO DA SILVA  
LISBOA CASTELANI DA SILVA  
MARIA VOLTAN ALVES CR

por meio desta pesquisa seja possível  
ampliar o conhecimento acerca do tema  
e fomentar discussões pertinentes.

Pôster

O COMPLIANCE E A EFETIVAÇÃO DA LGPD COMO ALIADOS NA CRISE DO COVID-19

O COMPLIANCE E A EFETIVAÇÃO DA LGPD COMO ALIADOS NA CRISE DO COVID-19 Entende-se por Compliance o instituto adotado pelas empresas na busca de conformidade com as normativas externas, bem como com a política interna das próprias corporações, com o fulcro de evitar fraudes, desvios e irregularidades, além de realização dos seus propósitos e valores. O Compliance tem se mostrado essencial para todas as empresas, ao trazer benefícios para sua imagem e credibilidade, promovendo a eficiência na prevenção e gestão de riscos, segurança jurídica e financeira, redução de custos com multas e penalidades, descontos e prioridades em linhas de crédito, aumento da produtividade de colaboradores, manutenção da reputação, valorização no mercado nacional e internacional, bem como garantia da integridade empresarial. A implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), também tem sido importante para os negócios empresariais, pois, a legislação se fundamenta em diversos valores, tais como, respeito à privacidade, autodeterminação informativa, liberdade de expressão, de informação,

LILIANE ARNAUT DA SILVA

ANNA JULIA NOGUEIRA L  
MELISSA MATIOLE CAMB  
NATHÁLIA NASCIMENTO I

comunicação e de opinião, inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem, desenvolvimento econômico e tecnológico e inovação, livre iniciativa, livre concorrência e defesa do consumidor, e, ainda, aos direitos fundamentais inerentes à dignidade das pessoas. Além disso, estabelece as condições em que os dados pessoais podem ser tratados, define os direitos para seus titulares, gera obrigações específicas para os controladores dos dados e cria uma série de procedimentos e normas para que haja maior cuidado em relação a tal tratamento, inclusive, no tocante ao compartilhamento com terceiros. Em períodos de crise, como a pandemia do Covid-19, o Compliance e a efetivação da LGPD podem ser valiosos aliados das empresas. Bem aplicados, contribuem para a redução de impactos negativos diversos, ou seja, danos econômico-financeiros por via de ilícitos criminais, administrativos ou civis. Pode-se dizer que Compliance e LGPD se inserem na ideia de adoção de políticas anticorrupção, ambos adquirindo, cada vez mais, relevância no cenário nacional e internacional, especialmente, não só diante de uma mudança paulatina da percepção, individual e coletiva, no que

se refere à importância da rigorosa observância dos ditames do sistema normativo, mas também pelo avanço no nível de compreensão dos reais prejuízos sociais decorrentes da falta de comprometimento com as melhores práticas de conformidade. Assim, Compliance e LGPD se entrecruzam no reforço da necessidade do uso ético, seguro e responsável dos dados pessoais, de modo que toda essa adequação implica verdadeiro plano multidisciplinar, a fim de que as empresas consigam alcançar, o máximo possível, esses objetivos. E, mesmo no cenário atípico da crise do COVID 19, Compliance e LGPD, por todas essas suas características, não se constituem obstáculos às boas práticas econômico-financeiras, entre elas, o próprio empreendedorismo.

Oral

ADESÃO DE DOCENTES AO USO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ENSINO: O OTIMISMO PODE INFLUENCIAR?

As tecnologias da informação e comunicação (TICs) têm sido consideradas fundamentais na vida das pessoas, impondo novas formas de se relacionar e trabalhar. No ensino superior, observa-se ampliação do uso de tecnologias, principalmente devido à pandemia da COVID-19, promovendo necessidade de adaptação dos docentes quanto às ferramentas digitais. Entretanto, apesar de muitos contextos educacionais incentivarem o uso das TICs e apresentarem uma estrutura apropriada, muitos docentes ainda preferem usar esses recursos apenas para atividades administrativas. Fatores diversos podem influenciar a adesão dos docentes referente às TICs em suas práticas. Os aspectos particulares dos docentes são muito relevantes, por exemplo, pode-se considerar que esses profissionais são influenciados por crenças favoráveis ou não sobre como determinados conteúdos devem ser ensinados, podem apresentar competências restritas para atividades pedagógicas com uso de ferramentas digitais, e por fim, alguns apresentam uma visão pessoal limitada sobre a real utilidade da tecnologia na educação. Considera-se que características

LORRAINE DE PIERI BRANDÃO

MARCIA CALIXTO DOS SA

psicológicas positivas, como o otimismo, poderiam influenciar o docente quanto à maior adesão ao uso de TICs em seu trabalho. O otimismo é uma variável psicológica relacionada a expectativas positivas quanto ao futuro, à crença de autoeficácia e à persistência. Dessa forma, o objetivo desse estudo foi verificar aspectos relacionados à adesão de docentes universitários ao uso de TICs, identificando se o otimismo influenciaria na maior adesão. A divulgação da pesquisa foi realizada por meio das redes sociais ou e-mail e a coleta de dados foi feita via Google Forms. Participaram do estudo 50 docentes universitários, de diferentes cursos, a maioria de instituições privadas (88%), residentes em diversas regiões do país. A maioria dos participantes era do sexo feminino (72%), com idade média de 48 anos (DP=12,09). Os instrumentos utilizados foram: TCLE, questionário sociodemográfico, questionário sobre opiniões pessoais a respeito das TICs, e Escala de Otimismo para Adultos. Para análise dos resultados, foram utilizadas estatísticas descritivas, análise de conteúdo e Teste t de Student para comparar as médias de otimismo dos participantes, separados em dois grupos:

Grupo 1 – Adesão positiva ao uso das TICs e Grupo 2 – Adesão negativa. Os resultados demonstraram que a maioria dos docentes (64%) relatou adesão positiva. Os escores médios de otimismo dos participantes foram mais altos no Grupo 1, entretanto, a diferença não se mostrou estatisticamente significativa. Assim, pode-se inferir que o otimismo é uma característica relevante, mas não determinante na adesão. Concluiu-se, com a análise qualitativa dos dados, que a adesão de docentes ao uso de TICs está relacionada a diferentes aspectos, como por exemplo, sentir-se capaz de usar diferentes ferramentas, considerar as ferramentas digitais como facilitadoras do trabalho e promover aulas mais dinâmicas.

Oral

A IMPORTÂNCIA DA BRINCADEIRA NO  
COMBATE AO RACISMO

RESUMO Retomar as origens de atividades lúdicas promove a valorização multicultural, exercendo forte influência no modo em que enxergamos o mundo. Esse texto apresenta reflexões resultantes do Projeto de Ação Educativa que aborda a importância da brincadeira no combate ao racismo e tem como problemática retomar as origens das brincadeiras e jogos presentes nas culturas históricas continentais. No percurso metodológico, foram produzidos vídeos, cujo tema principal é brincadeiras e jogos originados no continente africano, buscando proporcionar a quem os assistisse, conhecimento das origens e curiosidades dessas atividades. O intuito foi ter um retorno dinâmico com esses vídeos, para saber se de fato os telespectadores estavam compreendendo o papel que os outros continentes, inclusive a África exerce sobre nós. Assim, é possível entender valores e conhecimentos da cultura africana, compreendendo que os brasileiros têm muitas raízes étnico-culturais. Como aporte teórico, desenvolvemos nossos pensamentos sobre a importância do brincar baseados nos estudos de Kishimoto. Como resultado da ação educativa, concluímos

LUANA FERNANDES RICARDO

TALITA MARIANE GALVÃO  
GOMES DE OLIVEIRA, IGO  
CRUZ, GABRIELA NEVES A

que a brincadeira tem grande importância no desenvolvimento da criança e deve ser um dos principais métodos concretos de atividade e de mediação para tratar temas como o racismo em sala de aula. Palavras-chave: Brincadeiras; Jogos; Educação étnico-racial; Pertencimento cultural; Racismo.

Oral

A RELAÇÃO ENTRE O MÍNIMO  
EXISTENCIAL E A PRECARIIDADE DAS  
POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS À  
POPULAÇÃO DE RUA EM AMERICANA/SP

É notória a gravidade das pessoas em situação de rua que gradativamente cresce mais e mais, todos os dias ao andarmos nos grandes centros urbanos de nosso país, nos deparamos com pessoas nesta situação, algo que deveria ser anormal, virou “normal”, ou seja, a sociedade passa a naturalização do problema social, como se fizesse parte da paisagem social. Infelizmente na cidade de Americana, cidade objeto deste trabalho, não é diferente, com base nisso a presente iniciação científica surgiu a partir da inquietação desta equipe de pesquisadores, em relação a este cenário de elevado número de pessoas em situação de rua no município, bem como, da incongruência do conteúdo normativo da Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 3º, inciso III, expõe que a República Federativa do Brasil tem como objetivo erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e em seu artigo 1º, inciso III, que estabelece como fundamento da República a dignidade da pessoa humana para com as políticas públicas desenvolvidas no Município, a vista disso, objetiva-se conhecer as políticas públicas de atenção às pessoas em

LUCAS FERNANDO PEREIRA VIVEIROS

LETÍCIA TAIQUÍ LOPES, C  
SILVA PEREIRA, JÉSSICA  
Maria Vicente

situação de rua do município, bem como, sua efetividade, assim como, identificar se as pessoas em situação de rua têm acesso às possíveis políticas públicas oferecidas pelo Poder Público e se suas necessidades são atendidas. O referencial teórico está pautado no Decreto Federal 7.053/09 que define o conceito de pessoa em situação de rua, na Constituição Federal em vigor, em especial no que se refere aos artigos 1º, 3º, 6º, 203 e 204; nas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e na teoria dos mínimos existenciais, que consiste basicamente em conceder a toda pessoa humana uma segurança básica, por meio da tutela de direitos sociais mínimos, tais como a saúde, a educação, salário mínimo, a habitação etc., ou seja, direitos estes necessários para sua subsistência digna. Buscando fundamentar o presente trabalho, a equipe fará uma pesquisa de campo junto à Associação Vinde à Luz, instituição terceirizada pelo setor público para atender a Política Nacional de Assistência Social – Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) e que atualmente atua com essa população na cidade de Americana. Espera-se que ao

final do trabalho, possamos averiguar se os mecanismos postos hoje são suficientes para auxiliar as pessoas em situação de rua, resguardando a esses os mínimos sociais, assim como, que possamos de alguma forma contribuir com a comunidade incitando para que todos possam se conscientizar e quiçá vir a trabalhar em prol de políticas públicas para os moradores de rua deste município.

Oral

ESTUDO E ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DA TECNOLOGIA NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DA SOCIEDADE DURANTE A PANDEMIA COVID-19

ESTUDO E ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DA TECNOLOGIA NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DA SOCIEDADE DURANTE A PANDEMIA COVID-19 A atual pandemia do COVID-19, doença respiratória causada pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2) provocou mudanças muito grandes em toda sociedade e seu modo de viver, gerando grandes impactos no mundo. O vírus que começou sua transmissão na China, foi espalhado pelo mundo e assim teve início uma das maiores pandemias da história da humanidade. Para entender este momento, uma breve retrospectiva no contexto histórico das maiores pandemias vivenciadas como a gripe espanhola e o H1N1 até o cenário atual da pandemia do COVID-19, que envolve protocolos de proteção à saúde, impactos na economia, pesquisas para o desenvolvimento de vacinas, entre outros. Um desses impactos foi a aceleração da transformação digital, com a digitalização de serviços, afetando relações de trabalho, educação, saúde mental, ampliando a desigualdade social, entre outros. No caso da transformação digital, possibilitou a execução de atividades de maneira remota, sem necessidade de deslocamento, gerando

LUCÉLIA ALLINNY FERNANDES SILVA

Luis Henrique Bastos Lopes  
HENRIQUE DE ANTONIO M  
Yoshioka, SÉRGIO YOSHIO

muitas oportunidades, provocando uma mudança profunda na sociedade e suas relações, com reflexos ainda não totalmente conhecidos, além da diminuição da atividade econômica na sociedade. O COVID-19, traz muitas incertezas e seus impactos ainda não podem ser totalmente mensurados ou definidos. Diante desse cenário o trabalho em desenvolvimento, busca fazer reflexões sobre histórico associado ao COVID-19, dos desafios, impactos e das oportunidades da transformação digital levando a diversos aspectos inseridos em seu contexto ao que diz respeito a pandemia. Os principais objetivos desse trabalho são: Analisar a transformação digital durante a pandemia, sua relação com a sociedade, as contribuições e oportunidades que advém da adoção de tecnologia em diferentes setores; Os desafios que impõem a transformação digital em um cenário com a persistência de medidas de contenção da pandemia para uma nova realidade que muitos chamam de o “novo normal”; Exposição das principais tecnologias envolvidas na transformação digital; e tendências para próximos anos e como pode ser aplicada como tecnologia. Sob essa nova perspectiva, é

importante pesquisar e apresentar quais soluções e tecnologias relacionadas à transformação digital tem impactado na sociedade durante a pandemia, assim como o impacto no comportamento e aspectos psicológicos da saúde mental com COVID-19, adoção da tecnologia em larga escala, como o home office, isolamento social e o ensino remoto. É fato que a humanidade presenciou muitas evoluções durante os momentos de crises que ameaçam a vida humana e sempre a ciência é uma grande aliada. Assim, com base científica, este trabalho pode acrescentar à sociedade dados importantes para compreender o atual momento a partir dos objetivos propostos neste trabalho.

Oral

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA:  
ESTUDO DE REVISÃO SISTEMÁTICA

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA:  
ESTUDO DE REVISÃO SISTEMÁTICA Em março de 2020, com a crise sanitária que acometeu a humanidade, fruto da pandemia de Covid-19, pais, alunos/as e professores/as foram surpreendidos com o isolamento social e fechamento das escolas. Apesar do surto de Covid 19 já estar ocorrendo em outros países, a população brasileira foi pega de surpresa com essa nova realidade, pois, devido a localização do Brasil, não se acreditava que o vírus tivesse a capacidade de chegar ao Continente. Assim, esse estudo de revisão sistemática tem como objetivo apresentar as discussões científicas realizadas sobre os desafios do ensino remoto na educação básica, em função desta crise sanitária que acometeu a humanidade, por meio dos artigos científicos publicados no início do ano de 2020, até os dias atuais. Trata-se de uma investigação focada em questão bem definida, que tem como meta identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis sobre o assunto em pauta. Assim, o estudo procurou responder a seguinte questão de pesquisa: como estão relacionados os estudos e publicações acerca das ações, dificuldades, discursos

MARCELA DE PAULA PIRES MATSUDA

Roberta Cortez GAio

e necessidades dos/as professores/as frente ao desafio posto pelas mudanças decorrente do fechamento das escolas e, conseqüente, necessidade do ensino remoto, na educação básica? Os dados foram coletados por meio de pesquisas realizadas no Scielo e Google Acadêmico, tendo como referencial as palavras-chave: pandemia, ensino remoto e educação básica. O procedimento metodológico se deu a partir da seleção dos artigos com base em quatro etapas, a saber: identificação, elegibilidade, seleção e inclusão. Assim, inicialmente foram encontrados 76 artigos e, após as etapas vencidas, foram definidos 5 para a análise final, a partir de critérios pré-estabelecidos, tendo como foco o olhar sob a educação básica. Os resultados indicam que os maiores desafios encontrados pelos/as professores/as durante o ensino remoto foram: falta de treinamento para uso das tecnologias, aumento da demanda de trabalho, comunicação com pais, baixa interação com os/as alunos/as e falta de recursos tecnológicos. O panorama mostra que professores/as e familiares que, normalmente, não tinham muito contato com as tecnologias se viram obrigados/as a descobrir o

funcionamento de aplicativos e ferramentas tecnológicas, professores/as com ou sem nenhum preparo se viram tendo que gravar vídeos interessantes com conteúdo de matérias curriculares de forma que chamassem a atenção dos/das alunos/as. A partir desse novo quadro surgem novos problemas, tais como: conexão com a internet inexistente ou muitas vezes insuficiente, falta de computadores, falhas de áudio/vídeo, criatividade para as atividades, apoiar e engajar os/as alunos/as nos estudos em casa, entre outros. Assim, espera-se que estudos desse caráter possam contribuir, indiretamente, com discussões que possam promover a melhoria da qualidade de ensino, em especial da educação básica.

Oral

Velhice e Fake News: o papel das competências informacionais no desenvolvimento do idoso

Resumo O acesso ao ciberespaço e o uso de redes sociais vem crescendo no Brasil e no mundo. Esse espaço virtualmente potencial transpõe barreiras físicas e facilita a comunicação de forma instantânea. Entretanto, essa facilita não vem acompanhada de mecanismos que mensurem de forma correta a veracidade e autenticidade dos conteúdos e informações. Vale ressaltar, que a inclusão do idoso no meio digital é algo recente, dessa forma, é perceptível uma baixa interpretação crítica de informações, dificuldade de acompanhar o fluxo de notícias e pouca habilidade com ferramentas da internet. Quando se trata do desenvolvimento desse público, percebe-se que ainda há muitos estigmas, como se o idoso não fosse capaz de desenvolver-se. O envelhecimento dentro de uma sociedade utilitarista, como a brasileira, pode ser alvo de uma imagem associada ao sofrimento, mal-estar, fragilidade e declínios. Partindo deste pressuposto, esse trabalho insere-se na linha de pesquisa de “Educação Sociocomunitária” e tem por objetivo compreender a vulnerabilidade dos idosos às Fake News a partir de competências informacionais, que são

MARCELA EDUARDA DA SILVA

ANA CLARA ALVES MOREIRA  
MARIANO DO CARMO, ISABELA  
CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

responsáveis pelo conjunto de habilidades do indivíduo em localizar, reconhecer e usufruir de forma eficiente as informações, e traços de personalidade dos idosos, no modelo fatorial do Big Five. Este fenômeno ganha força com a acessibilidade à internet em ascensão, podendo ser observado com mais facilidade no contexto pandêmico, o que reflete danos às medidas de isolamento social, e biossegurança, como o uso de máscaras, além da adesão as vacinas e possíveis teorias conspiratórias sem fundamento. O método da pesquisa é composto por uma amostra mínima de 200 idosos dos sexos masculino e feminino, incluindo-se apenas pessoas com idade igual ou superior a 60 anos e com habilidades mínimas para acesso a internet. Os instrumentos utilizados são o Questionário Sociodemográfico (QSD), o Questionário sobre a Covid-19 (QC-19), a Escala de Competências Informacionais para Idosos (ECII) e o Big Five Inventory II (BFI-II). A coleta está sendo realizada via Google Formulários com o recrutamento de participantes via e-mail e redes sociais, mediante acesso ao link de pesquisa e a anuência do participante ao Termo de Compromisso Livre e

Esclarecido. Após a finalização da coleta serão feitas análises, via software estatístico SPSS, correlacionando as variáveis sociodemográficas, de covid, da ECII e do BFI-II. A pesquisa encontra-se em fase de coleta de dados, o que impede a apresentação de resultados até o presente momento. Palavras-chave: Fake News; Covid-19; Competências Informacionais.

Pôster

Desconhecimento acerca dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente

O presente trabalho tem como objetivo principal a transmissão de informações acerca dos Direitos Humanos às crianças e adolescentes do ensino público, a partir de linguagem simples e clara, que por muitas vezes, fruto da falta de conhecimento da lei, não há a acessibilidade até mesmo a legislação especial que os protege -crianças e adolescentes-. Para alcançar tal propósito, será realizado uma pesquisa de campo tendo como base a aplicação de um formulário modelo Google Forms, com perguntas pautadas no tema inicial, tal como a importância do conhecimento jurídico para o exercício da cidadania de acordo com as normas brasileiras e dos códigos de serviço de emergência, e, a partir do mesmo, iremos traçar e obter uma base dos conhecimentos prévios dos alunos e como enxergam tais questões levantadas, a mensuração dos conhecimentos acumulados do público-alvo juntamente com as falhas presentes na acessibilidade dessas informações. O tema foi escolhido pois, apesar da existência de uma legislação específica, grande parte da população não sabe como acessá-la. Nesse sentido, vale ressaltar o estudo histórico de Philippe Ariès (1981), onde destaca que a

MARIA CLARA ALVES DA SILVA

JOÃO PEDRO RAFAEL JUV  
MARIA CLARA ANTICO CA  
MOREIRA, BIANCA KETLY  
SOARES FONSECA

concepção de que crianças são cidadãos com direitos é uma noção extremamente recente, por consequência, é possível notar os efeitos desse retardamento até os dias de hoje. No Brasil, apenas em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA (Lei nº 8069,1990), foi criado para garantir os direitos infanto-juvenis, e ainda assim diversas barreiras são entrepostas, dificultando que atinjam a população e cumpram seu papel. Logo, o público-alvo ao qual o projeto é direcionado, são alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental público, da escola estadual Mário da Silva Pinto, Cruzeiro-SP. A escolha foi baseada no nível de desinformação que ainda permeia o setor público de educação e que reúne grande parte dos jovens em vulnerabilidade, fato que reforça a desigualdade social. Para tais fins, o método baseado na aplicação de um questionário com perguntas abertas através da plataforma Google Forms, fornecerá a coleta de dados qualitativos sobre o tema de acordo com o público-alvo e uma possível análise de tais dados, havendo um segundo encontro nos moldes de uma roda de conversa, para tirar quaisquer dúvidas restantes. Portanto, objetiva-se possibilitar uma

prevenção primária, onde haja uma maior compreensão e acesso aos direitos, de modo a diminuir possíveis fatores de risco e atingir resultados singulares em cada aluno afim de que os mesmos possam reter conhecimentos e informações a respeito do tema tratado.

Pôster

Desconhecimento acerca dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente

O presente trabalho tem como objetivo principal a transmissão de informações acerca dos Direitos Humanos às crianças e adolescentes do ensino público, a partir de linguagem simples e clara, que por muitas vezes, fruto da falta de conhecimento da lei, não há a acessibilidade até mesmo a legislação especial que os protege -crianças e adolescentes-. Para alcançar tal propósito, será realizado uma pesquisa de campo tendo como base a aplicação de um formulário modelo Google Forms, com perguntas pautadas no tema inicial, tal como a importância do conhecimento jurídico para o exercício da cidadania de acordo com as normas brasileiras e dos códigos de serviço de emergência, e, a partir do mesmo, iremos traçar e obter uma base dos conhecimentos prévios dos alunos e como enxergam tais questões levantadas, a mensuração dos conhecimentos acumulados do público-alvo juntamente com as falhas presentes na acessibilidade dessas informações. O tema foi escolhido pois, apesar da existência de uma legislação específica, grande parte da população não sabe como acessá-la. Nesse sentido, vale ressaltar o estudo histórico de Philippe Ariès (1981), onde destaca que a

MARIA CLARA ANTICO CARVALHAL MOREIRA

BIANCA KETLYN RODRIGUEZ FONSECA, MARIA CLARA FERREIRA SILVA, JOÃO PEDRO RAFAEL DA SILVA CONDE

concepção de que crianças são cidadãos com direitos é uma noção extremamente recente, por consequência, é possível notar os efeitos desse retardamento até os dias de hoje. No Brasil, apenas em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA (Lei nº 8069,1990), foi criado para garantir os direitos infanto-juvenis, e ainda assim diversas barreiras são entrepostas, dificultando que atinjam a população e cumpram seu papel. Logo, o público-alvo ao qual o projeto é direcionado, são alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental público, da escola estadual Mário da Silva Pinto, Cruzeiro-SP. A escolha foi baseada no nível de desinformação que ainda permeia o setor público de educação e que reúne grande parte dos jovens em vulnerabilidade, fato que reforça a desigualdade social. Para tais fins, o método baseado na aplicação de um questionário com perguntas abertas através da plataforma Google Forms, fornecerá a coleta de dados qualitativos sobre o tema de acordo com o público-alvo e uma possível análise de tais dados, havendo um segundo encontro nos moldes de uma roda de conversa, para tirar quaisquer dúvidas restantes. Portanto, objetiva-se possibilitar uma

prevenção primária, onde haja uma maior compreensão e acesso aos direitos, de modo a diminuir possíveis fatores de risco e atingir resultados singulares em cada aluno afim de que os mesmos possam reter conhecimentos e informações a respeito do tema tratado.

Oral

O ato diagnóstico como forma de controle institucional: uma análise do filme "Um Estranho no Ninho"

O ato diagnóstico como forma de controle institucional: uma análise do filme "Um Estranho no Ninho". Com base na 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), fundamentado em uma revisão bibliográfica acerca do Transtorno da Personalidade Antissocial (TPAS), marcado principalmente pela dificuldade nas relações interpessoais e condutas contrárias às regras e normas convencionadas socialmente, e embasado nas contribuições de Foucault acerca da loucura e sua relação com a exclusão social, o presente trabalho reflete sobre a importância da humanização do paciente frente ao processo diagnóstico como forma de garantir os direitos já conquistados através da luta antimanicomial. Com o objetivo de analisar o filme "Um Estranho no Ninho" e os comportamentos apresentados pelo protagonista, a partir do que é discutido no âmbito científico sobre o TPAS e dos conceitos de poder disciplinar e de loucura presentes na obra de Michel Foucault. Isto posto, foram levantadas as seguintes problemática: "A partir de que momento o ato diagnóstico passa a servir como mecanismo de controle e

MARIA CLARA SOUZA NOGUEIRA DE SÁ

BEATRIZ REHM CAMPOS,  
Castilho de Araujo, VALDE  
SILVA REIS CASTRO

silenciamento institucional?”

Desenvolvimento: A partir de uma análise relacional entre as condutas expressas pelo protagonista da obra cinematográfica e os critérios diagnósticos do Transtorno da Personalidade Antissocial tornou-se crível a hipótese diagnóstica para o personagem. Entretanto, é viável levantar o questionamento se os critérios de TPAS apresentados na conduta do protagonista são suficientes para o estabelecimento do diagnóstico, uma vez que não se tem acesso ao histórico de vida do personagem, observando ainda a incapacidade institucional de tratar o paciente de forma humanizada e de acordo com o que se espera de profissionais comprometidos com o bem-estar humano. É possível identificar também a manutenção do poder disciplinar representado no filme através da instituição psiquiátrica na qual a história se passa. Além disso, observa-se a tentativa de controlar e silenciar o protagonista, a fim de conservar as referências e os padrões morais, de conduta e modos de ser e agir presentes na sociedade e culturalmente convencionados através da linguagem,

das ideologias, das crenças e dos valores. Conclusão: A instituição onde o protagonista foi internado tinha pressa em fechar seu diagnóstico, pois via nele um transgressor a ser contido antes que fizesse com que os outros pacientes se dessem conta dos mecanismos de controle institucionais aos quais eram submetidos. A presente análise permitiu problematizar acerca da importância da luta antimanicomial, tendo como guia a Declaração Universal dos Direitos do Homem e partindo de uma visão humanizada ao olhar o Outro.

Oral

RE-TRATOS DO ENSINO REMOTO E HÍBRIDO NA RELAÇÃO DE APRENDIZAGEM COM AS CRIANÇAS DO 1º E 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

RE-TRATOS DO ENSINO REMOTO E HÍBRIDO NA RELAÇÃO DE APRENDIZAGEM COM AS CRIANÇAS DO 1º E 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Cristina Marques Moreira

Resumo: O desenvolvimento deste trabalho teve início em março de 2020, no período do contexto pandêmico da COVID-19, numa Escola Municipal de Ensino Fundamental Anos Iniciais, na cidade de Campinas, com a turma do 1.º ano, onde é representada por 26 crianças, entre as idades de 6 a 7 anos, entre elas está uma criança da Educação Especial, com especificidade do TEA – Transtorno do Espectro Autista. O que a professora pesquisadora vem demonstrar são as relações do ensino remoto, desde sua implantação pela plataforma Google Sala de Aula instituída pela Prefeitura Municipal de Campinas, com estas famílias, os desafios e relatos por elas enfrentados. Além disso, o percurso que esta professora vai tecendo nas reflexões com sua prática pedagógica, à medida que se depara com os registros das crianças, mediadas pelas famílias; neste processo ela vai recorrendo a outros recursos tecnológicos, como desejo de aproximação e interação com as

MARIA CRISTINA MARQUES MOREIRA

crianças; buscando o olhar sensível na plataforma as atividades oferecidas, quanto a maior ou menor aceitação, percebendo a necessidade incessante de pesquisa aos sites educativos de jogos 'on-line'; assim como a instrumentalização aos recursos tecnológicos para atender as necessidades desta turma. A continuidade desta pesquisa ainda se dá no ano corrente, com novas configurações ao ensino híbrido e concomitantemente ao remoto; abordando o panorama das relações do ensino presencial em detrimento ao remoto, especificamente na alfabetização, onde requer a mediação constante deste profissional para o desenvolvimento e avanço destas aprendizagens. Não há o intuito de desvalorização entre as formas apresentadas, mas o que elas trazem ao contexto educacional, especificamente aos anos iniciais do ensino fundamental. Palavras-chave: Ensino remoto – Ensino híbrido - Aprendizagem

Oral

A importância do Compliance no combate à corrupção e a lavagem de dinheiro.

Atualmente, vivemos em um período em que o Direito Penal vem sofrendo diversas mutações em decorrência do desenvolvimento de novas tecnologias e em consequência novas realidades e condutas. Em meio a esse contexto de mutações o denominado Compliance tem se tornado um assunto recorrente. O Compliance vem da língua inglesa a partir do verbo “to comply” que significa agir/estar de acordo com uma regra, se relaciona diretamente com a conduta da empresa e sua adequação às normas dos órgãos de regulamentação, teve sua origem na área de Relações Internacionais e Economia, não sendo uma novidade no mundo jurídico e corporativo, porém nos últimos anos obteve maior evidência com os programas de compliance relacionados ao sistema financeiro e programas anticorrupção, dado aos dos recentes e diversos escândalos financeiros como o da Petrobras, Mensalão, FIFA. Segundo Chevarría e Silvestre (2013, tradução nossa) a corrupção é uma questão complexa e difícil que não se justifica apenas em uma preocupação teórica ou acadêmica, mas na necessidade de combinar critérios para reconhecer o fenômeno, enfrentá-lo, sancioná-lo e

MARIA EDUARDA FERREIRA HENRIQUE

providenciar medidas para preveni-lo. A corrupção se destaca em nível internacional, ocorrendo variações no índice de percepção e tendo impactos diretamente na imagem e estrutura dos Estados, gerando um evidente desequilíbrio econômico em nível global e, assim como a corrupção, a lavagem de dinheiro pode ter consequências econômicas devastadoras. Diante disto, o compliance deixa de ser uma inovação para se tornar um pré-requisito para o funcionamento de uma empresa, sendo uma ferramenta para acompanhar os desafios das mudanças regulatórias que ocorrem ao redor do mundo junto com as novidades digitais e à concorrência do mercado. Assim, dentre tantas medidas para mitigar as infrações penais no âmbito empresarial, o compliance busca afastar a responsabilidade penal da empresa, mas também busca o cumprimento dos deveres pelos seus administradores, seguindo os pilares do suporte da alta administração; avaliação de riscos; código de conduta e políticas de compliance; controles internos; treinamento e comunicação; disponibilização de um mecanismo para reporte anônimo; investigação; due diligence e monitoramento de auditoria,

para alertar sobre quais são os riscos reais e adotar meios para monitorar a situação e ter controle sobre as ações então praticadas dentro da empresa. Destarte, mostra-se imperioso a relevância da discussão sobre a implementação do programa de compliance, tendo como base os pilares exigidos, para assim atingir o principal objetivo no combate à corrupção e lavagem de dinheiro.

Oral

O Direito e a tecnologia:  
responsabilidade civil na inteligência  
artificial.

O Direito e a tecnologia:  
responsabilidade civil na inteligência  
artificial. Vivemos em período com  
intensas transformações digitais, a  
evolução tecnológica nos trouxe o  
compartilhamento de ideias e  
informações com grande alcance e  
velocidade. Tais avanços na comunicação  
alcançaram um nível de integração  
inimaginável e, na década de 50, surgiu  
um campo de estudo que tinha como  
escopo criar determinados sistemas que  
exibiam comportamentos que,  
normalmente, são relacionados às  
pessoas, esse estudo foi então chamado  
de Inteligência Artificial, também  
conhecida como AI, para Russell e Norvig  
(2004) “A inteligência artificial  
sistematiza e automatiza tarefas  
intelectuais e, portanto, é  
potencialmente relevante para qualquer  
esfera da atividade intelectual humana.  
Nesse sentido, ela é um campo  
universal”. Diante desse cenário, em que  
tecnologias inteligentes e autônomas já  
fazem parte da sociedade, o presente  
trabalho busca ressaltar o direito e a  
informática, salientando os desafios  
advindos das novas tecnologias. O  
Direito da informática exige  
conhecimento de tecnologia da

MARIA EDUARDA FERREIRA HENRIQUE

RODRIGO HONORATO DA

informação, juntamente com o domínio dos vários ramos do Direito público e privado, afetados por essas tecnologias. Por outro lado, a responsabilidade civil é “a disciplina que trata da hipótese de quando e como alguém ficará responsável pela reparação de danos causados a outrem” (CHACON, 2018). Para os tecnocráticos, a tecnologia seria suficiente para resolver problemas emergentes, “a resposta para a máquina está na máquina”. Todavia, para o questionamento de quem deverá ser responsabilizado quanto aos atos de inteligência artificial. O parlamento europeu, em 2017, editou uma resolução que dispunha sobre mecanismos de responsabilidade objetiva e alguns estatutos jurídicos próprios. Ademais, a resolução tratou da possibilidade da criação de um seguro para abranger a falha não humana. Neste contexto, Maia (2021, p. 39) dispõe que “o algoritmo que se encontra em constante evolução implica a opacidade do sistema, as operações daquele passam a seguir regras que estão, maioritariamente, além da capacidade de análise dos observadores humanos. Destarte, no sistema pátrio, ainda não há profundas discussões sobre o tema, surgindo o

desafio de analisar eventuais casos de prejuízos causados por computadores e softwares, se mostrando evidente a relevância do caso e sua conexão com o Direito Civil, o Direito Digital e a importância da delimitação da responsabilidade em caso de danos envolvendo a inteligência artificial.

Oral

Introdução da Educação Sexual na Construção do Ser.

INTRODUÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DO SER O presente projeto tem como designo principal a demonstração da importância da educação sexual inserida no ambiente escolar, tendo em vista ser um tema complexo e amplo, fazendo-se necessário uma abordagem clara e acessível. Compreende-se que, a sexualidade em sua amplitude ainda é carregada por tabus e preconceitos, comportamentos que impactam diretamente no desenvolvimento da criança e do adolescente, considerando que o espaço familiar, muitas das vezes, criminaliza ideais e conversas que envolvam a sexualidade, colaborando para a propagação de uma sociedade desinstruída e alienada, munida da herança de princípios tradicionalistas, religiosos e culturais que reprimem a liberdade sexual dos indivíduos. Ademais, Furlani (2007), aponta que o ambiente escolar, além de relevante, é estratégico para a aplicação da educação sexual, visto que, é um espaço central em relação à construção das diferenças e das identidades. A pesquisa será aplicada através do método quanti-qualitativo, baseando-se em questionários e dados estatísticos para maior alcance dos

MARIA LAURA LANDIM COELHO LEITE

ANTONIO AUGUSTO DINI  
JOÃO VÍTOR GONÇALVES

objetivos, além de uma análise semiótica, a fim de compreender representações sociais e linguagem simbólica que se fazem presente no contexto aplicado. Em termos práticos, em parceria com uma instituição educacional de rede pública, está sendo colocado em ação um projeto de caráter preventivo dividido em três etapas, buscando atingir diferentes públicos em cada uma delas, variando assim as estratégias e instrumentos. A primeira etapa foi executada conforme o planejado no dia dois de junho de dois mil e vinte e um, consistindo em um processo de sondagem direcionado ao corpo docente, onde foram questionados sobre a realidade socioeconômica dos alunos e a compreensão institucional acerca da sexualidade. Em seguida, será concretizado o processo preventivo através de uma roda de conversa com os alunos do primeiro ano do ensino médio, com o propósito de discutir e refletir sobre diferentes temas que envolvem a sexualidade, proporcionando um espaço seguro e afetivo para o esclarecimento de dúvidas e desenvolvimento do senso crítico. Por fim, será disponibilizado para os profissionais de educação que

possuem interesse, uma palestra ministrada por um profissional especializado em sexualidade, com a finalidade de capacitar, orientar e esclarecer possíveis questionamentos. Contudo, pode-se concluir que a pesquisa tem a finalidade de desconstruir ideias retrógradas que envolvam a dimensão sexual, possibilitando o entendimento das complexidades que estão por trás dos preconceitos e tabus, assegurando os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, conforme está previsto na Carta Magna e demais diplomas infraconstitucionais, compreendendo a educação sexual como elemento relevante para a formação do indivíduo como cidadão, promovendo sua liberdade e seu autoconhecimento.

Oral

Tributação de Dividendos: A Renda Empresarial Deve Ser Tributada Duas Vezes?

Com as empresas ainda em recuperação, taxas elevadas de desemprego e diversos investimentos em estruturação, todos os países ainda estão a adotar medidas de recuperação das empresas e negócios afetados, como bem destaca o relatório da OCDE "Tax Policy Reforms 2021: Special Edition on Tax Policy during the Covid-19 Pandemic". Com a exceção do Brasil, que diante da grave crise econômica e de saúde pública em curso, busca dificultar e desestimular ainda mais a recuperação do setor privado, levantando novamente a discussão em torno da taxação de dividendos. Os dividendos são uma parte dos lucros de uma empresa que são distribuídos aos seus acionistas como forma de remuneração. Até 1995, o Brasil tributava os dividendos com uma alíquota de 15%. À época, essa tributação era bastante questionada pelos empresários, alegando que ocorria uma bitributação, ou seja, a cobrança de dois tributos sobre o mesmo recurso. Com a publicação da Lei N° 9.249/1995, que alterou a legislação do IRPJ e da CSLL, a tributação de dividendos foi extinta, e desde janeiro de 1996, portanto, o Brasil não tributa dividendos. Atualmente no Brasil, dois impostos já

MARIA LUIZA ELEUTÉRIO MONTEIRO

ANA BEATRIZ SANTOS RA

taxam os lucros das empresas, são eles o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Ademais, ainda há outros que incidem sobre a receita como o PIS/COFINS. Após apurado o lucro, excluindo-se os valores referentes a todos os impostos supracitados, as companhias o distribuem na forma de dividendos. É exatamente aqui que querem tributar novamente. Alguns congressistas pensam que, ao distribuir dividendos aos investidores, estes deveriam ser novamente taxados. Essa “nova taxação” entraria na mesma questão jurídica de 1995, o mesmo valor sendo tributado duas vezes. Por fim, uma reforma que se inicia com o objetivo de ajudar na recuperação do país no período pós-pandemia, muito provavelmente resultará na bitributação, e atingirá resultados que certamente prejudicarão os empreendedores e os investidores, algo que consequentemente prejudicará a economia e a prosperidade financeira do Brasil, tendo em vista que são eles os que geram empregos, e que fazem o nosso país produzir e prosperar.

Oral

A importância de um Cronograma de Obra na Construção Civil.

Com base no Relatório Parcial que foi elaborado pelo grupo durante os últimos meses, é de suma importância destacar que o objetivo principal dessa Iniciação Científica seria evidenciar os principais fatores que levam a implantação de um cronograma de planejamento de obras ser fundamental para um bom desempenho operacional de forma organizada e objetiva. Com esse objetivo cumprido, fica potencialmente mais visível todos os aspectos envolvidos em uma determinada obra, desde as tratativas para a mobilização da equipe e equipamentos até os controles de custos e produção minimamente detalhados para serem interpretados e aproveitados da forma mais proveitosa e lucrativa possível. Exergar de maneira clara e objetiva todo e qualquer detalhe da obra torna mais fácil de serem identificados possíveis equívocos durante a execução das atividades que podem ser responsáveis por algum tipo de prejuízo, sejam eles grandes ou não, mas sempre interferindo nos custos e prazos envolvidos no geral. A partir disso, para construir uma ferramenta organizacional como essa, é necessário cumprir algumas etapas, tais como: buscar uma empresa ideal por meio de pesquisas e conversas

MARIA OLÍVIA VALIGURA BONFIM DE SOUZA

REINALDO JOSÉ DE SOUZA  
STEFANO PASTORE MENDONÇA  
MARIA GABRIELA DINIZ

diretas para aplicação do cronograma, identificar as principais peculiaridades da empresa escolhida para elaborar a ferramenta moldada exclusivamente para ela, evidenciar as dificuldades existentes para serem aprimoradas, acompanhar o cronograma de forma gradativa, interferir em caso de necessidade de mudança em alguma etapa e incentivar diariamente o fiel cumprimento do cronograma. A utilização dessa ferramenta é capaz de ser aplicada em diversos tipos de obras, conforme a peculiaridade diferenciada existente em cada uma delas, na qual torna o cronograma maleável e necessário de ser estudado detalhadamente para ser eficiente em diversas ocasiões. No entanto, durante a execução de uma determinada obra, é iminente o surgimento de inúmeros problemas e imprevistos capazes de atrasar os prazos planejados inicialmente e, conseqüentemente, influenciar de forma negativa em todos os custos envolvidos na obra. Com isso, ao longo da execução das atividades é necessário ficar atento em relação a essa possível falha do cumprimento desses prazos, por exemplo, para que seja possível de maneira ágil e estratégica modificar

alguma etapa do cronograma tornada imprescindível para a diminuição do prejuízo causado em decorrência disso.

Pôster

Cartilha Educacional Digital como uma ferramenta auxiliar para professores durante o período de Isolamento Social

Cartilha Educacional Digital como ferramenta auxiliar para professores durante o período de isolamento social  
Ao observar o cenário da pandemia de Coronavírus em que o mundo se encontra, é perceptível que houve um grande impacto no ensino, e tanto professores quanto alunos estão sofrendo para se adaptar ao tentar encontrar formas de superar essa situação atribulada. Ademais, as crianças e os jovens não estavam acostumados ou preparados a rotinas pesadas de estudos em casa, pois muitos deles não possuem a maturidade e autonomia que são exigidas no ensino remoto, relatando dificuldades de concentração e foco ao estudar em casa, pois, nesse ambiente, não se faz possível a mesma abordagem existente no ambiente escolar, fazendo com que eles não consigam acompanhar as aulas como realmente deveriam. No contexto da pandemia, muitas escolas se viram obrigadas a adotar o uso das tecnologias digitais em suas rotinas, seja por meio de videoaulas ou para outras questões administrativas. Levando-se em consideração esses aspectos, a preocupação com os alunos e qualidade de ensino começou a crescer ainda mais, e, com isso, verificou-se a necessidade

MARIANA COELHO MARTINS

LUÍS GUSTAVO FERNANDO  
SILVA

de inovação durante as aulas, transformando a tecnologia em aliada no processo de ensino-aprendizagem. Desta forma, foi criada uma cartilha educativa digital, atuando como uma ferramenta educacional inovadora durante o período da pandemia, com o intuito de apresentar aos professores propostas de atividades educativas realizadas de maneira online e remota, usufruindo, assim, de plataformas e sites utilizados atualmente com frequência por meio de uma gincana virtual, porém com a possibilidade de adaptações, visando a intencionalidade pedagógica dos professores. Para a confecção da cartilha, foram realizadas diversas pesquisas e discussões para que houvesse a criação e o desenvolvimento de atividades online de fácil adaptação e aplicação, servindo como exemplificação de aplicabilidade, além da criação de um canal no Youtube para reunir vídeos didáticos explicativos e interativos que seriam disponibilizados na cartilha no formato QR code, de modo que a compreensão de professores e alunos ocorresse da melhor maneira possível. A linguagem presente nos vídeos explicativos das atividades tem como principal alvo os alunos, já a cartilha com

as informações detalhadas das atividades, tem como principal alvo os professores. Assim sendo, pode-se dizer que as atividades lúdicas digitais desenvolvidas têm provocado profundas transformações na realidade social, impondo novas estratégias também para o processo educacional atual e futuro, ajudando de diversas maneiras para que o ensino não seja prejudicado.

Pôster

Brincando pelo Brasil: cooperação entre tecnologia e pluralidade cultural

Brincando pelo Brasil: cooperação entre tecnologia e pluralidade cultural Com o fechamento das escolas, por conta da pandemia de Covid-19, profissionais da educação se viram desafiados a buscar novos caminhos para o ensino-aprendizagem de crianças e jovens. Com isso, o ensino remoto acabou se tornando uma das principais alternativas para esse fim nesse momento de isolamento social, dada a importância da continuidade à formação dos estudantes, fazendo com que, mesmo com o cenário atual de calamidade pública, não haja tantos impactos para a educação no país. Ademais, pela situação a qual o mundo se encontra a tecnologia tem se mostrado uma aliada ao processo de ensino-aprendizagem com ajuda de ferramentas que são utilizadas pelos professores para se conectarem com os seus alunos e, para a promoção de aulas interativas dialogadas, além de ambos aproveitarem um ensino muito mais eficaz. A aquisição da tecnologia como aliada a educação proporciona diversas possibilidades de desenvolvimento de atividades por parte dos professores, além da informação chegar com mais rapidez e facilidade aos alunos, sendo assim há a viabilidade de apresentação

MARIANA COELHO MARTINS

LUÍS GUSTAVO FERNANDO  
SILVA

de diversos temas a eles, como a pluralidade cultural regional do país. O Brasil é um lugar pluricultural então, a diversidade cultural ganha forma material e imaterial em nosso território nacional graças a ideias que são colocadas no sistema de ensino do país. Tendo em vista todos esses aspectos, foi observado a necessidade de apresentar aos alunos a pluralidade cultural regional, a partir de jogos e brincadeiras do Brasil, pois desta forma os alunos reconheceriam a pluralidade cultural através de atividades práticas. Para isso foi desenvolvido um aplicativo informativo de jogos e brincadeiras regionais onde crianças e jovens teriam acesso aos contextos históricos das regiões do Brasil, culturas e tradições, principais fontes de economia, curiosidades, regras, materiais necessários e quantidade necessária de pessoas para a prática das atividades. Assim sendo, as crianças e adolescentes teriam possibilidades de desenvolverem tais atividades dentro e fora do ambiente escolar, sem nenhum tipo de material ou com a utilização de materiais de fácil aquisição e manuseio. Para o desenvolvimento do aplicativo foram realizadas entrevistas com profissionais

das cinco regiões do país, encontros online, discussões e pesquisas acerca de jogos e brincadeiras típicas de cada região do Brasil. Desta forma, pode-se dizer que os alunos entrariam em contato com diferentes manifestações culturais de forma lúdica e divertida.

Oral

A PANDEMIA DO COVID 19 E OS  
IMPACTOS DO ISOLAMENTO SOCIAL NA  
SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES  
UNIVERSITÁRIOS/AS: UM ESTUDO DE  
REVISÃO SISTEMÁTICA

A PANDEMIA DO COVID 19 E OS  
IMPACTOS DO ISOLAMENTO SOCIAL NA  
SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES  
UNIVERSITÁRIOS/AS: UM ESTUDO DE  
REVISÃO SISTEMÁTICA Marina Beatriz  
Moraes Amorim Roberta Cortez Gaio  
Resumo A revisão sistemática de  
literatura é um estudo científico com  
foco em questão definida, em busca de  
investigações de qualidade sobre um  
tema. Assim, evita-se possíveis  
controvérsias sobre o assunto e,  
contribui para a elaboração de uma  
teoria consistente, como aporte para a  
pesquisa de campo, em especial, no que  
se refere a interpretação e análise de  
dados. Portanto, este estudo se define  
como a primeira etapa do projeto de  
iniciação científica intitulado “Educação,  
Saúde e Tecnologia em Tempos de  
Pandemia”. Tem como objetivo  
apresentar a revisão sistemática sobre os  
impactos causados na saúde mental de  
universitários/as em decorrência da crise  
sanitária mundial, fruto do isolamento  
social provocado pela pandemia da  
Covid-19. No contexto pandêmico que a  
sociedade vivencia atualmente é de  
extrema importância refletir sobre, os  
possíveis impactos na saúde mental,  
especificadamente, dos/das jovens que

MARINA BEATRIZ MORAES AMORIM

Roberta Cortez GAIO

estão tendo aulas remotas nas universidades e que, com certeza, muitas mudanças ocorreram em suas vidas. Assim, após as etapas, busca da literatura e seleção de artigos, a partir da problemática já mencionada, verificou-se a existência de 13 artigos publicados em 2020 que atendem a questão norteadora do estudo, isto é: quais são os principais impactos da pandemia na saúde mental dos/as universitários/as? Dentre os resultados obtidos observa-se que este período desenvolveu ou potencializou ainda mais sintomas psicológicos nos estudantes, tais como: ansiedade, estresse, depressão, medo, tristeza, angústia e preocupações gerais em decorrência do contexto pandêmico. Há, também, relatos de dificuldades em relação as adaptações necessárias para o ensino remoto ou híbrido, em especial, com estágios. As mudanças impactaram a vida dos/as estudantes universitários/as de forma aguda, pois salientou as diferenças sociais, o que agravou os sentimentos negativos em relação ao futuro, algo muito relevante nessa faixa etária. A pandemia trouxe diversas mudanças no comportamento de estudantes, contribuindo para o agravamento de sintomas psicológicos já

existentes ou desencadeando novos problemas relacionados à saúde mental. Espera-se que este estudo, de caráter qualitativo, possa contribuir, de maneira indireta, com discussões que promovam a melhoria da qualidade de vida deste grupo de pessoas. Ressalta-se a relevância, do sistema de ensino superior, compreender esse sofrimento psíquico desenvolvido pelo estudante e, assim, oferecer apoio psicológico e flexibilização em relação as tarefas curriculares, com o intuito de tornar o processo de ensino-aprendizagem mais eficaz e tranquilo durante este período de crise sanitária. Palavras-chave: Saúde mental, pandemia, estudantes universitários/as.

Oral

O EMPREENDEDORISMO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA PARA A COMUNIDADE DE IMIGRANTES NA CIDADE DE AMERICANA/SP

Na última década, Americana registrou um significativo aumento de imigrantes que chegaram na cidade, motivados pela melhoria da qualidade de vida e pelo forte eixo industrial capaz de gerar empregos no município. Dentre as principais correntes migratórias, destacou-se pela ordem: os bolivianos e, mais recentemente, os haitianos, sendo essa a comunidade de imigrantes mais numerosa. Durante o ano de 2019, a comunidade haitiana estava estimada em, aproximadamente, mil pessoas, segundo o levantamento do líder comunitário. O grupo, em questão, apresentou entre as demandas mais urgentes, notadamente, sua inserção no mercado de trabalho, uma vez que a falta de qualificação e de entendimento sobre as regras trabalhistas representavam um grande entrave para oportunidades profissionais. A pandemia contribuiu para agravar significativamente o quadro, que já se apresentava negativo. Diante de tal situação, o presente projeto tem por finalidade contribuir na formação profissional, principalmente a que apresente maiores demandas, ao mesmo tempo em que promove a capacitação para o empreendedorismo, capaz de

MARINA DE SOUZA DOMINGUES

MARIANA MIANO, FERNANDA  
MARQUES TEIXEIRA, GABRIELA  
HOLANDA ALBANO MACHADO

gerar emprego e renda, sobretudo para a comunidade de imigrantes. Estabeleceu-se, através do acordo com o Secretário de Desenvolvimento Econômico do Município, uma parceria capaz de, utilizando-se os espaços públicos, tais como o CUCA (Centro da Universidade do Conhecimento de Americana), chegar até a comunidade mais vulnerável, sobretudo porque a localização do referido espaço encontra-se, estrategicamente, instalada no centro da cidade, facilitando assim a locomoção. O CUCA, além da privilegiada localização, possui equipamentos fundamentais para o ensino e a aprendizagem. Recentemente, respeitando as regras de distanciamento social e amparada pela liberação da Prefeitura Municipal, a implantação deverá iniciar as suas ações de forma presencial. A metodologia a ser utilizada já foi apresentada tratando-se de um plano de negócios, uma metodologia para a contextualização e início de empreendimentos capazes de possuir a sua sustentabilidade e sobrevivência nos mercados altamente competitivos. Soma-se, ao projeto, a contribuição do SEBRAE, que com as capacitações pontuais poderá elevar o grau de empregabilidade dos imigrantes.

Espera-se que, com a implantação do projeto, a comunidade de imigrantes possa elevar sua qualificação, tanto com o viés empreendedor quanto na capacidade de absorção pelas indústrias e empresas da região de Americana, contribuindo para a dignidade e o respeito da pessoa humana.

Oral

Energia fotovoltaica aplicada para ensino técnico e conscientização socioambiental no CPDB

Em decorrência da evolução humana e suas revoluções ao longo dos séculos, a energia foi uma grande descoberta em sua época, e que só fez impulsionar a globalização e o desenvolvimento de novas tecnologias. Com isso, vemos que atualmente, a energia é um fator fundamental para atender a grande parte das necessidades da sociedade atual, pois praticamente todas as atividades desenvolvidas pelo homem, requerem o uso de energia elétrica. A crescente onda de preocupações com o meio ambiente e seu impacto projetado, tem impulsionado novos métodos e soluções, para que a utilização de recursos seja feita da melhor maneira e com o menor dano ao meio ambiente. Sendo assim, a geração de uma energia limpa e renovável, vem como uma vertente muito forte se levado em consideração o meio em que vivemos e a sustentabilidade. Temos como exemplo de energia renovável, a geração fotovoltaica, que é nada menos que uma onda eletromagnética que se propaga na terra em forma de calor e de luz. A luz por sua vez é o que interessa para os módulos fotovoltaicos. Mesmo com todas as dificuldades financeiras que o Brasil possui com a instalação de energia

MARINA MONTEIRO DE CARO

FELIPE MARINHO DE OLIVEIRA  
KEMBLE SAINTILUS, FELIPE  
AFONSO

fotovoltaica, surgiram recentemente, diversos incentivos do governo para a aplicação dessas tecnologias, como financiamento e redução de impostos. Para que a tecnologia seja aplicada de forma eficiente no país, é de extrema importância que a informação sobre a mesma chegue às pessoas, principalmente àquelas de baixa renda, e com isso, fornecer dados para conscientização das pessoas, principalmente do público jovem acerca da importância das energias renováveis, e seu viés sustentável. Com isso, o objetivo deste trabalho é, além de aprofundar o conhecimento técnico desta tecnologia, divulgar as informações, definindo as características técnicas e ampliando este conhecimento a jovens estudantes, impulsionando o uso da mesma e de sua abrangência. Com isso, este projeto foi pensado em não somente desenvolver um estudo sobre estas fontes renováveis, mas sim ir além, e implantar um módulo fotovoltaico no campus São José do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL), com o intuito de gerar energia fotovoltaica, proveniente do sol, e dessa forma, poder disseminar este conhecimento a comunidade escolar e

criar um jeito prático de envolvimento dessa comunidade com fontes limpas de energia, e que são de suma importância para o futuro do meio em que vivemos. Dessa forma, sua implantação trará além de uma projeção de um sistema fotovoltaico em pequena escala, como o compartilhamento de informações relevantes desta energia limpa e seu amplo funcionamento. O mesmo será feito por meio do protótipo e de uma cartilha interativa, que explana os tipos de energias limpas existentes e o modelo fotovoltaico escolhido para desenvolvimento do presente projeto.

Pôster

(IN)CONSTITUCIONALIDADE DA OBRIGATORIEDADE DO REGIME DA SEPARAÇÃO DE BENS PARA OS MAIORES DE SETENTA ANOS

O Direito de Família regulamenta os atos e relações da vida civil, cuidando dos direitos e obrigações dos indivíduos desde antes do nascimento até após a morte e, por isso, é uma das áreas com maior relevância no Direito brasileiro. O casamento e o regime de bens são Títulos da parte de Direito de Família, no Código Civil, que merecem grande destaque, em razão de a formalização da união de um casal, normalmente, ser o início da formação de uma família, a qual se mostra o primeiro e mais importante laço e comunidade para uma sociedade e obteve especial atenção do legislador na Constituição Federal de 1988, além de ser assegurado a todas as pessoas o direito à liberdade, à igualdade e à dignidade da pessoa humana no texto constitucional. No momento da realização do ato formal e solene que é o casamento, diversas escolhas devem ser feitas pelos futuros cônjuges, inclusive na esfera patrimonial, o que ocorre pela escolha do regime de bens, que irá determinar como seus patrimônios serão administrados e afetados com a contração do matrimônio, como será a repartição dos bens num eventual divórcio e até mesmo se um cônjuge é meeiro do outro para fins de sucessão

MARIO SILVA DINIZ

ISABELA CORRÊA RIBEIRO

após o falecimento de um dos cônjuges. A lei estabelece que os futuros cônjuges têm autonomia e liberdade para escolher qual dos regimes de bens previstos no Código Civil mais lhes convém, podendo inclusive incluir cláusulas que não sejam proibidas pelo ordenamento jurídico. Entretanto, há exceções em que é obrigatório o regime de separação de bens, entre elas, quando um dos cônjuges tem 70 anos ou mais, situação a qual o direito a sua liberdade e igualdade aos outros indivíduos se finda. Contudo, essa dita proteção pode ser na verdade excessiva e acabar por prejudicar os maiores de 70 anos e até mesmo violar direitos destes. Como observa Maria Berenice Dias, a pretexto dessa suposta proteção, o legislador acabou por instituir uma presunção absoluta de incapacidade da pessoa maior de setenta para este ato de sua vida civil, de forma aleatória e sem buscar sequer algum subsídio probatório, não comportando nenhuma possibilidade de ser afastada essa previsão legal, como ocorre em outros casos de obrigatoriedade do regime de separação de bens. Desse modo, o intuito do presente trabalho é analisar se essa obrigatoriedade viola algum direito

da pessoa com mais de 70 anos que não deseja se casar pelo regime de separação de bens, e em caso de entender que há violação, propor a alteração da obrigatoriedade do regime de separação de bens para os maiores de setenta anos, a fim de adequar a legislação de Direito de Família à Constituição Federal de 1988.

Oral

O saber dos professores e a formação docente centrados na escola

Apesar de já amplamente discutido a formação docente e seu desenvolvimento profissional, o tema continua sendo alvo de pesquisas em busca de possibilidades e de melhorias na educação. Este trabalho tem como foco analisar a prática profissional da minha atuação como vice-diretora em colaboração à professora coordenadora, na execução das formações em serviço, tendo a escola como locus privilegiado. Não é uma tarefa confortável analisar a formação e nem tão pouco observar qual o papel que desenvolvo dentro dessa prática, é necessária uma ampla pesquisa bibliográfica, para entender como se processa essa observação. Pude observar neste sentido sobre a pluridimensionalidade do saber profissional que são referendadas por Tardif e Gauthier (1996, p. 11), para quem “o saber docente é um saber composto com vários saberes oriundos de fontes diferentes” e procuro reorganizar a minha própria prática me apegando sempre no saber experiencial. Levo as discussões sobre as formações buscando atender as práticas para discussões coletivas que ocorrem geralmente nos HTPCs, tendo junto a coordenação escolar o papel de

MARISLEI DARCI CAMARGO ROCHA

formadora, momentos nos quais se oportuniza o encontro de todos os educadores. Ser reflexivo sobre a prática nas escolas, permite analisar os parâmetros de educação que pretendemos e reavaliar os métodos escolhidos para chegar na excelência em educação, como ato constante de ação x avaliação e ação. Saber o que se pretende com as propostas e demandas levantadas pelos docentes, entender a escola como um mecanismo muito maior e mais complexo que o próprio indivíduo, e tendo como foco o aluno, nos proporciona formar pessoas atuantes socialmente. Segundo Gauthier (1998, p.21), “falar de exercício de trabalho, e de reflexão da sua própria ação é colocar em evidência a sua necessidade de praticar certas habilidades específicas e de refletir sobre sua própria ação a fim de fortalecer o “talento”. Deste modo cumprir com eficiência a análise das práticas, nos dá a oportunidade de ressignificar e trazer a bordo novas teorias e concepções que levem a novas reflexões e oportunidades. Analisar a formação de professores através de contribuições teóricas e práticas é como ter um outro

olhar, com a clareza que a situação no momento vivido não nos permite.

Oral

A REINCIDÊNCIA SOB O PRISMA  
CRIMINOLÓGICO

Provedo do verbo “reincidir”, na área jurídica, reincidência refere ao ato de o indivíduo cometer determinado crime, ou contravenção penal, após transitada em julgado a sentença de crime cometido anteriormente, nos termos do artigo 63 do Código Penal. Assim, parte-se da definição de que a visão da reincidência dentro do Direito Penal pretende expor a intolerância jurídica com quem repete um erro penalmente relevante dentro de um prazo de cinco anos após a data de cumprimento ou extinção da pena, conforme o artigo 64, I, do CP. Neste sentido, trata-se de um grave problema social que demonstra a ineficácia da punição imposta pelo Estado, na ressocialização do agente. Em decorrência, a sociedade é seriamente afetada, pois dificulta a prevenção criminal, prejudicando a defesa dos bens jurídicos penalmente tutelados. Destarte, cabe ressaltar que, além de agravante, a reincidência também se aplica em outros prejuízos para o réu, como o agravamento do regime inicial de cumprimento da pena; o não direito à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos; dentre outros, conforme os artigos 61, I, 33, §2º, e 44, II, ambos do CP. Ademais, é

MATHEUS ANDRADE DIAS GONÇALVES

ANA JULIA SANTOS DA CO  
AUGUSTO PINTO JÚNIOR

relevante observar que o Departamento de Pesquisas Jurídicas do CNJ divulgou em março de 2020 dados que mostram alto índice de reincidência, sendo os adolescentes os que menos praticam infrações após o cumprimento das medidas socioeducativas, mostrando a eficácia desta medida comparada a outras medidas comuns de cumprimento de pena. Sendo assim, é possível concluir que não só a questão de idade influencia a prática de crimes após o cumprimento de pena, mas como a pena em si é aplicada, mostrando como é importante a identificação de cada indivíduo para que ele possa se reintegrar à sociedade. Neste contexto, dentre os fatores originários da reincidência, destacam-se as condições precárias do sistema carcerário; o contato com diversas personalidades amorais durante a execução da pena; e o fato do agente, ao retornar ao convívio social, sentir os estigmas decorrentes da condenação, não encontrando oportunidades de emprego e estudo para reger uma vida honesta. Aliado ao descaso do Estado em relação a esta condição degradante, estes indivíduos reincidem, com intuito de satisfazer seus interesses pessoais. Portanto, sabe-se que a reincidência é

um sério problema existente na sociedade, sendo necessária, por meio da atuação dos órgãos públicos competentes, a realização de pesquisas científicas e a operacionalização de políticas criminais que evitem sua ocorrência, utilizando instrumentos como o prognóstico criminológico, no qual se afere a probabilidade do criminoso reincidir; e a Justiça restaurativa, resultando, assim, em maior eficácia do ordenamento jurídico no controle da criminalidade. Com isso, busca-se analisar o instituto da reincidência, sob a perspectiva do estudo criminológico, a fim de compreender e demonstrar seus efeitos jurídicos e sociais, por meio de pesquisa bibliográfica e documental.

Oral

RESPONSABILIDADE CIVIL E AS FUNÇÕES  
INDENIZATÓRIAS DO DANO MORAL

A responsabilidade civil consiste no dever de reparar o dano patrimonial ou extrapatrimonial causado à vítima, com intuito de restaurar o status quo ante, por meio do cumprimento da obrigação; da recomposição do patrimônio mediante indenização referente aos danos materiais, quando a obrigação não puder ser cumprida; ou da compensação de danos ocasionados pela violação de direitos extrapatrimoniais, abrangidos os danos morais. Assim, conforme Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona Filho, 2020, p. 1343, a responsabilidade civil pressupõe atividade danosa, decorrente de ato ilícito, que infringe uma norma jurídica legal ou contratual, estando o agente submetido a arcar com as consequências de seus atos. Neste sentido, o indivíduo que violar direito, por meio de ação ou omissão voluntária, imprudência ou negligência, gerando dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito e tem obrigação de repará-lo, nos termos dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Destarte, a responsabilidade civil é caracterizada pela presença dos seguintes elementos: a conduta - ação ou omissão voluntária; o dano - lesão a interesse jurídico protegido; o nexo de

MATHEUS ANDRADE DIAS GONÇALVES

causalidade - liame entre conduta e dano; e a culpa - decorre da não obediência a um dever de conduta estabelecido pela ordem jurídica e social, havendo negligência, imprudência ou imperícia. Para uma boa compreensão das funções da indenização quanto ao dano moral, é importante ressaltar a diferença entre este e o dano material. No dano patrimonial ou material, o titular tem seus direitos e bens, economicamente apreciáveis, lesionados, podendo ser subdividido em dano emergente e lucros cessantes, e assim, sua indenização possui função reparatória, sendo utilizada como instrumento de recomposição do patrimônio da vítima. Já o dano extrapatrimonial ou moral, é insuscetível de valor econômico, e verifica-se, por exemplo, quando da violação dos direitos da personalidade à vida, liberdade, honra, privacidade, dentre outros. Neste caso, é cabível indenização, podendo, conforme a doutrina, ter o fim de compensação, punição e prevenção; ressalte-se, aqui, a teoria do desestímulo – punitive damages. Com isso, estas finalidades consistem nas funções indenizatórias do dano moral, e formam a tríplice função

da responsabilidade civil, composta, desta forma, pela função compensatória, na qual se busca compensar o dano causado à vítima, com fixação de determinada importância a ser paga pelo réu; função punitiva ou sancionatória, sendo definido o valor da indenização, tendo em vista uma punição do agente, reprimindo a sua conduta; e, por conseguinte, a função preventiva, buscando desestimular o sujeito a reiterar a prática de atos similares. Sendo assim, este trabalho tem por objetivo analisar a responsabilidade civil e as funções indenizatórias do dano moral, a fim de compreender a aplicação da indenização na hipótese de danos extrapatrimoniais, por meio de pesquisa bibliográfica e documental.

Oral

INFLUÊNCIA DA PANDEMIA NO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR E NAS PERSPECTIVAS DE FUTURO DE ADOLESCENTES DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO

A pandemia de COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no início de 2020, impactou intensa e subitamente toda a sociedade, exigindo que grande parte das atividades realizadas presencialmente, fossem transformadas em eventos virtuais, de modo a evitar o contato físico entre as pessoas e, conseqüentemente, a propagação do vírus. Entretanto, essa mudança repentina no modo de organização da sociedade foi realizada de modo emergencial, tornando inviável uma preparação adequada por parte dos setores afetados e dos profissionais envolvidos, fazendo com que essa transição ao modelo remoto não apenas impedisse o desenvolvimento apropriado das atividades, como também, muitas vezes, tornasse-a impossível de ser realizada, como foi o caso da educação pública. Trazendo o foco da pesquisa para a rede de ensino médio público, o presente projeto visa identificar quais foram os impactos da pandemia de covid 19 na vida escolar dos estudantes e quais são suas perspectivas de futuro diante de uma época repleta de obstáculos, que apenas intensificaram os desafios que já existiam antes mesmo do corona vírus. A

MATHEUS FELIPE DE SOUZA

Vinicius Galvão Rezende,  
RODRIGUES TOLEDO, TAT  
DE CARVALHO SOUZA FER

partir de toda a pesquisa teórica e análises estatísticas já feitas até o momento, nota-se o quão urgente e necessária é a abordagem e exploração do tema em questão, pois além dos impactos no processo de aprendizagem, ainda existem outros aspectos dos alunos que, devido a adversidades externas a escola, como o desemprego dos pais, falta de alimento ou ausência de condições adequadas para estudo, resultam em sofrimento emocional, psíquico e social, afetando diretamente o desempenho dos estudantes e suas perspectivas de futuro. Com base nos dados de pesquisa obtidos, levanta-se a hipótese de que a pandemia do novo corona vírus (COVID-19) possa ter resultado em uma piora e em um atraso no desenvolvimento escolar e profissional de adolescentes do ensino médio público, interferindo diretamente na tomada de decisão nas perspectivas de futuro. Desse modo, o intuito do presente trabalho foi analisar de que modo o futuro dos adolescentes do ensino médio público foi impactado pelo ensino remoto e, juntamente aos resultados obtidos através de um questionário virtual, investigar de que forma ocorreu o desenvolvimento do

adolescente no âmbito escolar e como as instituições de ensino agiram e se organizaram para manter as atividades em meio às mudanças repentinas. Por fim, busca-se elaborar uma proposta de intervenção com a finalidade de minimizar os impactos identificados e auxiliar os jovens que passaram a lidar com diversas inseguranças e incertezas a respeito do próprio futuro, de modo que possam, novamente, construir seu projeto de vida.

Oral

A loucura institucionalizada: relato de experiência de estágio em um CAPS II.

A atuação em instituições de saúde mental como o Centro de Assistência Psicossocial (CAPS) é um modo de oferecer cuidados e tratamento aos sujeitos que vivem com algum transtorno mental severo e/ou persistente, numa perspectiva terapêutica antimanicomial, que visa à reinserção do cidadão à sua família e comunidade. Preservar práticas que rompem com uma lógica hospitalocêntrica e estigmatizante é papel fundamental do psicólogo. Ao refletir a formação em Psicologia, a possibilidade de estágio no CAPS é um modo de o aluno se implicar eticamente na promoção de cuidado psicossocial a diferentes públicos e na manutenção de uma perspectiva terapêutica inclusiva e humanizada. Academicamente, a atuação do discente em políticas públicas de saúde mental serve como um meio de coletar dados acerca do funcionamento cotidiano de tais instituições, oferecendo um panorama dos serviços e direções necessárias à Psicologia enquanto ciência e profissão. O presente trabalho teve como objetivo o desenvolvimento do discente em sua aprendizagem teórico-prática, ampliando seus conhecimentos em um CAPS II do

MURILO PEDROSO LEMES EUFRASIO

Carine Naldi Sawtschenko

interior de São Paulo. Com o decorrer do trabalho, observou-se que a instituição tem dificuldade em lidar com a espontaneidade dos usuários, favorecendo intervenções medicamentosas com foco na remissão de seus sintomas. O aluno levantou a hipótese de que a pandemia da COVID-19 acabou gerando uma angústia na instituição frente à “loucura” propagada pelo vírus e sua impossibilidade de controle, o que acabou desencadeando um grau de dinâmica patológica e autoritária entre os profissionais. Constatou-se que a presença do estagiário de psicologia gerou certa resistência por parte da equipe e coordenação da instituição, que tentou controlar, implicitamente, as possibilidades de trabalho, denunciando o “não lugar” do aluno com a troca e “esquecimentos” de seu nome, de avisos, etc. Sabendo que o trabalho do psicólogo comumente é envolto a desafios institucionais, é importante que tal profissional saiba reconhecer e manejar essas resistências, tendo em vista que toda instituição tem objetivos explícitos e implícitos. Com a supervisão do estágio o aluno soube identificar tais questões e pensar estratégias para o

manejo dessas situações por meio da elaboração de um projeto de intervenção que será executado entre o mês de setembro e dezembro de 2021. Embora muitos desafios acompanhem a prática do psicólogo, principalmente em tempos de pandemia, o CAPS II oferece ao aluno várias experiências que servem para consolidar os conhecimentos teóricos desenvolvidos durante anos de formação acadêmica, preparando-o para a vida profissional, permeada por dificuldades, dilemas éticos e desafios institucionais.

Oral

Arte e Saúde Mental: como as expressões artísticas podem contribuir com o bem-estar durante a pandemia?

A presente pesquisa, vinculada ao Programa de Concessão de Bolsas de Iniciação Científica (BIC-Sal) do Centro Universitário Salesiano de São Paulo – Unidade de Lorena, desenvolvida ao longo do ano de 2021, tem como objetivo conhecer quais foram as experiências dos participantes do estudo em relação às expressões artísticas na elaboração de seus conflitos e anseios durante a pandemia do COVID-19. Problema: De que modo as expressões artísticas podem contribuir com a saúde mental e o bem-estar durante a pandemia do COVID-19?. Desenvolvimento do conteúdo: Diante do contexto de isolamento social decorrente da situação pandêmica, acredita-se que as expressões artísticas podem auxiliar na redução da ansiedade, do estresse e de outros sofrimentos. Funcionam como ferramentas de experiência da vida cultural, contribuem significativamente na forma como a pessoa saudável perceberá e se relacionará com seu mundo (WINNICOTT, 1999). O autor reforça o papel da arte na constituição do sujeito enquanto ferramenta e meio de representação do verdadeiro self a partir dos gestos espontâneos refletidos no

NATHÁLIA GARCIA PANACIONI  
GONZALES

Camila Nogueira de Sá, JÚ  
MARPICA, RAFAEL ALVES  
SILVA, GUILHERME FARIA

ambiente. Assim, o artista utiliza sua criatividade para produzir experiências mais saudáveis e novos sentidos para a sua existência. Diante disso, torna-se imprescindível buscar ampliar as estratégias de cuidado psíquico e encontrar atividades que possam, em alguma medida, reduzir os impactos da pandemia do COVID-19 na saúde mental. A Arte se mostra, então, uma ferramenta facilitadora na ressignificação do sofrimento humano e promotora da criatividade e adaptabilidade frente ao isolamento social. A partir disso, este estudo configura-se como uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa do problema e exploratória em seus objetivos, utilizando como instrumento de coleta de dados entrevistas semi-dirigidas, que serão analisadas de maneira qualitativa através da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2000). O viés teórico adotado é a Psicanálise Winnicottiana, acrescido de contribuições de autores de ciências humanas que desenvolvam trabalhos a respeito do tema. Resultados esperados: Acredita-se que o estudo irá ampliar as discussões acerca da utilização da arte para a promoção de saúde mental a todos que participarem e lerem a

pesquisa. Estima-se que o material produzido poderá contribuir na elaboração ou reelaboração de políticas públicas pertinentes à temática. Com os dados levantados, será possível perceber se as expressões artísticas podem aliviar, e até mesmo prevenir, os impactos da Pandemia do COVID-19 e do isolamento social, possibilitando a elaboração de conflitos, medos e angústias.

Oral

Educação em Direitos Humanos no ensino básico brasileiro: a possibilidade da contribuição teórica e prática do Sistema Preventivo de Dom Bosco

Os direitos humanos nas palavras de André de Carvalho Ramos (2015, p. 27), “consistem em um conjunto de direitos considerados indispensáveis para uma vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade”. Tais direitos adquiriram proteção legislativa de forma paulatina no ordenamento interno de cada Estado e também no âmbito internacional. Todavia, é notório que a violação de tais direitos se faz presente nos Estados, principalmente nos subdesenvolvidos, e é diante de tal realidade que se faz mister educar em direitos humanos. A educação em direitos humanos ganha maior notoriedade com a Década das Nações Unidas para Educação em Matéria de Direitos Humanos, que impulsionou em nível internacional a implementação do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos, e a nível nacional, o Brasil cria o Plano Nacional para a Educação em Direitos Humanos, o qual, dentro de suas ações programáticas, temos: “ tornar a educação em direitos humanos um elemento relevante para a vida dos(as) alunos(as) e dos(as) trabalhadores(as) da educação, envolvendo-os(as) em um diálogo sobre maneiras de aplicar os direitos humanos

NICOLAS DOS SANTOS CEZAR

VITÓRIA AZEVEDO MOREIRA  
ZÁCCARO DE OLIVEIRA, M  
UCHÔAS DE OLIVEIRA

em sua prática cotidiana;" (PNEDH, pg. 33). Educar em direitos humanos possibilita a compreensão das diferenças, o desenvolvimento do respeito ao próximo e a reação às situações de violação dos direitos humanos. De acordo com Adorno (1995, p.121) "todo caráter, inclusive daqueles que mais tarde praticam crimes, forma-se na primeira infância; a educação, que tem por objetivo evitar a repetição, precisa se concentrar na primeira infância", neste sentido, nota-se que é primordial o desenvolvimento da educação em direitos humanos no ensino básico. Deste modo, tendo em vista a importância da educação em direitos humanos no ensino básico, surge como uma relevante alternativa o Sistema Preventivo Salesiano de Dom Bosco, o qual foi criado com o intuito de ensinar os mais importantes valores sociais aos jovens na escola, de modo a educar efetivamente em Direitos Humanos. Este sistema se baseia nos seguintes princípios: razão, religião, amorevolezza, confiança, ambiente educativo familiar, assistência- presença, disciplina sem castigos, e programa educativo. O educador deve, além de ensinar, ser alguém em que o discente

possa confiar e conversar sobre diversos assuntos. Outrossim, deve despertar constantemente a espiritualidade e o amor nos jovens, da mesma forma que deve conscientizá-los a tomarem suas próprias decisões e se responsabilizarem por elas, e se atentar para “marcas” que os alunos trazem em sua individualidade, muitas vezes relacionadas ao arranjo disfuncional familiar em que eles estão inseridos. Com essa metodologia salesiana aplicada, Dom Bosco acreditava ser possível educar adequadamente os jovens, de maneira a preveni-los de alguns problemas sociais, como marginalização e violência, por exemplo.

Oral

As mudanças no papel do educador e da escola em tempos de pandemia

As mudanças no papel do educador e da escola em tempos de pandemia No início do ano de 2020 chega ao Brasil, diante de rápida disseminação global, o Coronavírus 2 (SARS-CoV-2), patógeno causador da Doença COVID-19. Tal pandemia impôs drásticas alterações na organização de praticamente todos os setores da sociedade, dada a necessidade de restringir ao mínimo necessário todo o contato social presencial. Através da portaria nº 343 de 17/03/21, as atividades escolares foram suspensas no Brasil por tempo indeterminado. Iniciou-se, portanto, de modo paliativo e gradativo, o processo de migração para o ensino remoto virtual de caráter emergencial para amenizar a perda pedagógica e não interromper a socialização da comunidade educativa nesse período. Uma série de adaptações foram necessárias, surgiram diversas e inéditas possibilidades nos acessos a esse novo formato e estrutura das aulas virtuais/remotas, através de atividades síncronas e assíncronas, possibilitado pelo uso das tecnologias digitais. De certa forma, antecipou-se imprevisivelmente a empregabilidade destes recursos, modificando os

PATRICIA ALBIERI

Caroline Fleith

processos educativos da/na comunidade escolar. Sendo assim, este trabalho tem por objetivo relatar e refletir, por meio do processo de migração das aulas presenciais para aulas em ambiente virtual remoto, práxis realizadas na comunidade escolar, o papel do educador e da escola. Através do prisma da epistemologia do professor relacionada à ciência da educação, na qual se analisa os pressupostos nas práticas pedagógicas, como o contexto histórico e social em que educador e educando estão inseridos, a epistemologia da prática docente torna latente os conteúdos que orientam a incorporação, produção e utilização dos saberes ensinados. Os saberes profissionais interiorizados nos conhecimentos, habilidades e atitudes, permitem que o saber fazer/ ser / trabalhar em grupo conduzam o saber-relacionar-se com os alunos e o saber-verificar seus conhecimentos, competências, habilidades e atitudes. Inserida na discussão do atual, esses saberes foram amplamente discutidos, analisados, repensados, diante de uma realidade que transformou o papel do educador e da escola, mas que ainda pode ser pensada com bases

epistemológicas na ciência da educação, pois refletiu-se ainda sobre o papel das teorias no desenvolvimento das práticas educativas que permitem ao docente ser o crítico de seu fazer em sala de aula, agora com a presença virtual de educandos. No contexto pandêmico vivido, para investigar sobre seu próprio fazer, educadores precisaram desenvolver ainda mais sua autonomia para a tomada de decisões sobre suas ações docentes em um contexto específico, ao mesmo tempo em que desenvolvem e atualizam sua identidade profissional. Portanto, a epistemologia se caracteriza não só pela compreensão do fazer pedagógico contextualizado, mas também pela capacidade do professor de problematizar sua própria prática educativa, integrando seu conhecimento teórico às suas ações docentes.

Oral

NÚCLEO FAZENDO ARTE: relato de experiências na dança como um instrumento de aprendizagem no município de Cordeirópolis

O presente trabalho visou compreender a formação e a dinâmica de um grupo que promove o ensino da dança de forma voluntária, após suas interfaces e caminhos, assim como relacionar esse grupo que insere a cultura da dança à Educação Popular. A proposta deste trabalho partiu da disciplina Educação como Cultura, do Mestrado em Educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, campus Maria Auxiliadora, em Americana, ministrada pelas professoras doutoras Fabiana Rodrigues Souza e Lívia Moraes Garcia Lima, com o objetivo de nos aproximarmos de grupos que promovem a Cultura Popular e a Educação Popular. Para isso, esse relatório mencionou autores que fizeram essa aproximação entre o referencial teórico e o grupo entrevistado. O principal objetivo foi ouvir e expor o relato de experiência do Arte Professor e Diretor do grupo “Núcleo Fazendo Arte”, Diego Henrique do Amaral, responsável por promover a cultura popular concomitante com a educação popular através do ensino da dança em duas escolas municipais cedidas pela prefeitura de Cordeirópolis, sendo elas “EMEF Professor Geraldo Aparecido Rocha” e “EMEF Maria Aparecida Pagoto

PATRÍCIA VOLTAREL DARÓS

Moraes”, ambas localizadas em bairros periféricos da cidade. A metodologia utilizada como base para esse estudo foram os princípios da História Oral. A conversa aconteceu de forma remota através de uma videoconferência utilizando a plataforma “Google Meet”. A intenção foi relatar a trajetória e fomentar os diálogos através da memória, trazendo as vozes dos sujeitos que fazem a história, que participam dela e que a contam. Durante a transcrição da entrevista e a realização desse relatório teórico, constatou-se que o grupo analisado Núcleo Fazendo Arte, por meio das falas e memórias de seu fundador, vai além das aulas de dança, promovendo um processo de construções afetivas e encorpando em uma rede de afetos entre a dança e a comunidade. As memórias emergiram trazendo à tona a importância da aprendizagem coletiva para a continuidade do grupo, salientada principalmente durante o isolamento social através da pandemia do COVID-19. Esse processo se deu através da aprendizagem tecida entre alunos e professores, em sua maioria ex-alunos, onde suas aprendizagens partem de conhecimentos já sancionados, e

ampliando saberes sobre a cultura da comunidade em que vivem. Essas práticas culturais através da dança, potencializam a motivação e a participação ativa nos processos de aprendizagem, e oportunizam o reconhecimento, a reconstrução e o fortalecimento de uma identidade cultural dos bairros em que o grupo interage.

Oral

A educação como Direito Humano: desafios e reflexões acerca da diversidade

Falar de educação, enquanto um direito humano, é compreender seu processo de reivindicações, lutas e normatizações para o desenvolvimento e consolidação da própria dignidade humana. A educação é um elemento propulsor para a formação humana numa sociedade mais justa, fraterna e igualitária. Nesta acepção, seguindo as disposições da própria CF/88, em especial o disposto no art. 205, ao instituir a educação como direito de todos e como dever do Estado e da família, cabendo-lhes sua promoção e incentivo, através da colaboração entre a sociedade, têm-se o objetivo de reconhecê-la como sustentáculo ao pleno desenvolvimento da pessoa e, portanto, prepará-la para o exercício da cidadania. No mesmo aspecto da CF/88, as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, previstas na Lei nº 9.394/96, complementam o texto constitucional, ao disciplinarem em seu art. 1º, que a própria educação abrange os processos formativos nos múltiplos espaços do convívio humano. Sob esta linha de raciocínio, pode-se entender a educação como um meio adequado para a compreensão das diferenças próprias da natureza humana e para a superação das

PEDRO BRIGIDO CORREA

Marcus Tadeu Maciel Na

desigualdades, discriminações e marginalizações de todas as ordens, entendendo que ela se apresenta como um fator de consolidação para uma sociedade genuinamente democrática. Essas conquistas envolvem reflexões e desafios acerca da diversidade, trazendo um esforço contínuo de formar pessoas conscientes acerca da sua existência e da importância de se respeitá-la. Isso implica refletir sobre processos educacionais autoritários e violentos que não contribuem para esta formação de pessoas capazes de melhor compreenderem os valores da diversidade. Neste sentido, olhar com mais atenção para sociedade brasileira e toda sua pluralidade, constitui-se fator educativo necessário para se ter uma visão mais ampla sobre a diversidade de grupos sociais, raciais, religiosos, sexuais e culturais que a compõem. Além do mais, políticas públicas, com pautas e planejamentos da gestão nacional sobre a educação pelo e para os Direitos Humanos, são prioridades para aprimoramento da sociedade que ainda mantém sérios indicadores de exclusão, mostrando a falta de maior respeito por todas aquelas diferenças. Não se levar em consideração a inclusão e o

reconhecimento da diversidade nos estabelecimentos de ensino, podem resultar em torná-los espaços de discriminação e violência. Desta forma, tomando como base os aspectos constitucionais e legais do direito à educação, sabe-se que ele é o aspecto estruturante da família, da sociedade e do Estado, na busca de desenvolvimento físico, psíquico, moral, espiritual e social das pessoas em ambientes em que sejam preservados a liberdade e a dignidade. Entretanto, não se trata de carência normativa a questão da educação para a diversidade, mas, sobretudo, de efetividade na aplicação de medidas preventivas contra abusos e violações que ferem, cotidianamente, nos mais diversos ambientes, a dignidade humana de vulneráveis.

Oral

A permanência e resistência da cultura popular afro ameríndia em grupos populares

O objetivo deste artigo consiste em analisar as contribuições de Espaços Culturais para a Educação Popular, mesmo que remotamente, identificando seus processos culturais/educativos, a partir da visão dos seus educadores em ambientes de aprendizagem no coletivo. Procedeu-se uma pesquisa de caráter qualitativa do tipo bibliográfica documental, cujo procedimento para construção de dados é a entrevista. O texto irá apresentar, duas mulheres artistas, responsáveis por trabalharem com espaços culturais que caracterizam a educação popular dentro das matrizes afro e indígena. Os resultados indicam que estes locais se cruzam e criam diálogos, onde é possível potencializar momentos de fala e escuta, adquirindo saberes, experiências e emoções que estão enraizados em nossa ancestralidade brasileira. Revelam que a relação entre cultura, cultura ameríndia, cultura negra e educação estão presentes historicamente no modo de vida do brasileiro seja qual for o seu pertencimento étnico. A escrita afastará o leitor das práticas educativas formais, porém constata que estas culturas atravessam significados, nos afetam. Portanto conhecer um pouco mais sobre

QUÉLI REGINA TEIXEIRA DE ABREU

este tema, é desmistificar alguns saberes que expressam como um lugar do exótico, do folclore, e somente ritos e festas. O artigo reforça a construção de saberes na educação a partir de vivências coletivas, concebendo a resignificação da memória e história cultural do nosso povo que se perpetua nesses pontos de conhecimentos. No Brasil, há um encontro de diversas culturas de africanos, europeus e indígenas, essa mistura apresenta a imagem de um país com grande variedade étnica, racial e cultural. Embora essas matrizes estejam presentes a influência da cultura negra na cultura brasileira foi negada durante muito tempo, especialmente nos ambientes escolares. A contribuição do negro é uma riqueza tanto espiritual como intelectual, ela é norteadora por ser muito vasta e rica, ela transcende fronteiras e existe igualmente uma forte preocupação quanto à importância dos índios no Brasil contemporâneo, o resgate e reestruturação da cultura, e linhagem ancestral, sua identidade de indígena foi e é hoje ainda objeto de elevada autoestima, porque resultam de referências coletivas às origens e são nesse sentido importantes para novas

gerações. As tribos e povos destas duas matrizes ressurgem em espaços culturais e constituem possibilidades de saberes originários que estão penetrados nestas tradições, e não podem ser desaprendidas. De forma inicial e transdisciplinar, a linguagem da cultura nos instiga a pensar o quanto ela pode nos aproximar da nossa identidade. Em suma, Carlos Rodrigues Brandão (2017, p. 386) reúne fragmentos, em suas palavras “a cultura também é uma “arma . . . ora ideológica, um poder, algo que entre pessoas pode vir a ser o chão e o horizonte de ideias e práticas insurgentes, contra-hegemônicas, libertadoras.

Oral

MODELAGEM MATEMÁTICA  
EPIDEMIOLÓGICA: Parâmetro Beta,  
ajustes exponenciais e aprimoramento  
do modelo matemático epidemiológico  
aplicados à pandemia do COVID-19 em  
Campinas.

No dia 11 de março de 2020 a WHO (World Health Organization) classificou a disseminação do Sars-CoV-2 como pandemia. O Sars-CoV-2 é o vírus da família Coronavírus (Coronaviridae), responsável pela doença denominada COVID-19 (WHO, 2021), que vem avançando no mundo inteiro e assolando países com milhares de mortos. No Brasil a doença segue o mesmo caminho, até junho de 2021 o total de mortos já ultrapassava o número de 480.000 e passamos por duas grandes ondas de contaminação (Coronavírus Brasil, 2021). Diversos estudos científicos nortearam e continuam a dar perspectiva sobre a pandemia no mundo todo. Estudos como o do Imperial College London no fim de março de 2020 ajudaram a mudar a rota da pandemia em diversos países, que após a leitura dos estudos passaram a adotar medidas de supressão e mitigação e evitaram diversas mortes (BBC, 2020). O próprio Reino Unido mudou sua estratégia após revisão dos estudos, assim como fez os EUA após uma projeção de milhares de mortos caso nenhuma ação fosse tomada (BBC, 2020). É fundamental entender como as decisões políticas e sociais como o estabelecimento do isolamento social e a

RAFAEL DE OLIVEIRA REIS

obrigatoriedade do uso de máscaras em locais públicos influenciam diretamente na taxa de transmissão da doença, esta taxa é um dos parâmetros utilizados no modelo estudado e que caracteriza as curvas de transmissão, também chamado de parâmetro Beta. Através dos modelos matemáticos epidemiológicos existentes como o modelo SEIR (Al-Rahman El-Nor Osman,2017) foi desenvolvido um novo modelo aprimorado chamado SEIHR objeto deste trabalho onde é considerado um novo compartimento de hospitalizados ao modelo original. Este trabalho tem por objetivo, o aprimoramento do modelo matemático existente, o ajuste exponencial através do número de casos confirmados e sua associação ao parâmetro Beta, tendo como base de dados a população da cidade de Campinas-SP com base no último censo realizado em 2010 (IBGE, 2021). Também seu busca relacionar a variação do parâmetro Beta com as mudança de fase do plano São Paulo. Compreender, algumas representações gráficas amplamente divulgadas pela imprensa local e analisar os comentários que foram associados a tais representações. Por exemplo, analisar o

que, matematicamente, significava o 'achatamento da curva' quanto ao contágio; qual a característica exponencial do número de pessoas contaminadas. A metodologia se baseia tendo em vista este cenário e utilizando a modelagem matemática epidemiológica com base em Equações Diferenciais Ordinárias (EDO's) e sistemas computacionais. Este trabalho é fruto de uma Iniciação Científica PIBIC com bolsa do CNPq.

Oral

PIBID/UNISAL: AS CONTRIBUIÇÕES E LIMITES DO PROGRAMA PARA A FORMAÇÃO DOCENTE E A COMUNIDADE ESCOLAR NA VOZ DE EGRESSOS DO CURSO DE PEDAGOGIA E PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO.

O presente trabalho, alavancado pelo Programa de Iniciação Científica do UNISAL (PIBSAL), provém da pesquisa em andamento a qual investiga as contribuições e os limites da aprendizagem da docência oportunizados pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) às egressas do programa e do curso de Pedagogia, ofertado pela Faculdade Salesiana Dom Bosco de Piracicaba/SP, atual Campus Assunção do Centro Universitário Salesiano de São Paulo- UNISAL desde 2019. O problema que se coloca na atualidade é que a universidade não tem conseguido formar professores capacitados para atuarem na prática, ou seja, o choque de realidade proporcionado nos primeiros três anos da docência ainda é de muita sofrência. Nesse contexto, o PIBID, financiado pela CAPES , oferece bolsas aos alunos dos cursos de licenciatura com o objetivo de melhorar a formação docente inicial e a qualidade da educação, proporcionando aos licenciandos participantes atuarem nas escolas públicas, preferencialmente naquelas com baixo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) para de fato conhecer a realidade

RAFAELA CRISTINA DA SILVA BARBOSA

ADRIVANIA MARIA VALÉRIE  
JULIANA CAROLINA DE OLIVEIRA  
RAFAELLA DE LIMA CASTRO  
PEREIRA NISHIYAMA

escolar. As atividades de iniciação à docência do PIBID /UNISAL ocorreram em parceria com as escolas públicas onde as ex-bolsistas desenvolveram projetos e auxiliaram alunos com dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita, proporcionando experiências formativas para elas próprias, para as crianças e melhorando a qualidade da educação básica. Por meio da revisão bibliográfica, o PIBID tem se mostrado como um recurso importante para a formação inicial dos licenciandos e para a formação continuada dos professores das escolas públicas, uma vez que o programa tem proporcionado a aproximação da universidade e a escola para formar professores mais capacitados para a docência. Quanto à pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, obtidos por meio de um questionário digital (Google Forms), dentre 27 ex-bolsistas, o link do questionário foi enviado a 10 que atuaram ou atuam como professoras, as 10 o responderam. As egressas participantes foram selecionadas pelas edições de edital dos períodos entre os anos de 2014 a 2017 e de 2018 a 2019. Os resultados da pesquisa de campo encontram-se em processo inicial de

análise, mas, a princípio como primeira categoria de análise: “Aprendizagens significativas da docência possibilitadas pelo programa”, podemos afirmar que por meio dos relatos analisados, que o PIBID tem sido a melhor estratégia de formação docente que o curso de Pedagogia em questão poderia adotar. Vale lembrar que, as vagas são limitadas infelizmente e, que cada instituição tem autonomia em apresentar seu projeto institucional à Capes no lançamento de edital, no qual descreve a singularidade de sua dinâmica de trabalho. Contudo, o PIBID tem possibilitado um diferencial para a formação inicial dos futuros professores que, imersos na escola, podem compreender melhor às especificidades da profissão docente.

Oral

DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA ATRAVÉS DA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA RESIDENCIAL

No Brasil, estima-se que o consumo médio padrão de uma residência é 152,2 kWh/mês, conforme o laboratório de eficiência energética em edificações, sendo o custo de R\$/kWh 0,62 de acordo com a tarifa de energia da Enel Distribuição - SP, pode-se obter uma estimativa de gasto de R\$ 1.132,37 por ano com energia elétrica. Desta forma, o brasileiro procura novos métodos de geração de energia elétrica para diminuir seu custo final, sendo a geração de energia elétrica sustentável a mais procurada. Segundo os dados do censo demográfico de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população considerada sem acesso à energia ultrapassava dois milhões de brasileiros. Quando comparado à população total de brasileiros que supera a 211 milhões, estabelece que o número dos sem acesso é pouco significativo, comprovando o desenvolvimento e uso da eletricidade. Contudo, atualmente há uma corrida global a procura da melhor forma de geração energética, visando a mais barata, renovável e limpa. Uma que tem se destacado muito é a tecnologia fotovoltaica. Estima-se que o uso da energia solar fotovoltaica no Brasil

RAMON OLIVEIRA BORGES DOS SANTOS

PAULO RICARDO DOS SANTOS  
MAYARA DE OLIVEIRA, DI  
GUSMÃO, Regina Elaine S

atingiu 30 mil imóveis em todo o País (de acordo com Portal Solar). A Portal Solar afirma que um gerador solar pequeno de 2,03 kWp produz energia suficiente para suprir um consumo médio mensal de 186,3 kWh, o seja, um pouco mais do consumo médio de uma casa brasileira. E, o preço para obter essa placa fotovoltaica é de R\$ 15.818,78 com a instalação da placa solar e os demais componentes. Ou seja, é um investimento de alto custo que só fará sentido se o comprador estiver interessado em obter retorno do investimento e lucro a longo prazo. Com a implantação do sistema a água passará pelas turbinas onde ocorrerá transformação energia mecânica em energia elétrica, fazendo com que a residência/edifício obtenha uma economia de energia e consequentemente contribuirá na redução de energia elétrica da distribuidora, gerando menos impacto ambientais e sociais, diminuindo a produção de gases do efeito estufa responsáveis pelo processo de aquecimento global. A resposta para reutilização da água proveniente desse sistema advém do fato do aumento da

geração de energia elétrica através de sistemas renováveis.

Pôster

Sistema de sinalização por VHF para captura de felinos: Um projeto extensionista em parceria com as ONGs Pró-Carnívoros e Amigos da Onça

Sistema de sinalização por VHF para captura de felinos: Um projeto extensionista em parceria com as ONGs Pró-Carnívoros e Amigos da Onça A agricultura e a pecuária exercem grande influência na economia Brasileira, em 2019 estes dois setores somados representavam 21,4% do PIB (produto interno bruto) do país, porém, para este avanço foi necessário cada vez mais o aumento de pastos e áreas para o plantio, entretanto, junto com o desenvolvimento econômico, o agronegócio traz consigo o desmatamento e a perda da biodiversidade. O Brasil abriga cerca de 50% das onças pintadas do mundo. A maior concentração destes felinos está na Amazônia devido sua grande extensão não fragmentada de floresta. A partir do cenário de desenvolvimento do agronegócio, o habitat desses animais vem diminuindo cada vez mais, tornando recorrentes os ataques a rebanhos que estão próximos a sua área de caça. Como consequência os fazendeiros, a fim de evitar danos financeiros com a perda de seus animais, acabam matando as onças que se alimentam de suas criações. Para evitar a morte de felinos pelos fazendeiros devidos aos ataques aos

RAONY UZAE ROSSO

GUILHERME TURINA TEODORO  
VINICIUS MUNIZ DE SOUZA  
BUENO DE CAMPOS, MARCELO

rebanhos, o monitoramento desses animais predadores é essencial. ONGs (organizações não governamentais) como a “Amigos da Onça” que trabalham com a preservação das espécies de felinos, realizam a captura dos mesmos através de armadilhas para colocação de coleiras GPS. A informação de quando um animal é capturado é de extrema importância para estas organizações, sendo necessário a eficácia do sistema de aviso para que os biólogos possam intervir o mais rápido possível e não gerar riscos à saúde do animal. O presente trabalho teve a finalidade de apoiar a preservação dos grandes felinos através da tecnologia, desenvolvendo um transmissor de radiofrequência para alertar quando um animal for capturado pela armadilha. Para este dispositivo de transmissão foi desenvolvido: circuito analógico para a geração de sinais VHF (Very High Frequency) para que alcance uma distância de até 15 km e que atue na frequência do receptor dos biólogos, o hardware que abrigou toda a eletrônica a fim de protegê-la das intempéries da região a qual será instalada e programação do microcontrolador PIC para identificar quando a armadilha for acionada. O

desenvolvimento deste transmissor ocorreu de forma a garantir que tenha bom custo benefício e que seja possível a manutenção em caso de danos. Por possuir baixo consumo de energia, possibilita a integração de uma bateria com longa vida útil. Os equipamentos utilizados atualmente pela ONG são importados e sem possibilidades de reparo, isso faz com que o orçamento para proteção dos felinos aumente. O protótipo será testado em aplicações reais para validar seu funcionamento e eficácia.

Oral

A PSICOLOGIA COMO PONTE ENTRE OS MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.

A PSICOLOGIA COMO PONTE ENTRE OS MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS. Cristiane B. Fahl Marques Lilian S. M. Amadio Raquel Florêncio da Silva Tamiris Naira R. Godoy Flavio Rossi O presente projeto de intervenção extensionista, está sendo realizado pelas alunas de psicologia, e segue a linha de educação socio comunitária, nas quais estamos trabalhando em parceria com “Associação vinde a Luz”, localizada na Cidade de Americana/SP, e tem como finalidade promover uma escuta mais humanizada para os “Moradores em situação de rua”, almejamos saber quem eles são, o que pensam, ouvi-los, conhecer suas demandas. Fazem parte somente homens com idade de 18 a 55 anos. O local tem espaço para 68 pessoas, mas atualmente residem apenas 38. Nosso objetivo é favorecer o bem estar de todos, reinseri-los no mercado de trabalho, divulgando os artesanatos que são confeccionados por eles, para que eles consigam sentir-se pertinentes a sociedade. Partimos do pressuposto que o incentivo através de oficinas de atividades, podem reforçá-los e estimulá-los a produzir cada vez mais peças, nas quais ajudaremos nas vendas,

RAQUEL FLORENCIO DA SILVA

CRISTIANE BERNADETE FA  
FRANCISCO, TAMIRIS NAI  
GODOY, LILIAN SKAIDRITE  
AMADIO

pois acreditamos que estas práticas auxiliarão no resgate da baixa autoestima e da resiliência. O abrigo onde eles hoje se encontram é um local espaçoso, ambiente muito limpo e arejado, no qual servirá como oficina de atividades. Todo este processo no qual a Psicologia está envolvida tem como intuito despertar sentimentos de hoje encontram camuflados, e servirá de grande valia para que eles sintam interesse em restabelecer o vínculo não só com a sociedade, mas também com seus familiares. Combinamos de ajudar a associação também na parte burocrática, preenchendo fichas com a Identificação de cada um e colhendo mais informações, assim também conseguiremos estar mais atualizadas em suas histórias. Nas intervenções aspiramos um tratamento ético, visando um cuidado digno e humanizado, almejamos aliviar as emoções negativas, acolhendo suas demandas. Inicialmente já foram feitos pelas alunas arrecadações de vários moveis inclusive cadeiras com braços que auxiliarão na confecção de suas peças e bastante materiais como: linhas, lãs, tecidos, agulhas, entre outros; para que eles possam trabalhar em seus artesanatos. Participaremos das oficinas

e levaremos profissionais que trabalham com artesanatos para ajudarem a se “especializar” um pouco mais em suas atividades. Ansiamos em aumentar o desejo deles para que possam se destacar e mostrar para a sociedade seus valores.

Oral

GGDSAL: CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO NO MODELO REMOTO PARA O DESENVOLVIMENTO E A PROMOÇÃO DO HUMANO

Este trabalho tem como objetivo apresentar o projeto de extensão intitulado Ginástica e Dança do UNISAL - GGDSAL, como um espaço de arte para alunos/as da instituição, bem como para a sociedade em geral. O GGDSAL, como é mais conhecido o projeto, existe de 2014 e, se concretizou no modelo remoto nos anos de 2020 e 2021, em função do isolamento social imposto pela crise sanitária mundial, fruto da pandemia da COVID-19. Assim, optou-se em sistematizar as experiências adquiridas no projeto no modelo remoto, com foco nas intervenções que aconteceram, tendo como suporte as tecnologias da informação e comunicação (TICs). Percebe-se que o projeto foi basilar nesse período de pandemia, pois conseguiu se estruturar em esquemas atrativos e atuais, de olho na formação profissional e pessoal dos/as envolvidos/as com ele, no que se refere a construção de seres humanos autônomos, criativos e críticos. Estimulou a reflexão e o diálogo por meio de temáticas complexas e contemporâneas, semanalmente, por intermédio das Lives do Instagram, no espaço intitulado de “Papo Reto com o GGDSAL”, com a participação de

Roberta Cortez GAio

Cristiane Teixeira Amaral  
Camila Fornaciari Felicio,  
PAULA PIRES MATSUDA,  
SOARES PESSOA

professores/as, alunos/as e público externo. Também, foram elaborados vídeos com intuito de auxiliar a sociedade em geral, no combate aos efeitos negativos provocados pelas mudanças necessárias, entre elas o confinamento, em função da pandemia da COVID-19. Entre esses efeitos muito foi possível perceber os prejuízos causados na saúde (mental e física), pois com o isolamento social, vieram os medos, as incertezas e as indecisões que, muitas vezes, os seres humanos não estavam preparados para enfrentar. O trabalho remoto realizado no GGDSAL, de certa forma, pôde minimizar alguns efeitos, em especial contribuir com o bem-estar dos/das envolvidos/as e outros que acompanham o projeto, mesmo que de longe. Os resultados coletados por meio de relatos mostram que a extensão, tendo a arte como foco, não é somente um espaço de prática descontextualizada, mas sim um ambiente para aprender a ser, aprender a viver, aprender a conviver, refletir e a sentir o corpo, o movimento e a cultura que emana dos corpos em movimento. Conclui-se que, o projeto, seja no modelo remoto ou presencial, oportuniza uma experiência educativa

estética, promovendo encontros entre corpos, com olhares perturbadores para o ato de se movimentar, construindo, para além dos movimentos automatizados realizados no cotidiano, o fazer artístico. As atividades corporais realizadas no projeto surgem a partir de rodas de conversas, sobre as diversas formas de fazer arte por meio das manifestações culturais de dança, ginásticas e atividades circenses.

Pôster

ANÁLISE DO MÉTODO CONSTRUTIVO DE ARGAMASSA ARMADA COM NÚCLEO DE EPS COMO ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL E CONFORTO AMBIENTAL

A construção civil representa uma parcela significativa da economia brasileira, com influência no PIB (Produto Interno Bruto), na geração de empregos direta e indiretamente e na vida das pessoas. No Brasil o sistema construtivo mais utilizado é o convencional que gera resíduos e alto índice de desperdício de materiais podendo poluir o meio ambiente. O desenvolvimento humano na sociedade se fez necessário de buscar por maneiras e meios que facilitam o seu crescimento, com isso a inovação tecnológica permite explorar mudanças. Partindo deste pressuposto, o mercado construtivo aumenta suas possibilidades dentro do campo da engenharia. Nota-se, uma frequente alteração de metodologias entre as empresas no mundo, que visam por alternativas sustentáveis, tecnológica, a fim de gerar benefícios sociais e econômicos. Portanto, em decorrência às preocupações das indústrias nos âmbitos sustentável. O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, preconiza a respeito dos resíduos da construção civil (RCC) dizendo que são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil,

SAMER MORUAND NSAIF

LEONARDO DIMAS DE S  
GABRIELA FERREIRA DA S  
GLAUCIELE DE FRANÇA M

e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos. O EPS é um plástico celular rígido. É composto de pérolas de até 3 milímetros de diâmetro as pérolas consistem em até 98% de ar e 2% de poliestireno. Na fabricação, as pérolas conseguem aumentar 50 vezes o seu tamanho original, por meio de vapor, garantindo a forma que é necessária. De acordo com a Associação Europeia de EPS, a EUMEPS a indústria de EPS detém uma participação no mercado de 35% do total do mercado de isolamento para a construção na Europa. EPS tem sido um material isolante de bom desempenho e sustentável. O material EPS é inerte quimicamente, ele não se desintegra, não emite gás e não é biodegradável. Devido a não contaminação química do solo, ar e água, ele ocupa muito espaço, sendo assim um problema em aterros sanitários, sua concepção de sustentabilidade é devido a ação de reciclagem. O método parte da estrutura com painéis monolíticos de EPS armados com tela de aço eletrosoldado e revestido com concreto projetado, utilizado em países europeus e asiáticos. Criado com intuito de realizar isolamento térmico e acústico através de uma estrutura monolítica autoportante. A

partir deste propósito, demonstrar as viabilidades técnicas e sustentáveis do sistema de painéis monolíticos de EPS. Realizando estudos experimentais para análise comparativa de performances e de quantitativos de resíduos gerados entre o sistema painel de EPS e alvenaria convencional.

Oral

Educação, Saúde e Tecnologia:  
Contribuições para Mulheres em  
Tratamento Oncológico

No Brasil e no mundo, milhões de mulheres são acometidas pelo câncer. Entre os diferentes tipos, o de mama representa 29,7% dos casos, sendo a principal causa de mortalidade por câncer em mulheres no Brasil. Para 2020, foram estimados 66.280 novos casos, representando uma taxa de incidência de 43,7 a cada 100 mil habitantes. Em seguida, estão o câncer de cólon e reto e o de colo do útero, com 9,2% e 7,5% dos casos, respectivamente (INCA, 2020). Apesar do avanço da Medicina quanto ao melhor manejo dos efeitos colaterais do tratamento oncológico, muitos pacientes manifestam sintomas como náuseas, fadiga, caquexia, queda de cabelo, entre outros. Além disso, o câncer acarreta diversos efeitos emocionais e psicossociais na vida dessas mulheres, comprometendo muitas vezes, sua qualidade de vida. Assim, é fundamental que o tratamento seja realizado por uma equipe multidisciplinar, a fim de cuidar do paciente em sua integralidade. Diante do desgaste físico, emocional e psicológico enfrentado, torna-se fundamental o suporte familiar e médico durante todo o tratamento, visando amenizar as consequências do processo. Nesse sentido, os benefícios dos

SARA BARBOSA DURÃES

ANDRESSA CARDOSO PO  
RAYANE DOS SANTOS, LA  
OLIVEIRA SCAVASSA

exercícios físicos são inúmeros e podem contribuir com a recuperação dos pacientes, estimulando o corpo, a mente, elevando a autoestima e proporcionando interação e bem estar. Logo, outro fator importante, é o acesso à informação, visto que, muitas vezes, as mulheres que estão em tratamento não possuem condições de manter o tratamento de forma particular, e o Estado é responsável por garantir a saúde da sociedade de forma satisfatória. Dessa forma, o impacto projetado pelo grupo “Papílio” é oferecer as mulheres que passam ou passaram pelo tratamento oncológico, uma área virtual (página social, divulgada pela internet), na qual serão disponibilizadas informações sobre saúde mental, atividades físicas específicas para o público, assim como informações sobre o tratamento, relatos de pacientes que já passaram pelo processo, direitos do paciente oncológico e outros temas associados à qualidade de vida das participantes. Além disso, possibilitar um espaço de escuta, troca de experiências e apoio entre as participantes, pesquisadoras e convidados. Sendo assim, devem ser pontos centrais no programa de

tratamento, a disponibilização de redes de apoio e a busca por melhorias assistenciais a essas mulheres, tendo a qualidade de vida como importante fator a ser considerado, a fim de analisar as diversas dimensões da doença e determinar as corretas intervenções, a partir de uma abordagem humana e social do tema.

Oral

Reflexões sobre funções executivas, conação e cognição em pessoa idosa

Este trabalho visa relacionar a partir do modelo de processamento de informações de aprendizagem com uma pessoa idosa praticante de várias atividades estipuladoras e resultados obtidos. A partir da neuroimagemologia do cérebro em situação de aprendizagem, ocorrem macro e microtransformações neuronais como o surgimento e fortalecimento de sinapses, criação de novos circuitos, redes e sistemas neurofuncionais, melhoria na eficácia e precisão conexiva. O conhecimento do funcionamento e evolução destes é importante no processo ensino-aprendizagem, visando compreender os fundamentos neuropsicopedagógicos da aprendizagem, revelando as habilidades do cérebro. A cognição, conação e a execução (tríade funcional da aprendizagem humana) são resultados da coatividade de milhões de neurônios concluindo que toda forma de aprendizagem tem associação com a função do sistema nervoso. Em resumo, a aprendizagem humana reflete uma mudança de comportamento por experiência prolongada representado por um modelo de processamento de informações de aprendizagem que, resumidamente, são divididas em: funções

SÉRGIO YOSHIOKA

VIVIAN MARIA DENNY, TH

de input (recepção/captação);  
integração, retenção e planificação. e  
funções de output (execução e  
expressão) Uma das funções executivas é  
controle inibitório que é responsável por  
regular distrações e de manter a pessoa  
no foco do que é mais adequado e  
importante, diante de uma determinada  
situação, a capacidade de organização.  
Outra função executiva importante é  
relacionada a memória de trabalho,  
capacidade de manter e gerenciar  
informações em nossas mentes durante  
curtos períodos, que nos permite. E  
existe também a flexibilidade cognitiva,  
que é a propriedade de rever as formas  
de fazer coisas conforme novas  
informações, de nos ajustar de acordo  
com novas exigências e perspectivas As  
funções executivas são funções  
transversais de qualquer tipo de  
aprendizagem, compreendem funções  
de controle e de regulação do conjunto  
do funcionamento mental, assumindo,  
por analogia, as funções de um maestro  
numa orquestra, a orquestra da  
aprendizagem. (FONSECA ,2014, p .248).  
A partir do caso do sr K., 85 anos,  
enfisema pulmonar, diabete, praticante  
de atividades físicas, culturais e  
artísticas, pode-se, como hipótese,

afirmar que atividades de karaoke, estudar letras de música, coral estimulam a memória, raciocínio, mantendo a capacidade de aprendizagem, através da recepção e estímulo de informações, bem como exercícios praticados em grupo de Coral da UNICAMP, com diversas práticas e técnicas vocais, participando de grupo promovem um ambiente favorável para manutenção das habilidades de aprendizagem e memória de pessoas idosas, no caso K, promovendo a flexibilidade cognitiva, organização e planejamento de atividades relacionadas a cantoria de música, entre outros O treinar em grupo, com diferentes estilos de música, a necessidade de desenvolver ritmo, organização de idéias, controle emocional, estimulam o processo de aprendizagem mesmo na terceira idade.

Oral

O suicídio como fenômeno da violência social e o compromisso da Psicologia.

O presente trabalho constitui-se como artigo de conclusão do curso de graduação de Psicologia do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, unidade São Joaquim, entregue no final de 2020. O artigo propõe uma revisão bibliográfica e análise do fenômeno do suicídio em nossa sociedade. O suicídio é um assunto que acompanha a história da humanidade, tendo adquirido diferentes valores e significados conforme o contexto histórico e sociocultural. Na presente pesquisa leva-se em consideração as principais representações sociais do suicídio desde civilizações antigas até os dias atuais, em meio ao contexto pandêmico. Apresenta-se como objetivo a discussão do fenômeno proposto através de um diálogo interdisciplinar intermediado pelas obras de Durkheim, Marx, Foucault e Freud, bem como de autores contemporâneos, a partir de uma análise crítica a respeito das populações em situação de risco no Brasil. Segundo dados da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAN, 2016), que atua como escritório regional da Organização Mundial da Saúde nas Américas, cerca de 800 mil pessoas se suicidam por ano no mundo. No Brasil, 11 mil pessoas tiram a

Tiago de Sousa Medeiros

MARCO AURÉLIO ARAÚJO  
LIMA

vida anualmente (BRASIL, 2017), sendo a quarta maior causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos (CVV, 2017). É importante considerar que os índices de suicídio que mais crescem no mundo estão relacionados a jovens, numa fase de seu desenvolvimento em que grande parte se encontra em alguma instituição de ensino. Período em que deveriam planejar importantes decisões sobre o futuro, como a escolha de uma profissão, um projeto de vida, etc. O que nos faz refletir o papel que as escolas têm na prevenção desse fenômeno e questionar a realidade negligenciada da educação em diversos contextos do nosso país. Constatamos em nossa pesquisa que, entre os grupos de maior risco ao suicídio, encontramos, sobretudo, os jovens que são pobres, negros (BRASIL, 2018), indígenas e LGBTQIA+ (BRASIL, 2017; NETTO, 2013), bem como policiais (ESCÓSSIA, 2019) e idosos acima de 75 anos (BRASIL, 2017; 2006). Desta forma, concluímos o presente estudo reconhecendo como o contexto social, político e econômico do nosso país atravessa essas subjetividades, estando as discriminações e violências sofridas diretamente ligadas as elevadas taxas de suicídio destes grupos. Não podemos,

destarte, discutir o suicídio sem discutirmos temas como a desigualdade social, a LGBTfobia e o racismo estrutural, por exemplo. Questionamos como o atual cenário da pandemia pode afetar esses índices, e finalizamos afirmando a importância de nossa atuação ética e profissional nestes contextos como fator protetivo, aliado as políticas públicas e a atuação interdisciplinar e intersetorial diante de um fenômeno tão complexo.

Oral

Grupos Operativos com Pessoas Soropositivas.

O presente trabalho se refere ao estágio de Saúde Mental e Prevenção, do 4º ano do curso de Psicologia, do Centro Universitário Salesiano de São Paulo - Unidade São Joaquim, que foi realizado na instituição Casa de Apoio Mulher e Vida, no município de Taubaté, uma ONG que atende pessoas soropositivas. Apresenta-se como objetivo discutir a intervenção de estágio que foi realizado durante o ano de 2019, através de grupos operativos, em encontros semanais, com os usuários da referida instituição. Segundo a UNAIDS (2017), existem cerca de 36,9 milhões de pessoas em todo o mundo vivendo com o HIV. A infecção pelo vírus não possui cura, sendo considerada uma doença crônica que requer tratamento contínuo por toda a vida. Segundo o Ministério da Saúde (2017) os profissionais que atendem pessoas soropositivas devem esclarecer dúvidas sobre o vírus e o tratamento, permitindo a pessoa falar sobre seus medos e preocupações, promovendo a criação de vínculo do usuário com o profissional e a instituição, pois este é um importante fator de proteção que facilita o autocuidado, a adesão ao tratamento, evitando a evolução para AIDS e

Tiago de Sousa Medeiros

Ana Carlota Pinto Teixeira

reduzindo a mortalidade. O Ministério da Saúde (2017) cita como fatores de risco em relação as pessoas soropositivas: não aceitação do diagnóstico, presença de transtornos mentais como depressão, abuso de álcool e outras drogas; preconceito, discriminação e exclusão social; e como fatores de proteção: a divulgação de informações sobre o HIV e a conscientização da população, o vínculo com os profissionais de saúde e serviços públicos, participação de grupos de apoio, entre outros. Durante o ano realizamos grupos que envolviam momentos de dinâmicas e partilhas com temas como identidade, autoestima, relacionamentos, entre outros assuntos trazidos pelos próprios participantes; tendo em média 15 pessoas em cada encontro. Constatou-se que muitos deles compartilham histórias de discriminação e exclusão social, sendo partilhados, entre outros, relatos de tentativas de suicídio, abuso de drogas, envolvimento com a criminalidade, sendo também trazidos temas como orientação sexual e identidade de gênero, pois parte deles são homossexuais e transexuais. Durante os encontros participaram também alguns profissionais da instituição. Constatou-se a importância do grupo e

da instituição na vida dos participantes, sendo relatado pela maioria como um fator importante e protetivo para sua saúde mental, para o esclarecimento sobre a importância do tratamento e para sua inclusão social. Percebeu-se através do relato dos participantes, do diálogo interdisciplinar com os profissionais da instituição e das supervisões na Universidade, a importância destes encontros para a ressignificação de tantos momentos sofridos e de superação vividos pelos assistidos. Conclui-se reconhecendo também a importância dessa experiência para a formação e o aprendizado do estudante de Psicologia, que saiu muito enriquecido destas vivências.

Oral

O DIFÍCIL ACESSO À EDUCAÇÃO E À INFORMAÇÃO DAS CRIANÇAS NO ENSINO PÚBLICO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Como já é sabido a educação é um dos pilares da sociedade, e isso foi reforçado pela promulgação da constituição de 1988, quando no artigo 6º da mesma a educação foi descrita como um Direito social, além disso os artigos 205 a 214 da carta magna, também servem como garantias para uma educação plena e de qualidade, e dando a responsabilidade ao Estado e a família para promoverem e incentivar a educação: Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, Constituição Federal, 1988). Na educação pública brasileira, existem milhares de jovens alunos e crianças com a renda baixa e isso faz com que a dificuldade de viver uma vida acadêmica, pelo fato da pobreza em que vivem e da dificuldade de ir à escola e obter os materiais necessários. A pandemia mundial da covid-19, que começou em 2020, desencadeou uma quarentena completa e mudou todas as direções da população. Houve mudanças em diversos setores da sociedade, com as

TÚLIO REIS FERRAZ

ALEXIA MARIANO ROCHA  
Santos Cabette , IRIS NEM  
SAMPAIO, MAURÍCIO FER

instituições de ensino não foi diferente, e a solução para que a educação não ficasse parada foi a plataforma remota a distância, on-line. Por causa disso surgiu um grande problema notório, que é como obter educação e informação de qualidade para os jovens, principalmente crianças de baixa renda durante a pandemia, pois para essas crianças desfavorecidas, assistir aula e adquirir conhecimento é inerentemente complicado, por causa da falta de igualdade e de oportunidades educacionais, e com a pandemia a situação se torna mais complicada. Esse projeto consiste em fazer um levantamento de dados para fazer uma análise da quantidade de jovens e de crianças que têm dificuldade em ter acesso à educação pública durante a pandemia. Através da ferramenta Survey Monkey irá gerar um questionário para fazer uma pesquisa sobre o que os alunos, professores e pais estão achando do ensino a distância (EAD) e como isso está afetando a educação. Com as etapas anteriores sendo realizadas dentro do cronograma proposto inicialmente, fica a expectativa de continuar concluindo as próximas fases do projeto dentro do calendário. Para obter os resultados o

próximo estágio será a aplicação da pesquisa de campo na escola com as três partes envolvidas, sendo feita por meio da ferramenta Survey Monkey onde será montado o questionário e entregue aos professores, pais e alunos para serem respondidos por meio de um link de acesso. Por meio de dados reais obtidos, se apresentará as dificuldades de obtenção de educação, as desigualdades de classe e mostrar as carências existentes no sistema de ensino e que por conta da pandemia acabaram sendo mais evidenciadas, e propor uma reflexão e/ou debates sobre o tema. Portanto, a educação pública sofre ainda mais com esses efeitos uma vez que para muitos a acessibilidade é muito difícil e custosa.

Oral

ESTUDO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ARGAMASSAS COLANTES A PARTIR DA UTILIZAÇÃO DE AGREGADOS RECICLADOS DE CONCRETO DA CIDADE DE PIRACICABA/SP

A indústria da construção civil apresenta-se como um dos segmentos de maior impacto ambiental, sendo o principal gerador de resíduos sólidos da sociedade, que surgem não tão somente pela substituição de componentes ou reformas, mas também por deficiências no processo construtivo, como erros ou indefinições na elaboração e execução de projetos, má qualidade de materiais utilizados, perdas por deficiência no sistema de transporte ou estocagem. No Brasil, estima-se que é gerado, em média, cerca de 0,52 tonelada de resíduos de construção e demolição (RCD) por habitante anualmente, sendo que estes representam de 34% a 70% da massa total dos resíduos sólidos urbanos produzidos nas cidades. Por sua vez, o município de Piracicaba/SP, que dista cerca de 164 quilômetros da capital do Estado de São Paulo, conta com uma população de 410 mil habitantes e geração de resíduos de construção e demolição da ordem de 760 toneladas/dia, que, por muitas vezes, tem destinação final inadequada. Portanto, é estabelecido como atitude fundamentalmente responsável, por parte do ser humano, a necessidade de reciclar os resíduos por ele gerados, a

Victor José dos Santos Baldan

EVELLYN ALVES BERGONZ  
TORRES BRANCO, JARBAS  
JUNIOR, EDUARDO VALEF

fim de recuperar matéria e energia, diminuindo a utilização de recursos naturais, causando menor degradação ao meio ambiente e melhorando, de modo geral, as condições da vida em comunidade e promovendo a sustentabilidade ambiental. Os objetivos desta investigação científica consistiram em desenvolver e caracterizar traços de argamassas colantes a partir da substituição de diferentes teores de agregado miúdo natural por agregado miúdo reciclado pela Usina de Reciclagem de RCD da cidade de Piracicaba/SP. Para tanto, foram caracterizados qualitativamente, o agregado miúdo reciclado de estudo quanto à sua granulometria, massa específica e absorção de água. Na sequência, foram desenvolvidos traços de argamassa colante a partir da substituição de teores de 0%, 15%, 30%, 50%, 70%, 85% e 100% de massa de agregado miúdo natural por agregado miúdo reciclado, o que possibilitou caracterizar os traços de argamassa colante desenvolvidos quanto ao seu abatimento, trabalhabilidade, retração, resistência à tração (ensaio de arrancamento) e verificação da

influência da temperatura na resistência à tração.

Pôster

CONSTRUINDO ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS:  
UM OLHAR SOBRE O DIÁLOGO ENTRE  
UNIVERSIDADE E COMUNIDADE A  
PARTIR DO PROJETO DE EXTENSÃO  
“LAPA”

CONSTRUINDO ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS:  
UM OLHAR SOBRE O DIÁLOGO ENTRE  
UNIVERSIDADE E COMUNIDADE A  
PARTIR DO PROJETO DE EXTENSÃO  
“LAPA” A universidade, entre as diversas  
qualificações, é compreendida pela  
dinâmica da indissociabilidade entre  
ensino, pesquisa e extensão. Esse  
processo busca referendar a  
possibilidade de pautar o projeto  
formativo para atender às finalidades da  
educação, contempladas nas  
proposições de sua regulação, que são o  
pleno desenvolvimento do educando, o  
exercício da cidadania e a capacitação  
para o trabalho. Com o objetivo de dar  
efetividade a essas finalidades  
educativas existem diversas  
possibilidades, mas aquela que tem sido  
predominante é o processo de ensino e  
aprendizagem. Essa atividade pode, por  
sua vez, ser concretizada por distintas  
maneiras, mas a aprendizagem por meio  
de projetos tem se revelado de  
fundamental importância nos contextos  
universitários, principalmente quando  
são considerados os projetos de  
pesquisa e extensão. A relação da  
universidade com a comunidade se  
fortalece pela Extensão Universitária, ao  
proporcionar diálogo entre as partes e a

VINÍCIUS RAFAEL DE ARAUJO NOGUEIRA

Aparecida Silva Santos Ca  
Peixoto

possibilidade de desenvolver ações sócio-educativas que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. E, na medida em que socializa e disponibiliza seu conhecimento, tem a oportunidade de exercer e efetivar o compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. O LAPA (Laboratório de Portas Abertas) é uma oportunidade de compartilhar conhecimentos com a comunidade permitindo aos discentes do curso de Engenharia Civil o desenvolvimento de características importantes para um bom profissional como autonomia, responsabilidade e paixão. Partindo do pressuposto que as atividades de extensão têm por finalidade unir universidade e sociedade, tornando-se indispensável para formar cidadãos comprometidos com a realidade em que estão inseridos.

Oral

O poder e o valor da leitura no século XXI

A leitura nos dá acesso a conhecimentos, experiências, reflexões e sonhos. Através dela expandimos nossos horizontes e a mesma foi utilizada em diferentes épocas da história como forma de vencer obstáculos do espaço e do tempo. Todos nós temos o direito a leitura além de compartilhar a habilidade para aprender a ler como capacidade inata. Para isso, precisamos ter acesso ao processo de aprendizagem formal que deve ser assegurado pela escolarização. Apesar de no século XXI as constituições da maioria dos países garantir escolarização universal, existem desigualdades que dificultam, e em algumas situações, impedem que não só crianças, mas a sociedade em geral domine plenamente a leitura. Dominar a leitura de forma plena vai além de aspectos como não hesitar perante a um texto complexo, mas sim atingir a literacia, a capacidade de usar o poder da leitura em seu cotidiano. Estados, organizações internacionais e da sociedade civil vêm buscando lançar políticas e iniciativas na intenção de erradicar o analfabetismo assegurando a todos os cidadãos os seus direitos, possibilidades e o inestimável poder que a leitura nos confere. A exemplo, temos a UNESCO que através

VITOR NASCIMENTO

da promoção da leitura mantem a alfabetização global como uma de suas prioridades apresentando o tema como relevante na agenda da ONU. Essas políticas públicas, que visam auxiliar no processo de ensino e aprendizagem da leitura, tendem a definir com clareza os problemas e questões visando consistência e sustentabilidade ao procurar respostas e estruturando-se com base em parâmetros como o Programme for International Student Assessment (PISA), de responsabilidade da OCDE, e o Progress in International Reading Literacy Study (PIRLS), de responsabilidade da International Association for the Evaluation of Educational Achievement (IEA) para que sejam atingidos os seus objetivos propostos. Não só para os professores, mas também para quem atua direta ou indiretamente na promoção da leitura, é interessante estar a par das múltiplas vertentes criadas pelas políticas de leitura, mas também dos resultados investigados visando analisar o processo de implantação dessas políticas e seus possíveis problemas para que estas informações sejam utilizadas como base para tomadas de decisão e avaliação dos resultados obtidos com a intervenção

política. Ressalta-se que ao criar políticas e estratégias para a promoção da leitura, haverá o encontro de políticas educativas com políticas culturais em razão dos objetivos centrais e problemas aos quais se busca solução, mas que esse encontro contribui positivamente para a implementação de políticas que gerem impactos consistentes. Para a realização do presente trabalho foi utilizado o método bibliográfico ao realizar o levantamento e revisão de obras pertinentes.

Pôster

O poder e o valor da leitura no século XXI

A leitura nos dá acesso a conhecimentos, experiências, reflexões e sonhos. Através dela expandimos nossos horizontes e a mesma foi utilizada em diferentes épocas da história como forma de vencer obstáculos do espaço e do tempo. Todos nós temos o direito a leitura além de compartilhar a habilidade para aprender a ler como capacidade inata. Para isso, precisamos ter acesso ao processo de aprendizagem formal que deve ser assegurado pela escolarização. Apesar de no século XXI as constituições da maioria dos países garantir escolarização universal, existem desigualdades que dificultam, e em algumas situações, impedem que não só crianças, mas a sociedade em geral domine plenamente a leitura. Dominar a leitura de forma plena vai além de aspectos como não hesitar perante a um texto complexo, mas sim atingir a literacia, a capacidade de usar o poder da leitura em seu cotidiano. Estados, organizações internacionais e da sociedade civil vêm buscando lançar políticas e iniciativas na intenção de erradicar o analfabetismo assegurando a todos os cidadãos os seus direitos, possibilidades e o inestimável poder que a leitura nos confere. A exemplo, temos a UNESCO que através

VITOR NASCIMENTO

da promoção da leitura mantem a alfabetização global como uma de suas prioridades apresentando o tema como relevante na agenda da ONU. Essas políticas públicas, que visam auxiliar no processo de ensino e aprendizagem da leitura, tendem a definir com clareza os problemas e questões visando consistência e sustentabilidade ao procurar respostas e estruturando-se com base em parâmetros como o Programme for International Student Assessment (PISA), de responsabilidade da OCDE, e o Progress in International Reading Literacy Study (PIRLS), de responsabilidade da International Association for the Evaluation of Educational Achievement (IEA) para que sejam atingidos os seus objetivos propostos. Não só para os professores, mas também para quem atua direta ou indiretamente na promoção da leitura, é interessante estar a par das múltiplas vertentes criadas pelas políticas de leitura, mas também dos resultados investigados visando analisar o processo de implantação dessas políticas e seus possíveis problemas para que estas informações sejam utilizadas como base para tomadas de decisão e avaliação dos resultados obtidos com a intervenção

política. Ressalta-se que ao criar políticas e estratégias para a promoção da leitura, haverá o encontro de políticas educativas com políticas culturais em razão dos objetivos centrais e problemas aos quais se busca solução, mas que esse encontro contribui positivamente para a implementação de políticas que gerem impactos consistentes. Para a realização do presente trabalho foi utilizado o método bibliográfico ao realizar o levantamento e revisão de obras pertinentes.

Oral

Educação em Direitos Humanos no ensino básico brasileiro: a possibilidade da contribuição teórica e prática do Sistema Preventivo de Dom Bosco

Os direitos humanos, nas palavras de André de Carvalho Ramos (2015, p. 27), “consistem em um conjunto de direitos considerados indispensáveis para uma vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade”. Tais direitos adquiriram proteção legislativa de forma paulatina no ordenamento interno de cada Estado e também no âmbito internacional. Todavia, é notório que a violação de tais direitos se faz presente nos Estados, principalmente nos subdesenvolvidos, e é diante de tal realidade que se faz mister educar em direitos humanos. A educação em direitos humanos ganha maior notoriedade com a Década das Nações Unidas para Educação em Matéria de Direitos Humanos, que impulsionou em nível internacional a implementação do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos, e a nível nacional, o Brasil cria o Plano Nacional para a Educação em Direitos Humanos, o qual, dentro de suas ações programáticas, temos: “ tornar a educação em direitos humanos um elemento relevante para a vida dos(as) alunos(as) e dos(as) trabalhadores(as) da educação, envolvendo-os(as) em um diálogo sobre maneiras de aplicar os direitos humanos

VITÓRIA AZEVEDO MOREIRA

ISABELA ZÁCCARO DE OLIVEIRA  
NICOLAS DOS SANTOS CELESTINO  
CLARA UCHÔAS DE OLIVEIRA

em sua prática cotidiana;" (PNEDH, pg. 33). Educar em direitos humanos possibilita a compreensão das diferenças, o desenvolvimento do respeito ao próximo e a reação às situações de violação dos direitos intrínsecos ao homem . De acordo com Adorno (1995, p.121) "todo caráter, inclusive daqueles que mais tarde praticam crimes, forma-se na primeira infância; a educação, que tem por objetivo evitar a repetição, precisa se concentrar na primeira infância", neste sentido, nota-se que é primordial o desenvolvimento da educação em direitos humanos no ensino básico. Destarte, perante tal importância, surge como uma relevante alternativa o Sistema Preventivo Salesiano de Dom Bosco, o qual foi criado com o intuito de ensinar os mais importantes valores sociais aos jovens na escola, de modo a educar efetivamente em Direitos Humanos. Este sistema se baseia nos seguintes princípios: razão, religião, amorevolezza, confiança, ambiente educativo familiar, assistência- presença, disciplina sem castigos, e programa educativo. O educador deve, além de ensinar, ser alguém em que o discente possa confiar e conversar sobre diversos

assuntos. Outrossim, deve despertar constantemente a espiritualidade e o amor nos jovens, da mesma forma que deve conscientizá-los a tomarem suas próprias decisões e se responsabilizarem por elas, e se atentar para as “marcas” que os alunos trazem em sua individualidade, muitas vezes relacionadas ao arranjo disfuncional familiar em que eles estão inseridos. Com essa metodologia salesiana aplicada, Dom Bosco acreditava ser possível educar adequadamente os jovens, de maneira a preveni-los de alguns problemas sociais, como marginalização e violência, por exemplo.

Oral

Cultivando sonhos: relato de experiência na atuação da orientação profissional diante à pandemia.

O presente trabalho está sendo realizado no estágio de Orientação Profissional, na ênfase de educação e compromisso social, e estará em execução até o mês de novembro deste ano, com o objetivo de promover o protagonismo dos alunos do terceiro ano do ensino médio de uma escola pública, através da formação de um grupo de orientação profissional. Para a realização de uma intervenção é imprescindível que ocorra uma coleta de dados inicialmente, e considerando o momento pandêmico quanto a COVID-19, todo o projeto foi elaborado para ocorrer de forma remota, certificando a segurança de todos. Orientar uma geração que está se desenvolvendo em meio a uma sociedade onde não há socialização, e onde muitas vezes encontra-se em dúvida sobre questões econômicas e de saúde, é necessário para auxiliar estes jovens a se tornarem adultos íntegros, éticos, empáticos e sobretudo, resilientes. A orientação profissional com alunos do ensino médio de escola pública é essencial para diminuir os efeitos consequentes da pandemia, que geraram uma desigualdade maior entre as escolas públicas e privadas em relação as aulas online, além desta série não ter a

VITÓRIA DEYSE DOS SANTOS PRADO

LUCAS RODRIGUES LOPES

possibilidade de participar da implementação da Lei nº 13.415/2017 que estabeleceu mudanças na estrutura do ensino médio, diante deste contexto a atuação dos estagiários, busca alinhar a escola, a vida do aluno, ao passo que integre práticas pedagógicas e fortaleça o vínculo entre os participantes. O autoconhecimento é promovido através do reconhecimento de habilidades, limitações, e da relação com o outro, deste modo, as contribuições da abordagem sócio-histórica de Vigotski são relevantes para o trabalho grupal ao considerar que aspectos sociais tem influência em relação a escolha vocacional e profissional. Está sendo realizada pelos estagiários, com orientação da supervisora, uma leitura analítica, que entende o papel da orientação como algo além do foco profissional, mas inclinando-se em direção a “escuta do chamado pessoal”, que é o conceito de vocação para a teoria. O indivíduo dentro do grupo consegue ir de encontro à sua vocação quando o Ego que no seu processo de impulsionar o indivíduo a agir, manifestada através da vontade, seu apetite, e vai de encontro com o Self, fazendo com que a vivência seja mais

que uma realização egóica, mas uma transformação simbólica, ampliando a consciência. A partir disso, os estagiários realizam intervenções utilizando o desenho como fonte de exploração e reflexão acerca de imagens e símbolos dentro do processo de orientação, assim como técnicas próprias da área de atuação, para trabalhar aspectos socioculturais, habilidades, vínculos e atividades informativas sobre o mundo das profissões. É possível observar o progresso do grupo quanto aos aspectos trabalhados até o momento, alcançando mesmo antes do término da intervenção, os objetivos propostos.

Oral

Percepções de pessoas com HIV/AIDS sobre a COVID-19 em um município do estado de São Paulo e estratégias para manutenção do tratamento

Percepções de pessoas com HIV/AIDS sobre a COVID-19 em um município do estado de São Paulo e estratégias para manutenção do tratamento O Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), atingiu cerca de 38 milhões de pessoas e pode gerar a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS). É um vírus que fere a imunidade desprotegendo o corpo humano de infecções. Devido a ação da AIDS e aos óbitos nas décadas de 80 e 90, criou-se a representação social da doença vinculando-a à promiscuidade e a uma sentença de morte, gerando estigmas que prejudicam a saúde mental da pessoa infectada, já que transtornos mentais são comumente ligados ao vírus. O Brasil, pioneiro em políticas públicas, para atender aqueles que vivem com HIV/AIDS tornou-se referência mundial na prevenção e tratamento e desde 2013 o Sistema Único de Saúde (SUS) oferta a terapia antirretroviral. Contudo, tal prática foi afetada pela vinda da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-Cov-2), detectado no final de 2019 na China e no Brasil em fevereiro de 2020. Tal doença aparece em quadros leves de resfriado até graves, levando a morte. Vê-se que alguns grupos a manifestam na forma

WENDEL ANTUNES

MARIA LAURA FERRAZ CO  
DINIZ PASIN OLIVEIRA, LÍV  
DIAS MACHADO, Carine M  
Sawtschenko Victorino

grave e há uma preocupação com a população com HIV/AIDS. Para conter o contágio, a OMS (Organização Mundial da Saúde, 2020) recomenda o uso de máscaras, distanciamento social e isolamento no Brasil e na maioria dos países. Além dos danos sociais, surgiram consequências econômicas, educacionais e prejuízos à saúde mental, sobretudo aos que vivem com HIV/AIDS. Considerando que o vírus do HIV e novo coronavírus desencadearam impactos mundiais, é possível supor que durante a fase mais rígida da quarentena no Brasil, pessoas que vivem com HIV/AIDS interromperam o tratamento. A interrupção em qualquer etapa no cuidado contínuo pode pôr a perder algumas conquistas, podendo elevar em 10% a mortalidade por HIV/AIDS nos próximos cinco anos em países de renda baixa e média, como o Brasil. Diante dos impactos da Covid-19 na saúde mental da população e sabendo da importância da manutenção do tratamento, pretende-se fazer esta pesquisa dando voz àqueles que vivem com HIV/AIDS e colher suas percepções frente à pandemia do coronavírus, afim de conhecer sua realidade e verificar consequências ocorridas em um

município do estado de São Paulo e de propor estratégias para uma possível intervenção durante a pesquisa.

REFERÊNCIAS A resposta à AIDS na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: trabalho conjunto, ganhos compartilhados. UNAIDS, 16 Jan 2020. Disponível em:

<https://unaids.org.br/aids-ods/>. Acesso em 10 jan. 2021. BENZAKEN, A; JESUS, B. HIV: a outra pandemia durante a Covid-19. Agência de notícias da AIDS, 30 nov. 2020. Disponível em:

<https://agenciaaids.com.br/artigo/hiv-e-covid-19-os-desafios-da-dupla-pandemia/>. Acesso em 11 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sobre a doença, 2020. Disponível em:

<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>. Acesso em: 19 jan. 2021.